



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **EDITAL DE SELEÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2022**

### **PROCESSO Nº 1.149/2022**

#### **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.**

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) do município de São Gonçalo, por meio da Fundação Municipal de Saúde, a **TORNA PÚBLICA** sua intenção de firmar parceria com Organizações da Sociedade civil, mediante a celebração de Termo de Colaboração nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela emenda da Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019.

O processo seletivo destinado à celebração da referida parceria é aberto a todas as Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019, para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Plano de Trabalho, para a assistência, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde cujas atividades sejam dirigidas à Rede de Atenção Primária de Saúde, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Plano de Trabalho, que regerão o processo seletivo, bem como nos termos das Leis Federal nº 13.019/2014, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigos 196 a 200), Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e Decreto Lei nº 7.508 de 28 de junho de 2011, mais correspondentes Normas do Sistema Único de Saúde – SUS emanadas do Ministério da Saúde (MS).

O Edital de licitação e seus anexos, relativos a esta Chamada Pública, poderão ser obtidos pelo sítio eletrônico da Prefeitura de São Gonçalo, podendo os interessados comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, setor protocolo, munidos de pen drive para gravação dos arquivos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Publicação do Chamamento Público: 28/09/2022
Prazos para recebimento de impugnações: até 15 (quinze) dias antes da data marcada para à abertura da sessão pública.
Prazo para resposta das impugnações: até 3 (três) dias úteis após o recebimento.
Prazo para pedido de esclarecimento: até 15 (quinze) dias antes da data marcada para à abertura da sessão pública
Entrega de Envelopes: 31/10/2022
Sessão de Abertura: 31/10/2022

## 1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por meio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019, para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo I), parte integrante do presente Edital.
- 1.2. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as Organizações da Sociedade Civil participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- 1.3. O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às Organizações da Sociedade Civil participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos.
- 1.4. Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, bem como apresentar impugnações, em até 15 (quinze) dias antes da data marcada para à abertura da sessão pública. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser encaminhados aos cuidados da Comissão de Seleção e protocolados no endereço da Fundação Municipal de Saúde, situada na Avenida São Gonçalo, nº100, Boa Vista, São Gonçalo-RJ, das 9 às 17 horas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

1.5. Decairá do direito de pedir esclarecimento e/ou de impugnar o Edital perante a Administração o interessado que não o fizer tempestivamente.

1.5.1. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, e-mail ou fax-símile.

1.5.2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser respondidos e as impugnações devem ser decididas pela Comissão de Seleção em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, com a divulgação da manifestação pela mesma forma que a Administração deu publicidade ao presente Edital.

1.6. Este Edital e seus Anexos serão disponibilizados no sítio <https://www.pmsg.rj.gov.br/> bem como na sede da SMS, no endereço descrito no subitem 1.4, podendo os interessados comparecer munidos de pen drive para gravação dos arquivos.

## **2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**

2.1 A autorização do Senhor Secretário Municipal de Saúde de São Gonçalo, consta do Processo Administrativo nº 1149/2022, de 23 de maio de 2022, tendo sido publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo – D.O. SG de 28/09/2022.

## **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES**

3.1. No dia 31 de outubro de 2022, às 10 (dez) horas), a Comissão de Seleção estará reunida na sede da Fundação Municipal de Saúde, situada na Avenida São Gonçalo, nº100, Boa Vista, São Gonçalo-RJ, para receber os envelopes referentes ao presente Chamamento Público.

3.2. No caso do Chamamento Público não poder ser realizado na data estabelecida, será o mesmo transferido para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Secretaria Municipal de Saúde, situação na qual se dará divulgação pelas mesmas formas que se deu publicidade ao presente Edital.

## **4. OBJETO**

4.1. A Contratação de entidades de direito privado sem fins lucrativos, credenciada como Organização da Sociedade Civil na área da saúde para atuação de serviços de atenção à saúde e pelo Edital nº 008/2022, para Execução das Atividades e Serviços nas Unidades de Atenção Primária do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, com Organizações da Sociedade Civil, conforme caracterizadas e especificadas neste Edital e seus anexos e no Plano de Trabalho, que são parte integrante e indissociável deste instrumento:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- a. Passarão a ser progressivamente assistidas e geridas pela Organização da Sociedade Civil, enquadrada na Lei Federal nº 1309 de 2014, Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019, selecionada nos termos desse Edital e respectivos Anexos, para Execução das Atividades e Serviços nas Unidades de Atenção Primária do município de São Gonçalo, pelo COLABORADOR, das ações e serviços de saúde na Atenção Primária à Saúde, para garantir a continuidade e ampliação dos serviços de saúde e para manutenção e adesão a novas habilitações de equipes de Atenção Primária perante o Ministério da Saúde, mês a mês para o período estabelecido no respectivo Termo de Colaboração.
- 4.2. A assistência e gerenciamento dessas ações e serviços de saúde, nas unidades descritas, incluirá ainda:
- a. Desenvolvimento de linhas de cuidado que permitam avançar na organização da Atenção Primária à Saúde, na integralidade da assistência e do acesso da população local aos serviços e ações de saúde;
  - b. Operacionalização, apoio e execução pelo COLABORADOR de atividades e serviços de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Equipe de Atenção Primária (EAP), Equipe de Consultório na Rua (ECR), NASF, PNAISP, Academia da Saúde;
  - c. Contratação de Profissionais para atuação nas unidades de saúde da APS de acordo com o quantitativo de equipes e as normativas que viabilizam o credenciamento das Equipes de Saúde da Família, Equipes de Atenção Primária, Equipes de Saúde Bucal, Equipes de Consultório na Rua, NASF, PNAISP, Academia da Saúde;
  - d. Apoio à Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo na implantação, gerenciamento e operacionalização de um novo modelo de Atenção à Saúde no qual a Atenção Primária à Saúde é a ordenadora da Rede de Atenção à Saúde e coordenadora do cuidado;
  - e. Integração da atenção primária e vigilância em saúde, envolvendo as equipes de saúde da família, incorporando o agente de vigilância em saúde e tornando-se efetivamente a unidade executora das ações de vigilância, apoiando a Vigilância na descentralização, possibilitando gerenciar a informação localmente;
  - f. Avaliação do desempenho clínico de cada profissional da rede, estes devem ter como nos melhores sistemas de saúde do mundo, incentivos aferidos para atividades específicas, estes incentivos devem criar condições para o desenvolvimento de ambientes de motivação dos profissionais, e atribuir às equipes melhorias nas unidades de saúde, nomeadamente no contexto físico do seu exercício, no reforço de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

competências, decorrente da facilitação do acesso a ações de formação, e ao atribuir aos profissionais recompensas associadas ao desempenho;

- g. Desenvolvimento das atividades de educação, promoção e vigilância em saúde para a melhoria da qualidade de atenção e do acesso dos cidadãos às ações de saúde no âmbito da Rede de Atenção Primária e Estratégia de Saúde da Família;
- h. Controle e a apuração da frequência dos funcionários contratados pela Organização da Sociedade Civil, com Termo de Colaboração celebrado com a Fundação Municipal de Saúde - FMS, por meio de Registro Biométrico de Ponto;
- i. Registro de todas as ações das equipes em prontuário eletrônico e nos sistemas de informação em uso pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo localizado no estado do Rio de Janeiro;
- j. Assistência em Situações de Surto ou Emergência em Saúde Pública declaradas pela FMS provendo apoio logístico para o caso de configuração de emergências em saúde pública;
- k. Participação nas campanhas de vacinação mediante demanda;
- l. Manutenção, adaptação e programação visual das unidades de acordo com orientação (responsabilidade da contratante);
- m. Manutenção e aprimoramento da ambiência das Unidades de Saúde (responsabilidade da contratante);
- n. Desenvolvimento das ações constantes na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde de São Gonçalo inerentes a responsabilidade da contratada;
- o. Promoção da melhoria dos processos finalísticos (assistenciais) nas unidades de saúde, introduzindo ações e iniciativas estratégicas baseadas no *Pensamento Lean* para melhoria do desempenho assistencial;

## **5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 5.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora selecionado correrão à conta de seguinte dotação orçamentária:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 23.051.10.301.2072.2125**

**CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39.00**

**FONTE DE RECURSO: 00,21,34,39 e 46**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

5.2. O desenvolvimento do Plano de Trabalho totalizará a importância de **R\$ 13.863.252,32 (treze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)** mês.

## **6. PRAZOS**

6.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade;

6.2. O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do Termo de Colaboração celebrado entre as partes.

6.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

6.4. Quando a prorrogação for solicitada pela Organização da Sociedade Civil deverá ser devidamente formalizada e justificada em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do termo inicialmente previsto da parceria.

6.5. Por ocasião da prorrogação da vigência da parceria, os repasses financeiros para consecução dos seus objetos poderão ser reajustados para o novo período da parceria, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- i. No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria.
- ii. Em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado- Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.
- iii. Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, ou, por ocorrência de evento superveniente de cunho extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal.
- iv. Em qualquer hipótese de reajuste previsto neste item, o pleito deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Fundação Municipal de Saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- v. Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação da parceria ou com o seu encerramento

6.6. Os prazos relativos aos recursos administrativos são disciplinados em seção própria deste Edital.

## **7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que atenderem às exigências constantes deste Edital, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim e possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

7.1.1. Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

7.1.2. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da Organização extinta;

7.1.3. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

7.1.4. que possuam existência legal, no mínimo, de 12 (doze) meses, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; experiência prévia mínima de 12 (doze) meses na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; e instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

7.2. As organizações religiosas e as sociedades cooperativas são dispensadas da comprovação dos subitens 7.1.2 e 7.1.3;

7.3. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que:

7.3.1. Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

7.3.2. Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

7.3.3. Tenham como dirigente membro de Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

7.3.4. Tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

7.3.4.1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

7.3.4.2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

7.3.4.3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

7.3.5. Tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

7.3.5.1. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

7.3.5.2. Declarações de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

4.3.5.3. Suspensões temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou Termo de Colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

7.3.5.4. Declarações de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou Termo de Colaboração com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

7.3.6. Tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

7.3.7. Tenham entre seus dirigentes pessoa:

7.3.7.1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

7.3.7.3. Julgadas responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

7.3.8. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.4. Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil (OSC) que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

7.5. Não será permitida a participação de mais de uma Organização da Sociedade Civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

## **8. REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO**

8.1 As Organizações da Sociedade Civil participantes poderão ser representadas em todas as etapas deste Chamamento Público por seu representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído.

8.2 por credencial entende-se:

8.2.1. Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha no mínimo poderes “ad negocia” para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Organização da Sociedade Civil;

8.2.2. Carta de credenciamento devidamente preenchida nos termos do **Anexo II** deste Edital.

8.2.3. Os interessados deverão entregar a **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Idoneidade (ANEXO III)**, documento obrigatório.

8.3. O representante legal deverá apresentar documento comprobatório de legitimidade para representar a Organização da Sociedade Civil, via de regra, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações. O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto.

8.4 O representante legal ou o agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente

8.5 A carta de credenciamento ou a procuração, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição, para fins de credenciamento, deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no item 9.1 deste Edital, sem prejuízo da regra descrita no subitem 12.01.

8.6. Encerrada a fase descrita nos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4, iniciada no horário previsto no subitem 3.1, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão de Seleção lavrar na ata o recebimento dos envelopes de proposta e documentação de habilitação.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

9.1. No local, data e hora estabelecidos no subitem 3.1, as Organizações da Sociedade Civil interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

**ENVELOPE "A" - PROPOSTA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO CP - FMS Nº 008/2022**  
**[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]**

**ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO CP - FMS Nº 008/2022**  
**[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]**

## **10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS**

10.1 HABILITAÇÃO - serão apresentados na forma estabelecida nos itens a seguir.

10.1.1. A proposta constante do **ENVELOPE "A" - PROPOSTA** será apresentada de acordo com o roteiro estipulado no item 12 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração após sua entrega à Comissão de Seleção, na forma do item 9 deste Edital, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.1.2. Não assistirá à proponente qualquer direito autoral sobre a proposta apresentada, podendo o Município de São Gonçalo utilizá-la para atingir os objetivos previstos no Termo de Colaboração objeto deste certame ou de outros que venha a realizar.

10.2. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes na forma do subitem 9.1.

10.3. As Organizações da Sociedade Civil participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município de São Gonçalo, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os resultados dele decorrentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

10.4. A Comissão de Seleção poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

10.5. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

10.6. Os documentos exigidos no **ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** - poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, e rubricados pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil, ou seu agente credenciado, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal ou agente credenciado nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Seleção solicitar a quem tenha poderes para tanto que sane a incorreção. Em caso de descumprimento das formalidades acima por falta de representante legal ou agente credenciado, bem como sua recusa em atender ao solicitado, a Organização da Sociedade Civil será inabilitada.

10.7. Somente será avaliada a documentação de habilitação da Organização da Sociedade Civil que apresentar a melhor proposta. O **ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – das demais Organizações da Sociedade Civil ficará em poder da Comissão de Seleção até a assinatura do Termo de Colaboração pela Organização da Sociedade Civil vencedora do certame, momento em que sua retirada pelos representantes será permitida. Caso tais documentos não sejam retirados até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do extrato do Termo de Colaboração, no D.O. São Gonçalo, estes serão destruídos.

## **11. DA VISITA TÉCNICA:**

11.1. É facultado às Organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Processo de Chamamento Público nº 008/2022, realizar visita técnica, o que será feito mediante prévio agendamento realizado de forma presencial por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, sendo responsável pelo agendamento o setor de protocolo da Fundação Municipal de Saúde. A visita técnica será conduzida por servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

11.2. As visitas técnicas poderão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 10h00minh à 12h00minh e 13h30minh À 16h00minh, em até cinco dias úteis anteriores à data da sessão pública.

11.3. Na ocasião da visita, o representante da Organizações da Sociedade Civil, deverá estar munido de Procuração, documento pessoal de identificação original e cópia autenticada em serviço notarial, bem como, o comprovante de marcação de visita técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

11.4. A visita técnica **não é obrigatória**, mas tem a finalidade de garantir o pleno conhecimento do local onde os serviços serão prestados, a fim de conferir tanto as condições gerais do imóvel, quanto dos materiais, móveis, demais equipamentos que integrarão o presente Termo de Colaboração e demais detalhes pertinentes.

11.5. A comprovação da visita técnica será feita através de Declaração de Visita Técnica, emitido pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, conforme disposto no (ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA).

11.6 Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando o direito à visita técnica, e emitir **DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO**, conforme disposto no (ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE “NÃO VISITA TÉCNICA”).

## 12. DA PROPOSTA

12.1. Os critérios para o julgamento da proposta de trabalho serão divididos em dois grandes temas:

- a. **AVALIAÇÃO FINANCEIRA** (ponderação de 20%)
- b. **AVALIAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA** (ponderação de 80%), sendo a classificação das organizações efetuada conforme a pontuação obtida pelo somatório das avaliações supracitadas, ajustadas pela ponderação:

$$\text{Pontuação da Organização} = (\text{Avaliação Financeira} \times 20\%) + (\text{Avaliação Técnica} \times 80\%)$$

12.1.2. Em caso de empate na pontuação total, o ordenamento de classificação será definido de acordo com a maior pontuação na avaliação da proposta técnica, persistindo o empate será definido através da menor proposta financeira e caso o empate persista será realizado sorteio público.

12.1.3. Será considerada vencedora a interessada que obtiver maior nota na pontuação da organização.

12.2. A **AVALIAÇÃO FINANCEIRA** será realizada através do Plano de Aplicação dos Recursos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

apresentado e será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação Financeira} = (\text{Valor da proposta ofertada}) / (\text{valor limite}) * 100$$

**12.2.1.** Não serão válidas as propostas com **valor inferior a 90% do valor limite máximo mensal** (subitem 12.2.2), considerando que o valor limite tem como base estimativa do custo da operação, sendo consideradas inexequíveis propostas abaixo deste percentual.

**12.2.2.** O valor limite máximo mensal, de **R\$13.863.252,32 (treze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)**.

**12.2.3.** O valor da oferta da ORGANIZAÇÃO PARTICIPANTE, que será informado no Planode Aplicação de Recursos (previsão das despesas), **Anexo VII**, deverá considerar objeto pactuado e as obrigações constantes no presente Edital.

**12.2.4.** Em caráter excepcional, será permitida a contratação por Pessoa jurídica (PJ) exclusivamente para área médica.

**12.3.** A **AValiação de Proposta Técnica** é dividida em quatro áreas de pontuação, que totalizam **100** pontos, conforme abaixo:

- a. EXPERIÊNCIA: **50 (cinquenta)** pontos;
- b. QUALIDADE ASSISTENCIAL: **18 (dezoito)** pontos;
- c. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO: **10 (dez)** pontos;
- d. CERTIFICAÇÕES, PREMIAÇÕES E ATUAÇÕES DA OSC NA ÁREA DA SAÚDE: **02 (dois)** pontos.
- e. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO E QUALIDADE PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO NA UNIDADE DE DIFÍCIL ACESSO: **20 (vinte dois)** pontos;

$$\text{Pontuação} = \underline{\text{Experiência} + \text{Qualidade Assistencial} + \text{Plano de Trabalho} + \text{Certificações, Premiações e Atuações da OSC na área da Saúde} + \text{Planejamento de Atividades de Melhorias}}$$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**12.3.1. EXPERIÊNCIA - CORRESPONDE A 50 PONTOS**

12.3.1.1. Este item será avaliado pela apresentação de documentos originais e/ou cópias autenticadas que comprovem a experiência da interessada na execução de serviços públicos ou privados semelhantes ao objeto desta contratação.

12.3.1.2. Para finalidade de avaliação deste critério os documentos comprobatórios deverão ser atestados ou certificados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência da interessada, devendo conter:

- a. A identificação da pessoa jurídica emitente;
- b. Nome e o cargo do signatário;
- c. Período de vigência do contrato;
- d. Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da interessada.

12.3.1.3. Para finalidade de avaliação deste critério será considerada a experiência da Entidade em termos de tempo de atividade e volume de atividade, conforme especificação e pontuação dos três itens abaixo relacionados:

a) Comprovação, pela entidade, de experiência em execuções de atividade em serviços de saúde - 20 pontos.

Tempo de Atividades (em meses)	Pontuação Máxima por item	Nº de Unidades de Saúde (outros serviços)		
		1 - 10	11 - 20	+ de 21
De 12 até 24 meses	10	05	07	10
De 25 até 29 meses	15	10	12	15
Acima de 30 meses	20	15	18	20

*Pontuação máxima: 20 pontos*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

b) Comprovação, pela entidade, de experiência em gestão de *serviços de saúde em Atenção Primária* - 30 pontos.

Tempo de Atividades (em meses)	Pontuação Máxima por item	Nº de Unidades de Saúde (na rede de Atenção Primária)		
		1 - 10	11 - 20	+ de 21
De 12 até 24 meses	15	08	12	15
De 25 até 29 meses	22	15	20	22
Acima de 30 meses	30	22	25	30

*Pontuação máxima: 30 pontos*

**12.3.2. QUALIDADE ASSISTENCIAL - CORRESPONDE A 18 (dezoito) PONTOS;**

12.3.2.1. Este item se refere à apresentação de propostas referentes aos 6 (seis) assuntos abaixo. A escala possui uma variação de ruim a ótimo, onde ruim corresponde a ausência de qualquer proposta relacionada ao item e ótimo propostas completas e detalhadas que tenham como documentos norteadores políticas federais, estaduais e municipais.

Qualidade Assistencial	Pontuação Máxima por item	Pontuação			
		Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Proposta de acolhimento aos usuários de saúde a ser seguido pelas equipes	3	0	1	2	3





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Proposta do perfil do Gerente de Unidade de Saúde	3	0	1	2	3
Articulação com os demais pontos da rede de atenção à saúde	3	0	1	2	3
Proposta de Educação Permanente e Continuada para profissionais	3	0	1	2	3
Proposta de monitoramento e avaliação das metas indicadas pela Gestão Municipal	3	0	1	2	3
Proposta de trabalho para as famílias em situação de vulnerabilidade em saúde e social	3	0	1	2	3

***Pontuação máxima: 18 pontos***

12.3.2.2. A proposta técnica de trabalho é a demonstração do conjunto dos elementos necessários para caracterizar os serviços definidos no objeto da seleção. Estas devem ter referências validadas na área da saúde e devem ser mencionadas ao final do documento. O proponente deverá demonstrar através do documento a viabilidade técnica para execução, possíveis despesas, métodos e prazos de execução. A escrita da proposta deve ser sucinta e clara, evidenciando os benefícios para comunidade, bem como, possíveis os resultados a serem obtidos.

12.3.2.3. Os itens obrigatórios para a composição da escrita da proposta serão:

- 12.3.2.3.1. Título da proposta
- 12.3.2.3.2. Objetivo
- 12.3.2.3.3. Organização das atividades

12.3.2.4. Serão observados os seguintes parâmetros no enquadramento da avaliação:

- **Ruim:** propostas que não contemplam nenhum dos itens obrigatórios;
- **Regular:** os itens obrigatórios estão contemplados, mas a escrita não está clara e não está definida a viabilidade técnica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- **Bom:** os itens obrigatórios estão contemplados, escrita clara e viabilidade técnica definida;
- **Ótimo:** os itens obrigatórios estão contemplados, bem como de forma clara, explicando a viabilidade técnica para execução, possíveis despesas, métodos e prazos de execução, evidenciando os benefícios para comunidade, bem como, possíveis resultados a serem obtidos. Aqui também será observado se a proposta possui algum diferencial.

**12.3.3. Apresentação do PLANO DE TRABALHO - CORRESPONDE a 10 PONTOS.**

12.3.3.1. Esse critério será avaliado em números absolutos, com base na equipe de atuação.

Itens mínimos a serem apresentados	Pontuação
Recursos humanos em saúde	5 pontos
Equipe de apoio e gestão	5 pontos

*Pontuação máxima: 10 pontos*

12.3.3.2. O plano de Trabalho deverá conter os documentos que compõem a proposta de trabalho da interessada, para execução das atividades previstas;

12.3.3.3. Os conteúdos apresentados no plano de trabalho serão utilizados na análise do julgamento técnico e pontuação;

12.3.3.4. O plano de trabalho, que compreende os meios e recursos necessários para a execução das ações e serviços, deverá ser elaborado segundo descrição abaixo:

12.3.3.4.1. Descrição da organização técnico-administrativa, voltada ao desenvolvimento das ações de execução dos serviços e gerenciamento das unidades de saúde;

12.3.3.4.2. Dimensionamento de pessoal a ser disponibilizado pela interessada, por categoria profissional. Deverá ser dimensionado, além da equipe assistencial mínima, os pessoais técnico, administrativo e gerencial necessários para a execução das atividades propostas.

**12.3.3.5. Recursos Humanos Previstos**

**Administração**

- Categoria: Coordenador Geral
- Gerente de Serviços de Saúde (esse profissional precisa ter nível superior na área de saúde)
- Aux. Administrativo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**Unidades**

Categoria: Médicos ( Em caráter excepcional, será permitida a contratação por Pessoa jurídica (PJ) exclusivamente para área médica).

- Médico da Estratégia da Saúde da Família

**Categoria: Outros profissionais - Nível Superior**

- Enfermeiro
- Fisioterapeuta
- Farmacêutico
- Cirurgião Dentista
- Assistente Social
- Educador Físico
- Terapeuta Ocupacional
- Psicóloga
- Nutricionista
- Fonoaudióloga

**Categoria: Outros profissionais - Nível Médio**

- Auxiliar administrativo
- Técnicos de enfermagem
- Auxiliar de saúde bucal
- Agente Comunitário (Contratado pela OSC)

12.3.3.5.1. As equipes deverão ter as seguintes composições mínimas para execução das atividades propostas (Portaria nº 32, de 19 de maio de 2021, do MS):

- a) Equipe de Saúde da Família (ESF): Médico, Enfermeiro, Técnico de enfermagem e Agente Comunitário de Saúde (responsabilidade da SMS) / Agente Comunitário (Contratado pela OSC);
- b) Equipe de Saúde Bucal (ESB): Cirurgião-dentista e Técnico ou Auxiliar em saúde bucal;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

c) Equipe de Atenção Primária (EAP): Médico e Enfermeiro;

d) Equipe de Consultório na Rua (ECR): Modalidade III

12.3.3.5.2. A equipe de apoio e gestão deverá ser composta minimamente por profissionais que auxiliem nos processos de trabalho e sejam referência para as Unidades de Saúde que serão geridas pela entidade.

CATEGORIA	TIPO DE CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QTD
GERENTE DE CONTRATO	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL ESF/EAP/ACADEMIA DE SAUDE	CLT	40h	25
SUPERVISÃO GERAL NASF / CONSULTORIO DE RUA	CLT	40h	5
SUPERVISÃO GERAL DE SAÚDE PRISIONAL	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL SAUDE BUCAL	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL ADMINISTRATIVA	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL LINHA DE CUIDADOS	CLT	40h	5
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (APOIO AS COORDENAÇÕES)	CLT	40h	18
COORDENAÇÃO GERAL DE ENFERMAGEM	CLT	40h	1
COORDENAÇÃO GERAL NASF	CLT	40h	1
COORDENAÇÃO GERAL ODONTOLOGICA	CLT	40h	1

**12.3.5. ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO E QUALIDADE PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO NA UNIDADE DE DIFÍCIL ACESSO - CORRESPONDE a 20 (vinte) PONTOS.**

12.3.5.1. O item busca avaliar o método, celeridade e factibilidade das atividades de auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da unidade de difícil acesso, considerando as normas vigentes para Unidades de Saúde da Atenção Primária. Neste sentido, orientamos a escrita de uma proposta de melhorias de atividades nas unidades de difíceis acesso mencionadas no Plano de Trabalho (**ANEXO I**).

12.3.5.2. A proposta terá uma escala de avaliação da seguinte forma:

12.3.5.2.1. A escrita da proposta deve ser sucinta e clara, evidenciando os benefícios para comunidade, bem como, possíveis os resultados a serem obtidos.

12.3.5.2.2. Os itens obrigatórios para a composição da escrita da proposta serão:

- Título da proposta



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- Objetivo
- Organização das atividades
- Apresentação de plano de trabalho: com das ações a serem executadas,acompanhado de ampla pesquisa de preços de mercado.
- Cronograma de execução
- Referências consultadas

Itens mínimos a serem apresentados	Pontuação Máxima por item	Pontuação			
		Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Proposta de atividades de autoavaliação e qualidade para melhoria do atendimento ao usuário na unidade de difícil acesso.	20	5	10	15	20

*Pontuação máxima: 20 pontos*

12.3.5.4. Receberá pontuação máxima a entidade que melhor adequar ao Plano deTrabalho:

- Experiência comprovada mediante atestado de capacidade técnica;
- Apresentação da proposta de organização das atividades;
- Apresentação dos meios sugeridos e cronogramas para a execução dasatividades.

**12.3.6. CERTIFICAÇÕES, PREMIAÇÕES E ATUAÇÕES DA OSC NA ÁREA DA SAÚDE**

- CORRESPONDE a 2 (dois) PONTOS.

CRITÉRIOS	ITEM	PONTOS
	Atuação em programas/projetos sociais e/ou voluntários na área de Saúde	0,5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

<b>Atuação social</b>  <b>Premiação</b>  <b>Certificação</b>	Premiação relacionada a boas práticas em Saúde.	0,5
	Certificação Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS Saúde)	1,0

### 13. DA HABILITAÇÃO

13.1. O ENVELOPE “B” – **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – deverá conter todos os documentos especificados, a seguir:

13.1.1. Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da organização da sociedade civil, registrado e com eventuais alterações. Em se tratando de Universidade deverá constar também declaração emitida pelo respectivo Conselho Universitário ou Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovando a execução do objeto do presente Chamamento Público.

13.1.2. Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

13.1.3. Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, se a Organização da Sociedade Civil participante for uma Fundação.

13.1.4. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

13.1.5. Comprovação de que possui no mínimo 12 (doze) meses de existência, através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

13.1.6. Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, de cada um deles, juntamente com as cópias dos respectivos documentos de identidade e CPF.

13.1.7. Cópia de documento que comprove que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

13.1.8. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

13.1.9. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais e da Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN;

13.1.10. Ato Declaratório de Isenção do INSS (Art. 308 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100 de 18.12.2003), caso a Organização da Sociedade Civil seja isenta.

13.1.11. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização da Sociedade Civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

13.1.12. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

13.1.13. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS;

13.1.14. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

13.1.15. Atestado (s) de Capacidade Técnica ou qualquer outro documento hábil, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a interessada tenha prestado serviços análogos ou compatíveis ao objeto pretendido para rede pública de saúde, experiência mínima de 12 (doze) meses e os demais documentos que fazem parte da qualificação técnica da Organização da Sociedade Civil, descritos abaixo:

- a. O(s) atestado(s) deve(m) conter elementos suficientes para a comprovação da prestação dos serviços semelhantes pela proponente, bem como conter o nome (razão social), CNPJ e endereço do emissor e da OSC, caracterização do fornecimento dos itens, local do fornecimento, nome e cargo do responsável pela emissão do atestado e dados de contato, com o qual o Município possa manter contato com os declarantes, para fins de comprovação da sua legitimidade e eventual realização de diligência;
- b. Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- c. Registro do responsável técnico da empresa no CRM;

13.1.16. Balanço Patrimonial comprovando a boa situação financeira;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

13.1.17. Possuir em vigor 1 ou mais contratos de gerenciamento ou operacionalização de unidades com outros municípios e/ou Estados;

13.1.18. Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, (**Anexo VIII**).

13.1.19. Declaração do representante legal de que a Organização da Sociedade Civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 7.3 do presente Edital (**Anexo IX**).

13.1.20. Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei Federal nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro ou Declaração firmada pelo representante legal da organização da sociedade civil (**Anexo X**) de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Para as organizações da sociedade civil sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

13.1.21. Certidões negativas de falência ou insolvência civil ou recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização da Sociedade Civil. Para as entidades sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas. As entidades sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e recuperação judicial ou extrajudicial. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

13.1.22. Atestado de Visita comprovando que a Organização da Sociedade Civil tomou conhecimento mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor de sua proposta:

- a. A visita técnica será facultada, sendo obrigatória ao participante que optar por não realizar a visita técnica apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, que é de total responsabilidade da OSC a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua opção por não realizar a vistoria, não cabendo a alegação de desconhecimento de qualquer fato que poderia ser verificado mediante a realização de visita técnica como motivo para qualquer reivindicação que não esteja prevista no edital e no respectivo Termo de Colaboração assinado entre as partes, devendo cumprir fielmente todas as determinações firmadas por força do presente certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- b. A comprovação da visita técnica será feita através de Declaração de Visita Técnica, emitido pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, conforme disposto no **(ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA)**.
- c. Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando o direito à visita técnica, e emitir **DECLARAÇÃO QUE CONHECEU AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO**, conforme disposto no **(ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE “NÃO VISITA TÉCNICA”)**.

13.2. Os documentos necessários à habilitação da Organização da Sociedade Civil farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação, por servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no momento da sessão pública.

13.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes “A” e “B”.

## **14. ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

14.1. No dia e hora definidos da Cláusula 03 acima, reunida a Comissão de Seleção, será realizada a fase de representação no processo (item 8 do presente Edital). Credenciados os representantes das Organização da Sociedade Civil, será realizada a etapa de recebimento dos Envelopes “A” e “B” das Organizações da Sociedade Civil que acudirem ao Certame, nos termos do subitem 9.1.

14.2. Superadas as fases acima, na presença dos representantes das Organização da Sociedade Civil e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Seleção dará início à abertura dos envelopes “A – PROPOSTA” e “B – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, momento em que não mais serão aceitas quaisquer documentações ou propostas de outras Organização da Sociedade Civil.

14.3. Os envelopes serão abertos e as páginas de ambos serão rubricadas por todos os representantes presentes na sessão e por representante da Comissão de Seleção, ou, caso haja concordância de todos os representantes presentes, as propostas serão, minimamente, rubricadas por 2 (dois) representantes credenciados, eleitos entre todos os credenciados das Organizações da Sociedade Civil presentes na sessão e por 1 (um) membro da Comissão de Seleção, sendo consignado em ata.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

14.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Organização da Sociedade Civil participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela Organização da Sociedade Civil nas sessões públicas relacionadas ao presente Chamamento.

14.5. Após a entrega dos envelopes “A” e “B” não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

14.6. Feita a numeração das páginas dos envelopes “A” e “B” conforme cláusula 14.2 acima, será determinado o prazo limite para a divulgação do resultado da análise da documentação e seleção, pela Comissão de Seleção, e encerrada a sessão, com a lavratura da respectiva ata contendo os dados e informações pertinentes.

14.7. A análise dos documentos constantes nos envelopes “A” e “B” será feita pela Comissão de Seleção em reunião reservada, podendo a Comissão recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

14.8. A Comissão de Seleção primeiro irá realizar a classificação das propostas dos envelopes “**A - PROPOSTA**”. Seguindo a ordem de tal classificação é que será analisado o envelope “**B**” – **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” da Organização da Sociedade Civil cuja proposta foi classificada em primeiro lugar. Se esta for considerada habilitada será declarada vencedora do certame.

14.9. Se a Organização da Sociedade Civil melhor classificada for inabilitada, serão analisados os documentos do envelope “**B**” – **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” da Organização de Sociedade Civil subsequente, na ordem de classificação, até que alguma OSC seja declarada habilitada e, por consequência, vencedora do certame.

14.10. Dentro do prazo previsto conforme cláusula 14.6 acima, o Presidente da Comissão de Seleção divulgará o resultado dos trabalhos da Comissão, com a classificação das propostas dos envelopes “A” e a habilitação e declaração da Organização de Sociedade Civil vencedora do certame, através de publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

14.11. A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação da proposta de programa de trabalho apresentado. É imprescindível apresentação de todos os itens previstos, na sequência estabelecida e com a devida identificação.

## **15. VALIDADE DA PROPOSTA DE PARCERIA**

15.1. Fica estabelecida a validade mínima da proposta por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão de Seleção;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

15.2. É obrigatório por parte da Comissão de Seleção, a verificação de autenticidade dos documentos apresentados, sendo facultado a realização de diligência e/ou quaisquer meios disponíveis.

## **16. RECURSO**

16.1. Ao ser declarada a vencedora do certame pelo Presidente da Comissão Especial de Seleção publicado no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, qualquer participante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar por escrito suas razões recursais, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo assegurada a vista imediata dos autos da Convocação Pública aos interessados;

- i. Não serão aceitas razões recursais escritas encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax, sendo para todos os fins consideradas como não apresentadas;
- ii. As razões recursais escritas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Seleção e entregues na sede da Fundação Municipal de Saúde, situada na Avenida São Gonçalo, nº 100, Boa Vista, São Gonçalo-RJ, das 9 às 17 horas (horário de Brasília).

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada da Organização Sociedade Civil quanto a sua intenção recursal acarretará a decadência do direito de recorrer.

16.3. Recebido o recurso, o Presidente da Comissão Especial de Seleção poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão.

16.4. O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

16.5. É facultada à Comissão ou ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

16.6. Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar às Organizações da Sociedade Civil participantes o prazo de 08 (oito) dias para a apresentação de novas propostas.

## **17. HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

17.1. Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, a Organização da Sociedade Civil será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias, assinar o Termo de Colaboração.

17.2. Deixando a Organização da Sociedade Civil de assinar o Termo de Colaboração no prazo de 2 (dois) dias, poderá a Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar as Organizações da Sociedade Civil participantes remanescentes, por ordem de classificação, na forma do subitem 14.3.

17.3. A Organização da Sociedade Civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pelos atos de seus empregados.

17.4. A Organização da Sociedade Civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pela qualidade das atividades executadas e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Plano de Trabalho e demais normas técnicas pertinentes, sendo certo que a ocorrência de desconformidade implicará a reexecução da atividade e a substituição dos materiais recusados, sem que isso acarrete qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

17.5. A Organização da Sociedade Civil será também responsável, na forma do Termo de Colaboração, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução das atividades a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

17.6. A fiscalização da parceria caberá à Fundação Municipal de Saúde, por meio do gestor ou comissão gestora da parceria, e ainda, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, devendo a Organização da Sociedade Civil se submeter a todas as medidas, processos e procedimentos inerentes à atuação da Secretaria, que não eximem aquela de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e as previstas no Termo

## **18. DA POSTURA**

18.1. Por lei é CRIME desacatar funcionário público no exercício da sua função, conforme dispõe o Código Penal Nacional:

*Art. 331. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.*

## **19. FORMA DE PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

19.1. As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, nos termos do Termo de Colaboração, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária no Banco a ser indicado pela Administração Municipal, de titularidade da Organização da Sociedade Civil.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

19.1.1. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Colaboração poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela Organização da Sociedade Civil no Plano de Trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

- (i) o objeto da parceria;
- (ii) a região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou
- (iii) a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

19.1.1.1. Ato do Secretário Municipal ou do dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.

19.1.2. Os pagamentos realizados na forma do item anterior não dispensam o registro do beneficiário final da despesa por ocasião da prestação de contas.

19.2. A primeira parcela será liberada no ato da celebração do TERMO e as demais, mensalmente, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. A partir da segunda parcela mensalmente os repasses estão condicionados à apresentação da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil. Não serão repassados recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

19.3. No caso de aprovação parcial da prestação de contas, o valor correspondente à glosa será retido até que a exigência seja atendida.

19.4 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

19.5 A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes relatórios:

19.5.1. Relatório de Execução do Objeto, que conterá:

- (i) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- (ii) a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- (iii) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- (iv) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

19.5.1.1. O relatório de que trata o subitem anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- (i) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- (ii) do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- (iii) da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

19.5.1.2. As informações de que trata o subitem 19.5.1.1. serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no Plano de Trabalho.

19.5.1.3. O órgão ou a entidade da Administração Pública poderá dispensar a observância do subitem 19.5.1.1. quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

19.5.1.4. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

19.5.2. Relatório de Execução Financeira, que contemplará:

- (i) o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
- (ii) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

19.6. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento ao Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

19.7. Junto à prestação de contas quadrimestral deverá ser entregue pelo prestador a memória de cálculo da provisão para o pagamento de encargos trabalhistas, que deverá incluir valores necessários para a cobertura de férias, décimo-terceiro, encargos trabalhistas diversos, bem como as verbas rescisórias e o aviso prévio-indenizado a serem pagos ao final da parceria:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- a. A memória de cálculo do provisionamento de pessoal deverá ser assinada por contador responsável e por dirigente da entidade parceira.

19.8. A proposta financeira apresentada deverá contemplar o valor suficiente para a execução do objeto da parceria, conforme Plano de Aplicação de Recursos apresentado pela entidade parceira.

## **20. DO PRAZO, FORMAS DE EXECUÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES**

20.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

20.1.1. O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do Termo de Colaboração celebrado entre as partes.

## **21. DO CANCELAMENTO DO TERMO**

21.1. O Termo de Colaboração com a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

21.2. O cancelamento do respectivo Termo de Colaboração poderá ser:

21.2.1. a pedido da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quando esta comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Termo pela ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

21.2.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

21.3. Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes do Termo de Colaboração;
- d) por razões de interesse públicos, devidamente motivados e justificados.

## **22. DA REVOGAÇÃO DO TERMO**

22.1. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

22.2. Na ocorrência de rescisão, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo suspenderá imediatamente todo e qualquer pagamento a ser realizado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, se for o caso, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias após a prestação de contas final, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

### **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. A Administração Municipal poderá impor à Organização da Sociedade Civil, em decorrência de eventual execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o respectivo Termo de Colaboração e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II acima.

### **24. DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

24.1. As obrigações, decorrentes deste Edital, consubstanciar-se-ão na formalização do Termo, conforme **ANEXO XI**

24.2. A participação neste processo de seleção implica na sua aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos do Edital, que passarão a integrar o Termo de Colaboração como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo do Edital, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de Seleção e execução do Termo de Colaboração;

24.3. O participante selecionado que deixar de comparecer para assinatura do Termo de Colaboração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar de sua convocação, perderá o direito à contratação e poderá, desde que observado o contraditório e a ampla defesa. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo;

24.4. Na ocorrência do estabelecido na sobredita cláusula, poderá a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo convocar os participantes remanescentes do processo de seleção, na ordem de classificação.

24.5. Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os Anexos citados.

24.5.1. - A execução do Termo deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Conveniada, da Ordem de Início dos Serviços.

24.5. As responsabilidades da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo estão descritas no Plano de Trabalho – Anexo I deste edital.

24.6. As responsabilidades da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão descritas no Plano de Trabalho – Anexo I deste edital.

24.7. Havendo questionamento quanto aos serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que impeça o aceite da finalização dos serviços, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá providenciar medidas saneadoras, para o definitivo aceite.

24.8. A Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo reserva-se ao direito de não emitir o Termo de Aceite dos serviços, se estes estiverem sido executados em desacordo com as especificações constantes deste Edital e em de seus ANEXOS, e de aplicar as sanções cabíveis por descumprimento contratual.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. A homologação do resultado do presente Chamamento Público não ocasionará direito à celebração de Termo de Colaboração/Fomento.

25.2. A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público quando da assinatura do Termo de Colaboração/Fomento e durante toda a vigência da parceria.

25.3. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Saúde observará as regras do presente Edital, a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019 e as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

25.4. Ficam as Organizações da Sociedade Civil participantes deste Chamamento Público e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

25.5. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

- (a) ampliação do valor global, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento);
- (b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- (c) prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
- (d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) termo de apostilamento à parceria para:

- (a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria;
- (b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

25.6. A Administração Pública Municipal poderá autorizar, após solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil, por meio de deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria:

(a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria;

25.7. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; e
- (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

25.8 O Edital estará disponível no site <https://www.pmsg.rj.gov.br/>.

25.9. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gonçalo /RJ, para dirimir possíveis litígios decorrentes deste procedimento licitatório.

25.10. Para aquisição de bens e serviços a contratada deverá realizar, no mínimo 03 cotações prévias com base nos preços praticados pelo mercado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

25.11. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

Anexo I – Plano de Trabalho e seus anexos;

Anexo II - Cronograma de desembolso

Anexo III - modelo de credenciamento/procuração;

Anexo IV - modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e idoneidade;

Anexo V - declaração de visita técnica;

Anexo VI - declaração de não visita técnica;

Anexo VII - modelo plano de aplicação de recursos;

Anexo VIII - modelo de declaração relativa à contratação de servidores públicos;

Anexo IX - modelo de declaração que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento;

Anexo X - declaração de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art.7º da CF de 1988;

Anexo XI - minuta de termo de colaboração;

Anexo XII - termo de permissão de uso.

Anexo XIII - Minuta do Termo de Cessão de Servidor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **ANEXO I**

### **PLANO DE TRABALHO**

#### **REFORMULAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA**

A Atenção Primária à Saúde (APS) se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Pensando nisso, a Administração Pública definiu o plano de trabalho das unidades contratualizadas levando em consideração, além do fortalecimento desse cenário, a proporcionalidade dos valores atualmente gastos com as unidades de saúde sem prejuízo dos recursos aplicados atualmente nas demais unidades de saúde próprias do município.

Proponente: Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

Área responsável pela elaboração do Plano de Trabalho: Subsecretaria de Atenção Básica da Secretaria de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **1. DO OBJETO**

1. O Contratação de entidades de direito privado sem fins lucrativos, credenciada como Organização da Sociedade Civil na área da saúde para atuação de serviços de atenção à saúde e pelo Edital nº 008/2022, para Execução das Atividades e Serviços nas Unidades de Atenção Primária do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, com Organizações da Sociedade Civil, conforme as caracterizadas e especificadas neste Edital e seus anexos e no Plano de Trabalho, que são parte integrante e indissociável deste instrumento:
  - a. Passarão a ser progressivamente assistidas e geridas pela Organização da Sociedade Civil, enquadrada na Lei Federal nº 1309 de 2014, Decreto Municipal nº 166 de 06 de agosto de 2019, selecionada nos termos desse Edital e respectivos Anexos, para o Gerenciamento, administração, operacionalização e execução, pelo COLABORADOR, das ações e serviços de saúde na Atenção Primária à Saúde no município de São Gonçalo, nas Unidades de Saúde, para garantir a continuidade e ampliação dos serviços de saúde e para manutenção e adesão a novas habilitações de equipes de Atenção Primária perante o Ministério da Saúde, mês a mês para o período estabelecido no respectivo Termo de Colaboração.
- 1.1.2. O resumo do objeto com o descritivo do assistencial estão contemplados neste Plano de Trabalho, discriminados no ANEXO I.
- 1.2. A assistência e gerenciamento dessas ações e serviços de saúde, nas unidades descritas, incluirá ainda:
  - a. Desenvolvimento de linhas de cuidado que permitam avançar na organização da Atenção Primária à Saúde, na integralidade da assistência e do acesso da população local aos serviços e ações de saúde;
  - b. Operacionalização, apoio e execução pelo COLABORADOR de atividades e serviços de Equipes de Saúde da Família, Equipes de Atenção Primária, Equipes de Saúde Bucal, Equipes de Consultório na Rua, NASF, PNAISP e Academia da Saúde.
  - c. Contratação de Profissionais para atuação nas unidades de saúde da APS de acordo com o quantitativo de equipes e as normativas que viabilizam o credenciamento das Equipes de Saúde da Família, Equipes de Atenção Primária, Equipes de Saúde Bucal, Equipes de Consultório na Rua, NASF, PNAISP e Academia da Saúde.
  - d. Apoio à Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo na implantação, gerenciamento e operacionalização de um novo modelo de Atenção à Saúde no qual a Atenção Primária à Saúde é a ordenadora da Rede de Atenção à Saúde e coordenadora do cuidado;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- e. Integração da atenção primária e vigilância em saúde, envolvendo as equipes de saúde da família, incorporando o agente de vigilância em saúde e tornando-se efetivamente a unidade executora das ações de vigilância, apoiando a Vigilância na descentralização, possibilitando gerenciar a informação localmente;
- f. Avaliação do desempenho clínico de cada profissional da rede, estes devem ter como nos melhores sistemas de saúde do mundo, incentivos aferidos para atividades específicas, estes incentivos devem criar condições para o desenvolvimento de ambientes de motivação dos profissionais, e atribuir às equipes melhorias nas unidades de saúde, nomeadamente no contexto físico do seu exercício, no reforço de competências, decorrente da facilitação do acesso a ações de formação, e ao atribuir aos profissionais recompensas associadas ao desempenho;
- g. Desenvolvimento das atividades de educação, promoção e vigilância em saúde para a melhoria da qualidade de atenção e do acesso dos cidadãos às ações de saúde no âmbito da Rede de Atenção Primária e Estratégia de Saúde da Família;
- h. Controle e a apuração da frequência dos funcionários contratados pela Organização da Sociedade Civil, com Termo de Colaboração celebrado com a Fundação Municipal de Saúde - FMS, por meio de Registro Biométrico de Ponto;
- i. Registro de todas as ações das equipes em prontuário eletrônico e nos sistemas de informação em uso pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo localizado no estado do Rio de Janeiro;
- j. Assistência em Situações de Surto ou Emergência em Saúde Pública declaradas pela FMS provendo apoio logístico para o caso de configuração de emergências em saúde pública;
- k. Participação nas campanhas de vacinação mediante demanda;
- l. Manutenção, adaptação e programação visual das unidades de acordo com orientação (responsabilidade da contratante);
- m. Manutenção e aprimoramento da ambiência das Unidades de Saúde (responsabilidade da contratante);
- n. Desenvolvimento das ações constantes na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde de São Gonçalo inerentes a responsabilidade da contratada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- o. Promoção da melhoria dos processos finalísticos (assistenciais) nas unidades de saúde, introduzindo ações e iniciativas estratégicas baseadas no *Pensamento Lean* para melhoria do desempenho assistencial;

## 2. JUSTIFICATIVA

O município de São Gonçalo possui a segunda maior população do estado do Rio de Janeiro e a primeira da Região Metropolitana II, com 999.728 habitantes, de censo IBGE 2010, com população estimada pelo mesmo órgão no ano de 2021 em 1.098.357, correspondendo a 51,52% do total da Região.

Cabe destacar que a cidade atende também a outros municípios da Região. São Gonçalo possui especificidades muito particulares: além da população com mais de um milhão de habitantes, extremamente pobre, sendo 80% SUS dependente, herdou das administrações anteriores uma rede desestruturada e fragmentada. Esse cenário vem sendo modificado com a organização das redes de atenção, o fortalecimento do sistema de regulação e a ordenação do fluxo de serviços, visando otimizar os recursos existentes e fronteiras distantes do município.

São Gonçalo tem sido vista como potencial local para a construção de novas residências que visem suprir a expansão demográfica crescente na região, gerando grande expansão imobiliária e vem recebendo um novo incremento populacional.

A migração intensa estabeleceu um crescimento populacional acima de sua capacidade em atender demandas sociais. Neste sentido, serviços públicos como saúde, educação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, entre outros, estão sobrecarregados e apresentam ainda precariedades.

Diante do quadro que se apresenta a reestruturação da Rede de Atenção à Saúde do município de São Gonçalo é obrigatória e imediata, começando por estruturar a Atenção Primária que é a rede que ordena um sistema de saúde.

A Rede de Atenção à Saúde é uma proposta norteadora de melhoria da assistência à saúde ofertada no município de São Gonçalo para tal, exige a revisão do modelo de atenção à saúde e à otimização dos recursos dispendidos no sistema de saúde municipal.

Tem como objetivo final a melhoria da situação de saúde da população municipal por meio do cuidado mais resolutivo e integral à saúde.

A implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) aponta para uma maior eficácia na produção de saúde, melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS. A transição entre um sistema integrado de saúde conformado em redes e a sua concretização passam pela construção permanente nos territórios, que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

permita conhecer o real valor de uma proposta de inovação na organização e na gestão do sistema de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

No âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS deve-se buscar a adoção de um modelo de gestão que atenda às necessidades da população, obedecendo a pontos prioritários para a melhoria do Sistema de Saúde, aprimorando e avaliando os processos dos serviços, minimizando a demanda reprimida e melhorando a qualidade de serviços ofertados.

Assim, fez-se necessário modernizar o modelo de gestão e de atenção à saúde, visando atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar a otimização do uso dos recursos públicos e economia nos processos de trabalho associados à busca por uma elevada satisfação do paciente.

A agilidade na gerência destes recursos materiais e profissionais é fundamental para a melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e cruciais de manutenção da vida.

Dificuldades surgem durante a execução dos processos administrativos. Portanto, optou-se por uma forma de gestão compartilhada, que ocasiona maior simplicidade e celeridade dos procedimentos de contratação, prezando sempre pela eficiência da gestão e pela transparência na aplicação dos recursos públicos, haja vista que os processos conduzidos pela Organização da Sociedade Civil devem seguir trâmites rigorosos de gestão e precificação.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde está reorientando o modelo de gestão e de atenção à saúde, visando melhorar a prestação dos serviços para proporcionar melhor qualidade de atenção à saúde e, conseqüentemente, maior satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos.

Dentre as inovações trazidas estão os instrumentos do Termo de Colaboração (lei nº 9.637/98) e o termo de parceria (Lei nº 9790/99), que superaram as limitações deste último na regulação das relações de cooperação entre o Setor Público e as entidades do Terceiro Setor. Esses novos instrumentos demarcaram a diferença entre a cooperação intra e intergovernamental da cooperação público privada, substituindo o controle a posteriori previsto nos convênios, baseado no controle de etapas e de procedimentos, pela contratualização de metas e pela cobrança de resultados objetivos e mensuráveis, em contrapartida aos recursos públicos transferidos a título de fomento.

No Termo de Colaboração, assim como no termo de parceria, são cláusulas essenciais: as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes; a especificação das metas de desempenho e resultados a serem alcançados pela entidade parceira, assim como a previsão do montante de recursos públicos a serem transferidos à entidade, a título de fomento. Portanto, o convênio, o Termo de Colaboração e o termo de parceria são três institutos administrativos possíveis dentro do ordenamento jurídico nacional, à disposição do gestor público de saúde, quando esse optar pela celebração de parceria com entidades civis sem fins lucrativos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Em 2014, a partir da publicação da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação. O instrumento termo de colaboração (art.2º, inciso VII, Lei nº 13.019/2014) surge como mais uma opção ao gestor público de saúde para celebração de parceria, através do fomento a entidades civis sem fins lucrativos.

Neste contexto a inclusão de outras modalidades de gestão, como Apoio a Gestão Municipal, através do fomento, é uma ferramenta potente, onde o termo de colaboração, mutuamente acordado é implementado sob financiamento governamental e sujeito a metas e monitoramento, o que agiliza a estruturação de novos serviços, bem como a reestruturação dos já existentes.

A introdução de novos mecanismos de gerenciamento dos processos assistenciais faz-se necessária para modernizar a regulação do acesso aos serviços de saúde, fortalecer os mecanismos de controle social, cobrir vazios assistenciais e as relações insatisfatórias entre profissionais e usuários. Tais fatores constituem alvo da Secretaria Municipal Saúde, e tem como finalidade melhorar a qualidade dos serviços, racionalizar e potencializar o uso de novos recursos, compartilhar gestão e investimentos e estabelecer novos mecanismos formais de contratualização, com metas assistenciais.

Trata-se de serviço essencial para a Saúde Pública do Município, onde o Município vem estruturando sua rede de atenção à saúde em todos os níveis, através de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas que buscam garantir a integralidade da atenção por meio de sistemas de apoio logístico, técnico e de gestão.

Para seu adequado funcionamento técnico e administrativo, são necessárias ações de logística e abastecimento específicas, gerenciamento de pessoas, faturamento, informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral e fomento de ações inovadoras e modernizações tecnológicas.

A Gestão Municipal está comprometida com a garantia da implementação das Políticas Públicas de Saúde e está empenhada em oferecer acesso equânime ao conjunto de ações e serviços de saúde. Nesse sentido, a organização da Rede de Atenção à Saúde é de suma importância na reestruturação do Sistema de Saúde tanto no que se refere a sua organização, quanto à qualidade prestada à população.

A FMS desempenha seu papel de protagonista no fazer saúde, compreendendo as mudanças em curso e reorientando o sistema de saúde para que a organização se torne uma importante potência de transformação e de inovação no modo de fazer o gerenciamento dos serviços.

Entende-se que o formato de parceria na gestão de equipamentos e serviços públicos, no modelo de contratualização por resultados, através da celebração de Termo de Colaboração com Organização da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Sociedade Civil filantrópicas garante elevada vantagem aos pacientes e ao Município, haja vista a possibilidade de se garantir maior agilidade na marcação, execução e entrega dos exames, promovendo economia nos processos de trabalho.

A contratualização em tal formato permite que o município conceda a execução do serviço a uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, que se torna responsável pela prestação da atividade fim, porém, sempre orientada e guiada pelas políticas públicas de saúde editadas pelo Município, que define a política assistencial, orientada pela Política do Ministério da Saúde, o acompanhamento, a fiscalização e o controle desta execução.

O Termo de Colaboração visa assegurar a prestação de serviço ambulatorial em caráter contínuo, aumentar a confiabilidade, a vida útil e a eficiência dos equipamentos instalados na rede de Atenção Básica, objetivando o aumento da capacidade de atendimento e a redução da espera para realização de exames e resultados, promovendo, desta forma, maior qualidade no atendimento ao paciente.

Podem ser destacados como benefícios adicionais pertinentes a este modelo de serviço a integralidade do funcionamento, sem interrupções motivadas por ausência de pessoal médico salvo as férias que por ventura vierem a ocorrer durante o período de gestão, que não poderá ser superior a 90 dias, visando a manutenção do credenciamento da equipe, evitando assim o desc credenciamento da mesma, e técnico especializado, pois a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará integralmente responsável pela contratação de pessoal.

Trata-se de serviço essencial para a Saúde Pública do Município, onde o Município vem estruturando sua rede de atenção à saúde em todos os níveis, através de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas que buscam garantir a integralidade da atenção por meio de sistemas de apoio logístico, técnico e de gestão.

Para seu adequado funcionamento técnico e administrativo, são necessárias ações de logística e abastecimento específicos (responsabilidade da contratante), gerenciamento de pessoas, faturamento e informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral.

A Gestão Municipal está comprometida com a garantia da implementação das Políticas Públicas de Saúde e está empenhada em oferecer acesso equânime ao conjunto de ações e serviços de saúde. Nesse sentido, a organização da Rede de Atenção à Saúde é de suma importância na reestruturação do Sistema de Saúde tanto no que se refere a sua organização, quanto à qualidade prestada à população.

O serviço a ser contratado visa assegurar a prestação de serviços assistenciais em caráter contínuo e eficiente, objetivando o aumento da capacidade de atendimento e a redução da espera para realização de atendimentos e consultas, promovendo desta forma, maior qualidade no atendimento ao usuário.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Com estas ações, a SMS desempenha seu papel de protagonista no fazer saúde, que compreendam as mudanças em curso e reorientem o sistema de saúde para que a organização se torne uma importante potência de transformação e de inovação no modo de fazer o gerenciamento dos serviços. Exerce a função de planejar, criar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS, com regras claras para o alcance de metas, com monitoramento, fiscalização efetiva e controle social.

### **3. PRINCÍPIOS DE ATENDIMENTO**

3.1 O atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde deverá ocorrer de segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

3.2. Os serviços de saúde deverão ser prestados nesta unidade nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS especialmente o disposto na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03 e nº 06, ambas de 28 de setembro de 2017, e legislação aplicável, com observância dos seguintes princípios:

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde;
- b) Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores a usuários ou seus representantes, responsabilizando-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- c) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- d) Direito de informação sobre sua saúde às pessoas assistidas;
- e) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- f) Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz;
- g) Correto e completo preenchimento de todos os prontuários, boletins de atendimento ou pedidos de esclarecimentos oriundos do Poder Judiciário (magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública).
- h) A unidade deve seguir os preceitos e diretrizes do Guia de Organização das Unidades de Saúde da Família da Atenção Primária à Saúde de São Gonçalo;
- i) A unidade deve estar capacitada para realização de uma Atenção Primária à Saúde resolutiva e realização das ações e procedimentos previstos pela secretaria municipal de saúde, com encaminhamento para outros níveis de complexidade, conforme protocolos clínicos;
- j) As unidades devem realizar ações de prevenção e promoção de saúde;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- k) O encaminhamento dos usuários para outros serviços ou níveis de atenção deve seguir as regras estabelecidas para a referência e contra referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência, nas quais o usuário deverá ser orientado a direcionar-se a outro nível de atenção, se possível, ou ser acionado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, considerando a sua situação clínica;

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

- 4.1. As obrigações dos PARTICIPES (OSC SELECIONADA), bem como dos instrumentos de controle relativos a esta contratação, estão descritas na Minuta do TERMO DE COLABORAÇÃO e no PLANO DE TRABALHO assinado entre as partes.

4.1.2. Para o cumprimento do objeto, a **OSC SELECIONADA OBRIGA-SE** a executar as atividades em estrita observância às exigências contidas no Edital de Chamamento Público 008/2022, devendo:

#### **4.2. DAS NORMAS GERAIS**

- 4.2.2. Assegurar o cumprimento integral das normas técnicas, princípios e diretrizes do SUS, assim como de normas complementares estaduais e municipais, no que couber, ou outras que venham a ser publicados;
- 4.2.3. Atender às diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
- 4.2.4. Submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS;
- 4.2.5. Garantir o cumprimento das recomendações da ANVISA e outros órgãos reguladores;
- 4.2.6. Garantir medidas de acessibilidade física e arquitetônica nos serviços de saúde, de acordo com a NBR 9050/2020 da ABNT, assegurando o direito de pessoas com deficiência, idosos e/ou pessoas com mobilidade reduzida;
- 4.2.7. Observar a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e o Plano Distrital de Saúde Indígena;
- 4.2.8. Observar os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
- 4.2.9. Garantir confidencialidade dos dados e informações dos usuários do SUS;
- 4.2.10. Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários no que tange aos serviços cobertos pelo SUS;
- 4.2.11. Não utilizar nem permitir que terceiros realizem projetos de pesquisa científica





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

envolvendo usuários do SUS sem anuência prévia da Direção de Atenção Primária à Saúde e aprovação do Comitê de Ética da SMS;

- 4.2.12. Manter afixado em lugar visível placa informando que a OSC SELECIONADA atende pelo SUS, conforme padrão a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 4.2.13. Manter afixado em lugar visível placa informando os canais de atendimento da ouvidoria do SUS, conforme padrão a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 4.2.14. Manter afixado em lugar visível cartaz com o quadro de profissionais disponíveis e os respectivos horários;
- 4.2.15. Garantir quadro de recursos humanos qualificado e capacitado, regularmente inscrito nos respectivos Conselhos de classe e compatível à execução das atividades ora contidas no TERMO DE COLABORAÇÃO, de modo que a sua execução se dê de forma contínua e ininterrupta;
- 4.2.16. Prescrever medicamentos em observância à Política Nacional de Medicamentos, à Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e às notas técnicas emitidas pela Coordenação de atenção farmacêutica. (CAF);
- 4.2.17. Participar das campanhas de vacinação realizadas a nível Federal, Estadual e Municipal, conforme orientações da Diretoria Geral de Atenção Primária à Saúde;
- 4.2.18. Disponibilizar sistema e/ou aparelho de ponto eletrônico para controle da efetividade dos seus colaboradores. O COLABORADOR poderá adquirir aparelhos, segundo seu critério de conveniência, devendo apresentar os relatórios individuais de efetividade, quando solicitado pelo gestor da parceria;
- 4.2.19. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde em caso de interrupção do atendimento, por qualquer motivo, informando o prazo para normalização do atendimento, e obedecer às orientações da SMS quanto aos procedimentos que serão adotados por ocasião da interrupção;
- 4.2.20. Informar e manter atualizado os equipamentos e materiais permanentes no CNES;
- 4.2.21. Executar as atividades contidas no TERMO DE COLABORAÇÃO de acordo com as legislações pertinentes a este objeto.

#### **4.3. DOS REGISTROS E REGULAÇÃO:**

- 4.3.2. Organizar a agenda da Unidade seguindo preceitos definidos pela Secretaria, com uso do sistema informatizado em toda rede de saúde no município de São Gonçalo;
- 4.3.3. Cadastrar os dados dos usuários da Unidade de Saúde e manter informações e prontuários atualizados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 4.3.4. Manter atualizado os cadastros dos profissionais, equipes e estabelecimentos de saúde;
- 4.3.5. Preencher e utilizar adequadamente os sistemas de informação vigentes, e outros que venham a ser implementados, com dados e atualizações quanto ao cumprimento dos serviços contratados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de comprovação da produção ao MUNICÍPIO;
- 4.3.6. Registrar as ações e procedimentos realizados em sistema eletrônico de informações em saúde, utilizando os sistemas adotados pelo Município e outros sistemas que venham a ser implementados no Município mediante portaria do Gabinete do Secretário da Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
- 4.3.7. Estimular a inclusão e o preenchimento dos campos nacionalidade, raça/cor/etnia, nome social, orientação sexual, identidade de gênero, ocupação, território e tipo de deficiência nos sistemas de informação e registros da gestão municipal, conforme auto declaração;
- 4.3.8. Estimular o preenchimento da ficha de notificação de violência (Sinan 5.1) pelas equipes de saúde nos casos suspeitos de violência.
- 4.3.9. Realizar o acompanhamento e monitoramento dos indicadores;
- 4.3.10. Enviar as bases de dados do CNES para a equipe de processamento da Secretaria, mensalmente, até o último dia útil do mês, para atualização junto ao Ministério da Saúde;
- 4.3.11. Submeter-se a critérios de regulação estabelecidos pela SMS e avaliações sistemáticas da qualidade da APS;
- 4.3.12. Estabelecer, implantar e manter em adequado funcionamento os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no Plano de Trabalho;
- 4.3.13. Realizar a regulação do acesso dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde e os demais componentes da Rede de Atenção à Saúde;

#### **4.4. DOS PROCEDIMENTOS**

- 4.4.2. Realizar todos os procedimentos obrigatórios constantes na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde de São Gonçalo inerentes a responsabilidade da contratada durante todo o período de vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.4.3. Registrar e manter atualizado todos os procedimentos e atendimentos efetuados, conforme tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), e disponibilizar, a qualquer momento ao MUNICÍPIO e as auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários do SUS, em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança das atividades executadas;
- 4.4.4. Dispor de atendimentos individuais médicos, odontológicos e de enfermagem, para todas as faixas etárias e para qualquer evento novo de saúde ou agravamento de condição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

prévia, com acesso por demanda espontânea em todos os turnos de funcionamento;

- 4.4.5. Realizar atividades individuais ou em grupos para atendimento de usuários conforme demanda da população e Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde;
- 4.4.6. Realizar articulação com outros pontos da Rede de atenção à saúde para atendimento integral dos usuários sob sua responsabilidade;
- 4.4.7. Realizar atendimento das pessoas em situação de rua, independente de território, com a participação ativa nos programas dos municípios voltados a necessidade de saúde dessa população;
- 4.4.8. Realizar visitas e atendimentos domiciliares, sempre que houver necessidade, conforme características clínicas dos usuários e pactuação em equipe;
- 4.4.9. Garantir o imediato acolhimento nas unidades de saúde dos usuários com alta do atendimento especializado de saúde mental, no formato definido junto à Coordenação de Atenção à Saúde Mental e à Coordenadoria de Saúde;
- 4.4.10. Garantir apoio matricial dos serviços de Saúde Mental, na modalidade remota ou presencial e no formato definido junto à Coordenação de Atenção à Saúde Mental e à Coordenadoria de Saúde, com o objetivo de qualificar o atendimento em saúde mental da APS;

#### **4.5. DOS RECURSOS HUMANOS**

- 4.5.2. Proceder a contratação do pessoal mediante seleção pautada na impessoalidade, objetividade e moralidade, conforme regulamento próprio, concedendo-se ao procedimento ampla publicidade, além da observância aos princípios que regem a Administração Pública nos termos do Art. 37, Caput da Constituição Federal;
- 4.5.3. Garantir o suprimento e substituição de recursos humanos nas Equipes, sem que haja prejuízo na prestação de serviços à população nas Unidades de Saúde e conforme diretrizes mínimas de recursos humanos presentes neste TERMO DE COLABORAÇÃO, ressalvadas férias e licenças médicas que não puderem ser substituídas tempestivamente;
- 4.5.4. No caso de vacância, a reposição deverá observar o prazo máximo de 90 dias. A não reposição de profissional ocasionará desconto proporcional a quantidade de vacâncias.
- 4.5.5. Obedecer a carga horária profissional mínima prevista no Plano de Trabalho, conforme diretrizes do Ministério da Saúde para composição das equipes.
- 4.5.6. Manter o mínimo de carga horária das equipes de saúde constantes no CNES e no Termo de Colaboração, a saber:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- I) Consultório de Rua tipo III - Equipe composta por um médico, enfermeiro, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, técnico de enfermagem e agente social;
- II) RH - Equipe Administrativo será composta por 1(um) auxiliar administrativo (por equipe);
- III) ESF - Equipe composta por Médico (40h), Enfermeiro (40h) e Téc. Enfermagem (40H). Agente comunitário ficará a encargo da SMS (1012 ACS) e Agente comunitário (contratado pela OSC 227 ACS) e 30 Gerentes ESF;
- IV) Saúde Bucal – Equipe composto por Cirurgião Dentista e auxiliar de serviço bucal;
- V) EAP - Equipe composta por Médico (30h), Enfermeiro (30h) e/ou Técnica de Enfermagem(30H)
- VI) PNAISP – Equipe prisional composta por 2(dois) Médicos Clínico (30h), 02(dois) Médicos Psiquiatra (30h), 4 (quatro) Enfermeiros (30h), 4(quatro) Técnicos de Enfermagem (30h), 4(quatro) Cirurgião Dentista (30h), 4(quatro) Auxiliar de Saúde Bucal (30h), 4 (quatro) Farmacêuticos (30h), 4(quatro) Psicólogas (30h), 4(quatro) Assistentes Sociais (30h);
- VII) ACADEMIA DA SAÚDE – composto por Educador físico (40h) um por academia;
- VIII) NASF – composto por Fisioterapeutas (40h), Fonoaudiólogas (40h), Psicólogas (40h), Educadores Físicos (40h), Assistentes Sociais (40h) e Nutricionistas (40h), 04 supervisores e 01 coordenador.

- 4.5.7. Nomear os Responsáveis Técnicos da operação na área Médica, Enfermagem, Odontologia, Farmacêutica e Gestor da operação;
- 4.5.8. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### **4.6. DAS NORMAS ESPECÍFICAS**

- 4.6.2. Disponibilizar os serviços necessários para a realização das ações, serviços e procedimentos previstos na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde e para a prestação adequada dos serviços, tais como: serviços médico, odontológicos, educação continuada e a contratação de serviços de prestação continuados como limpeza, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
- 4.6.3. Responsabilizar-se exclusivamente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

execução, bem como responder pela solidez e segurança das atividades;

- 4.6.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos de seus funcionários que, por imprudência, dolo ou má fé venham a causar dano ou prejuízo ao MUNICÍPIO ou terceiros;
- 4.6.5. Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.6.6. Providenciar, na execução do objeto da parceria, a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização do MUNICÍPIO;
- 4.6.7. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.6.8. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o cumprimento das diretrizes previstas no Plano de Trabalho (**ANEXO I e II**), bem como os Relatórios de Prestação de Conta;
- 4.6.9. Executar os recursos do presente termo exclusivamente através das contas específicas para este fim, sendo expressamente vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- 4.6.10. Obriga-se a comunicar imediatamente à SMS de qualquer mudança de responsável técnico;
- 4.6.11. A OSC se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível;
- 4.6.12. Obriga-se a não transferir a outrem as obrigações assumidas neste TERMO DE COLABORAÇÃO, sem prévia autorização do MUNICÍPIO;
- 4.6.13. O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive *in loco*, na sede da OSC, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes;
- 4.6.14. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à execução das atividades, nos estritos termos do art.14 da Lei 8.078, de 11.09/90 (Código de Defesa do Consumidor);

#### **4.7. DA FISCALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 4.7.2. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações os dados da parceria celebrada com a administração pública, nos termos do artigo 11 da Lei 13.019/2014;
- 4.7.3. Dar ampla transparência, inclusive em site na internet, dos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente com a divulgação dos cargos e valores;
- 4.7.4. Permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos agentes da administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e auditar a execução da parceria;
- 4.7.5. Facilitar a realização de auditorias contábeis nos registros, documentos, instalações, atividades e serviços desta, referentes à aplicação dos recursos oriundos do presente Termo de Colaboração;
- 4.7.6. Submeter-se ao controle do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;
- 4.7.7. Fornecer a esta SMS, sempre que solicitado, informações necessárias à avaliação das atividades contidas no TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.7.8. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO não exclui, nem reduz, a responsabilidade da OSC SELECIONADA, nos termos da legislação vigente.

#### **4.8. DAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES**

- 4.8.2. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), caberá à OSC:
  - a) tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE;
  - b) tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;
  - c) conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;
  - d) implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

e) assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a OSC exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

- 4.8.3. A OSC manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares;
- 4.8.4. A OSC se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível;
- 4.8.5. A OSC se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento;
- 4.8.6. A OSC, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá tratá-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo CONTRATANTE;
- 4.8.7. O CONTRATANTE, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável à matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertado pela CONTRATADA;
- 4.8.8. Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste CONTRATO ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a OSC será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE;
- 4.8.9. O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

4.8.10. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. É lícita a subcontratação, em qualquer caso, dos serviços acessórios ao Termo de Colaboração, tais como: Serviços Médicos, Educação Continuada e Serviços Limpeza e Higienização das Unidades, Locação de Biometria, Locação de Serviços, Aquisição de Crachás e Uniformes, Material de Escritório, Impressos Gráficos, Seguros, Telefonia e outros serviços a especificar;

5.2. As subcontratações terão que ser encaminhadas para o conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo;

5.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá realizar as subcontratações previstos no Plano de Trabalho para o atendimento do objeto do respectivo edital, desde que atenda às metas quantitativas e qualitativas previstas no Termo de Colaboração, assim como no Edital e seus anexos.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO**

- a. Atualizar o PLANO DE TRABALHO;
- b. Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados contidos no TERMO DE COLABORAÇÃO;
- c. Auxiliar no estabelecimento de mecanismos de organização da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- d. Repassar mensalmente e tempestivamente as verbas previstas neste TERMO DE COLABORAÇÃO, nos prazos e condições pactuados;
- e. Nomear, em ato do Secretário Municipal da Saúde, os membros componentes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- f. Analisar os relatórios elaborados pelo COLABORADOR, comparando-se as metas dos descritivos, com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;
- g. Prestar esclarecimentos e informações ao COLABORADOR que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- h. Estabelecer, implantar e manter, em adequado funcionamento, os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no plano de trabalho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- i. Disponibilizar para o COLABORADOR o acesso aos componentes de regulação da SMS; inclusive relatórios e sistemas de informações necessários para o acompanhamento dos serviços e metas contratualizada;
- j. Realizar a regulação do acesso dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde aos demais componentes da Rede de Atenção à Saúde;
- k. Indenizar o colaborador ou a terceiros dos danos ou prejuízos causados por atos dos Agentes Comunitários de Saúde ou de Combate a Endemias por imprudência, negligência ou imperícia;
- l. Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no TERMO DE COLABORAÇÃO, quando este for decorrente de causa externa à atividade da equipe;
- m. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- n. Ceder os bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- o. Disponibilizar medicamentos do componente estratégico e insumos do Programa Municipal de Dispensação de Insumos para Diabetes (PMID), vacinas, preservativos, métodos contraceptivos, e testes rápidos fornecidos pelo Ministério da Saúde para disponibilizar à população com gestão logística pela Secretaria Municipal de Saúde;
- p. Responsabilizar-se nas Unidades de Saúde pela manutenção das instalações, equipamentos, aparelhagem adequadas e a assistência e responsabilidade técnicas;
- q. Lotar nas Unidades descritas no PLANO DE TRABALHO, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, conforme definição da SMS, ficando sob responsabilidade do Município os encargos das verbas salariais e indenizatórias decorrentes dos serviços por eles prestados;
- r. Prestar esclarecimentos e informações à OSC SELECIONADA que visem orientá-la na correta execução das atividades pactuadas, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- s. A aquisição dos medicamentos, insumos e outros serviços não contemplados neste plano de trabalho, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Fundação Municipal de Saúde.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

- 7.1. Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da organização da sociedade civil, registrado e com eventuais alterações. Em se tratando de Universidade deverá constar também declaração emitida pelo respectivo Conselho Universitário ou Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovando a execução do objeto do presente Chamamento Público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 7.2. Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 7.3. Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, se a Organização da Sociedade Civil participante for uma Fundação.
- 7.4. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- 7.5. Comprovação de que possui no mínimo 12 (doze) meses de existência, através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- 7.6. Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, de cada um deles, juntamente com as cópias dos respectivos documentos de identidade e CPF.
- 7.7. Cópia de documento que comprove que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado.
- 7.8. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 7.9. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais e da Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
- 7.10. Ato Declaratório de Isenção do INSS (Art. 308 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100 de 18.12.2003), caso a Organização da Sociedade Civil seja isenta.
- 7.11. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização da Sociedade Civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;
- 7.12. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;
- 7.13. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 7.14. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.
- 7.15. Atestado (s) de Capacidade Técnica ou qualquer outro documento hábil, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a interessada tenha prestado serviços análogos ou compatíveis ao objeto pretendido para rede pública de saúde, experiência mínima de 12 (doze) meses e os demais documentos que fazem parte da qualificação técnica da Organização da Sociedade Civil, descritos abaixo:
- a. O(s) atestado(s) deve(m) conter elementos suficientes para a comprovação da prestação dos serviços semelhantes pela proponente, bem como conter o nome (razão social), CNPJ e endereço do emissor e da OSC, caracterização do fornecimento dos itens, local do fornecimento, nome e cargo do responsável pela emissão do atestado e dados de contato, com o qual o Município possa manter contato com os declarantes, para fins de comprovação da sua legitimidade e eventual realização de diligência
  - b. Certificado de Regularidade de Inscrição de pessoa Jurídica da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM;
  - c. Registro do responsável técnico da empresa no CRM;
- 7.16. Balanço Patrimonial comprovando a boa situação financeira;
- 7.17. Possuir em vigor 1 ou mais contratos de gerenciamento ou operacionalização de unidades com outros municípios e/ou Estados;
- 7.18. Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses.
- 7.19. Declaração do representante legal de que a Organização da Sociedade Civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 4 do presente Edital.
- 7.20. Certidões negativas de falência ou insolvência civil ou recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização da Sociedade Civil. Para as entidades sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas. As entidades sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e recuperação judicial ou extrajudicial. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

- 7.21. Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei Federal nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro ou Declaração firmada pelo representante legal da organização da sociedade civil de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Para as organizações da sociedade civil sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.
- 7.22. Atestado de Visita comprovando que a Organização da Sociedade Civil tomou conhecimento mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor de sua proposta:
- a. A visita técnica será facultada, sendo obrigatória ao participante que optar por não realizar a visita técnica apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, que é de total responsabilidade da OSC a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua opção por não realizar a vistoria, não cabendo a alegação de desconhecimento de qualquer fato que poderia ser verificado mediante a realização de visita técnica como motivo para qualquer reivindicação que não esteja prevista no edital e no respectivo Termo de Colaboração assinado entre as partes, devendo cumprir fielmente todas as determinações firmadas por força do presente certame;
  - b. A comprovação da visita técnica será feita através de Declaração de Visita Técnica, emitido pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.
  - c. Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando o direito à visita técnica, e emitir **DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO**.
- 7.23. Os documentos necessários à habilitação da Organização da Sociedade Civil farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação, por servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no momento da sessão pública.
- 7.24. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes “A” e “B”.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

8.1 A empresa vencedora deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. Ressalta-se que as contratações realizadas pela Administração Pública devem primar pela utilização de materiais recicláveis, com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consumam menor quantidade de matéria-prima e energia, e orientem as cadeias produtivas a práticas mais sustentáveis de gerenciamento e gestão.

8.1.1 os materiais deverão apresentar padrões de produção de bens e serviços a partir de critérios, procedimentos administrativos e jurídicos que sinalizem, para a FUNDAÇÃO, os patamares de custos e padrões produtivos/tecnológicos mais adequados sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental. É nesse sentido que a FUNDAÇÃO tem seu foco na proteção ao meio ambiente com produtos e serviços de menor impacto ambiental, e sinalizando assim para as empresas a necessidade de adaptação de seus processos produtivos aos novos padrões ambientais, sociais e econômicos, sob pena de exclusão do mercado das compras públicas. (Constituição Federal/1988, art. 225 inciso VI, c/c art.170, inciso VI; Instrução Normativa nº1/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);

8.2 A empresa ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quando couber, adotará as seguintes práticas de sustentabilidade definidas no art. 2º do Decreto nº 43.629, de 05 de junho de 2012, ou outras que o Poder Executivo venha a estabelecer, tais como:

I - Economia no consumo de água e energia;

II - Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

III - Racionalização do uso de matérias-primas;

IV - Redução da emissão de poluentes;

V - Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;

VI - Implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;

VII - Utilização de produtos de baixa toxicidade;

VIII - utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

## **9. VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Existem muitas possibilidades de melhorar o desempenho operacional das Unidades com a gestão sendo assumida por um parceiro privado. Essas vantagens redundarão em uma melhor assistência à





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

nossa população e uma melhor percepção de eficiência do serviço do SUS, indo além do compromisso contratual de aumentar o volume de atendimentos, dentro da dotação orçamentária definida.

9.2. Dentre essas as vantagens na mudança do modelo de gestão municipal para privada, citamos, sem esgotar o tema:

9.2.1. Considerando que a vantajosidade da adoção desse regime está diretamente relacionada ao princípio da eficiência, que já encontra previsão no ordenamento jurídico brasileiro muito antes da atual Constituição Federal, grafado, por exemplo, no Decreto-Lei nº 200/1967 como o “dever de boa administração” e reafirmado na Constituição Federal de forma implícita em 1998, por meio da Emenda Constitucional nº. 19. Desse modo, prestar serviços eficientes não é apenas uma faculdade da Administração, e sim uma obrigação e para isso é preciso acompanhar as novas tendências e se adaptar à prestação de serviços adequados e modernos. Isso, devido a melhoria na infraestrutura com a desburocratização no uso dos recursos e na rápida contratação de pessoal em caso de vacância, além de um aumento no alcance das metas propostas pelo Ministério da Saúde, o que acaba por gerar mais recursos para investimento na saúde do Município. Portanto, não basta ao gestor público encontrar soluções possíveis ou fáceis, mas este deve implementar a solução que seja a melhor para o caso concreto, obtendo o máximo resultado na busca pelo atendimento das necessidades comunitárias. Além disso, a análise da efetiva realização do interesse público, objetivamente demonstrável através da vantajosidade, no momento da aplicação da norma, deve ocorrer mediante o equilíbrio entre o custo razoável e os resultados abrangentes, não se restringindo aos custos da prestação do serviço. Logo, deve o gestor público atuar de modo ágil e preciso para produzir resultados que atendam às necessidades da população, com produtividade e economicidade, de forma a garantir o bom uso do dinheiro público, ainda mais em tempos de dificuldades econômicas no país.

## **10. ESTIMATIVA DE VALOR**

10.1 O limite máximo de orçamento anual previsto para a realização dos serviços objeto do Termo de Colaboração está incluso na Lei Orçamentária Anual, tendo como valor máximo de custeio anual estimado em **R\$ 166.359.027,84 (Cento e sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos).**

## **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Os recursos necessários à realização do objeto estão vinculados à seguinte dotação orçamentária:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 23.051.10.301.2072.2125**

**CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39.00**

**FONTE DE RECURSO: 00,21,34,39 e 46**

## **12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

12.1 O respectivo Termo de Colaboração terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Termo de Colaboração, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até que se completem em 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse da Administração Pública, concordância da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e comprovada vantajosidade.

### **13. METAS DE PRODUÇÃO**

13.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve realizar mensalmente o volume de procedimentos estimado, conforme **ANEXO II**;

13.2. As metas de produção serão analisadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, realizando a fiscalização, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação de glosa;

### **14. DO PAGAMENTO**

14.1. Por força do Termo de Colaboração a FUNDAÇÃO pagará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os valores correspondentes ao cumprimento do objeto do mesmo, efetivamente executado, mensalmente, acompanhado do atesto realizado pela Fiscalização do Termo de Colaboração, conforme cronograma de repasse.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O respectivo Termo de Colaboração deverá determinar que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 13.019 de 31 de julho de 2014, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições contratualmente previstas e, após a formalização do Termo de Colaboração, por recusa ou descumprimento às cláusulas contratuais.

15.2. Igualmente restará previsto no respectivo Termo de Colaboração que, caso os objetos contratados sejam entregues de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores desta seção:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa, nas hipóteses de reincidência de descumprimento contratual;

15.2.3. Multa moratória de 1% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do Termo de Colaboração;

15.2.4. Pela caracterização de inexecução total do objeto ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, será aplicada multa de até 30% do valor global do Termo de Colaboração e rescisão unilateral do Termo de Colaboração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

15.2.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Secretaria Municipal de Saúde, por até 02 (dois) anos;

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

15.3. Restará previsto no respectivo Termo de Colaboração, ainda, que no caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou ajuizada a dívida, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês;

## **16. CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL CEDIDO**

16.1. Ficará cedido a OSC finalidade prevista no objeto do respectivo Termo de Colaboração, comprometendo-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o imóvel cedido ou os direitos e obrigações decorrentes do respectivo Termo de Colaboração, salvo expressa e previa decisão autorizativa do Sr. Secretário de Municipal de Saúde e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

16.2. Obrigar-se-á a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a bem conservar o imóvel cujo uso lhe será cedido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação as suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe ainda, nas mesmas condições, a sua guarda até a efetiva devolução, em caso de necessidade de reparo, melhoria ou readequação a OSC deverá solicitar via ofício a SMS, que é a responsável pela manutenção predial, para que a mesma seja providenciada.

16.3. Findo o respectivo Termo de Colaboração, reverterão automaticamente ao patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, sem direito a indenização ou a retenção em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, todas as construções, benfeitorias, equipamentos que não sejam locados, e/ou instalações existentes no imóvel, assegurado a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

16.4. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará obrigada, por si e sucessores, a desocupar o imóvel e restituí-lo nas condições previstas no respectivo termo ao término de seu prazo, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa.

16.5. Findo, a qualquer tempo, o Termo de Colaboração deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL restituir o imóvel em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

16.6. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará sujeita a multa diária do valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor do Termo de Colaboração, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do referido Termo de Colaboração, se, findado o Termo de Colaboração por qualquer das



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

formas aqui previstas, não for restituído o imóvel na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

16.7. A multa incidirá até o dia em que o imóvel for efetivamente restituído ou retorne aquelas condições originais, seja por providências da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, seja pela adoção de medidas por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

16.8. Terminado o Termo de Colaboração poderá a Secretaria Municipal de Saúde promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou terceiros.

16.9. Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pela Secretaria Municipal de Saúde para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco da sua guarda cujas despesas ficam a cargo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

16.10. Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção poderá a Secretaria Municipal de Saúde, mediante decisão a exclusivo critério do Sr. Secretário de Municipal de Saúde:

a) doá-los, em nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a qualquer instituição de beneficência ou quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;

b) vendê-los, ainda em nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para com a Secretaria Municipal de Saúde ou despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo em nome do Contratado.

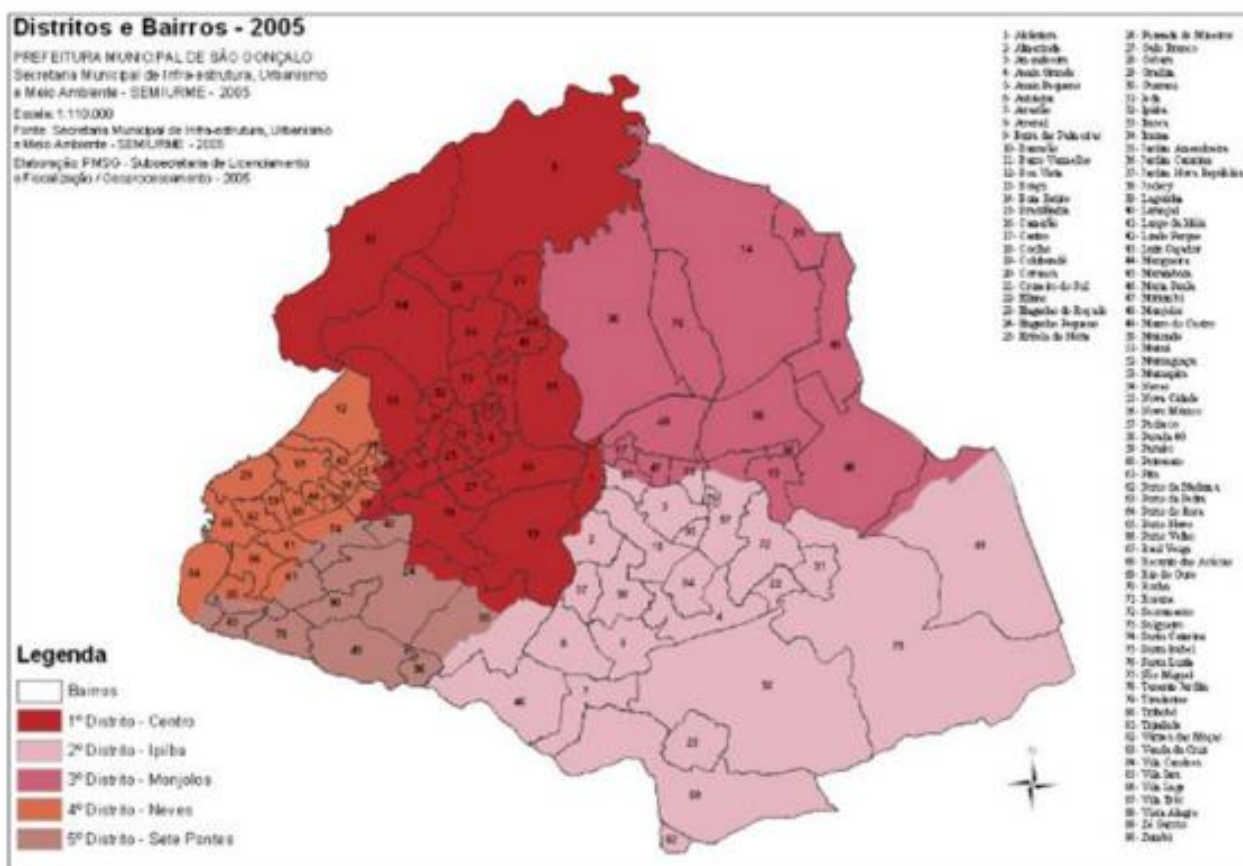


ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**ANEXO I - PLANO DE TRABALHO**

**1. MAPEAMENTO TERRITORIAL**

**DISTRITOS E BAIRROS**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**2. ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

POLO SANITARIO WASHINGTON LUIZ LOPES	
ENDEREÇO	ALAMEDA PIO XII - ZE GAROTO - SÃO GONÇALO
TELEFONE	2604-7258
POLO SANITARIO HELIO CRUZ	
ENDEREÇO	RUA DA CONCORDIA, S/N
TELEFONE	2702-5643
POLO SANITARIO PAULO MARQUES RANGEL	
ENDEREÇO	ESTRADA DA CONCEICAO, S/N - PORTAO DO ROSA
TELEFONE	
POLO SANITARIO JORGE TEIXEIRA DE LIMA	
ENDEREÇO	RUA CARIRANHA - JARDIM CATARINA
TELEFONE	3708-5652
POLO SANITARIO RIO DO OURO	
ENDEREÇO	AVENIDA EUGENIO BORGES, S/N KM 07
TELEFONE	2729-4727



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

POLO SANITARIO HELIO CRUZ						
R. Concórdia - Alcantara, São Gonçalo						
BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	
Trindade	89	USF Irmã Dulce	Rua Domingos Damasceno Duarte, 809	311413	2291819	PRÓPRIA
	94			311405		
	95			312754		
Trindade	92	USF Trindade	Rua Juiz de Fora, 581	311758	2291991	ALUGADA
Chumbada	48	USF Mutondo II	Rua Leandro Leal, 11	312223	3284638	CEDIDA
	51			312215		
Colubande	25	USF Josyandra de Moura Mesquita	Av Jornalista Roberto Marinho, S/N	312002	2814811	CEDIDA
	24			311995		
	50			312614		
Colubande	19	USF Colubande I	Rua August Rush, 45	312819	5474795	CEDIDA
Colubande	21	USF Colubande II	R.Exp.Barli Azevedo Vieira, 48	312835	5474825	ALUGADA
	22			312800		
Lagoinha	323	USF Lagoinha	Rua Felipe Mascarenhas, 243	1512617	7442017	ALUGADA
Pacheco Tiradentes	347	USF Pacheco	Rua Justino Marques, 183	311650	2291959	ALUGADA
	356			311669		
Jardim Alcantara	2	USF Jardim Alcantara	Rua: Anísio Teixeira, 130	312584	5473950	ALUGADA
	3			312592		
Amendoeira	204	USF Osvaldo Cruz	Rua Domingos da Costa, S/N	310964	2291606	PRÓPRIA
	205			310972		
Bandeirantes	341	USF Bandeirantes	Rua Senador Jose Kairala, s/n	310905	2291576	PRÓPRIA
	338			310980		
BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	
Mutondo	45	Clínica Municipal Gonçalves	Rua Dr Alfredo Backer 358	312770	7603258	PRÓPRIA
	47			312797		
	49			312517		
	91			311391		
	97			312746		
	98			312738		
	99			312371		
	367			312878		
BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Luiz Caçador	42	USF Tancredo Neves	Estrada da Trindade, s/nº	311146	2291657	PRÓPRIA
	43			311103		
	93			311103		
	96			311111		
				311138		





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**POLO SANITARIO JORGE TEIXEIRA DE LIMA**

Rua Caririnha - Jardim Catarina, São Gonçalo - Tel 3708-5652

BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	
Jardim Catarina	304	USF Jardim Catarina III	Rua Caetes It 30 qd 84	312398	5473594	ALUGADA
	305			312401		
Jardim Catarina	310	USF Floriano Barbosa	Av. Albino Imparato, s/nº	312460	5473659	PRÓPRIA
	311			312479		
	313			312452		
Jardim Catarina	315	USF Jardim Catarina VII	Rua Madeira Freitas 2, qd 81	311677	2291967	CEDIDA
Jardim Catarina	314	USF Jardim Catarina I	Av. Albino Imparato, S/N	311847	2297221	PRÓPRIA
	316			311820		
	319			311839		
Jardim Catarina	317	USF João Goulart	Rua dos Marfins s/ n	311189	2291673	PRÓPRIA
	318			311170		
Jardim Catarina	322	USF Jardim Catarina IX	Rua Adelaide Lima, 252	311693	2291975	ALUGADA
Vila Tres	360	USF Vila Três	Rua Januário Barbosa, 129	312843	5726956	ALUGADA
	505			1622226		
Santa Luzia	426	USF Elza Borges	Rua Visconde de Seabra, s/n	313033	6787851	PRÓPRIA
Santa Luzia	359	USF Santa Luzia	Av Santa Luiza, S/N	311855	2297248	PRÓPRIA
	436			1475347		
Jardim Catarina	303	USF Agenor Jose da Silva	Rua Eugenio Flomentim, s/n	312444	5473632	PRÓPRIA
	306			312606		
Jardim Catarina	308	USF Jardim Catarina V	Rua Florentino Geovani, Lt 26 Qd 202	312649	5474000	ALUGADA
	320			312312		
	309			312630		
BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	
Bom Retiro	334	USF Roberto Silveira	Rua Joaquim Nabuco s/n	1638335	2291681	PRÓPRIA
	300			311197		
Bom Retiro	301	USF Geremias de Matos Fontes	Rua Laudelino Freire S/N	1600044	7923449	PRÓPRIA
Guaxindiba	302	USF Louis Pasteur	R. Zilda Silveiras, s/nº	311057	2291630	PRÓPRIA
	504			1591975		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Largo da Idéia	329	USF Florença Helena Pereira da Silva Marins	Rua Gerônimo Pina S/n	311081	2291649	PRÓPRIA
Marambaia	422	USF Ari Teixeira	Rua General Savari s/n	311553	2291886	PRÓPRIA
Marambaia	13	Clínica da Família de Marambaia	R. Alm. Silvio Hecker, Lt 03	312266	5469902	ALUGADA
	440			313114		
	441			1543946		
Monjolos	340	USF Anibal Porto	Rua Almirante Pena Boto, 1923	311073	6000894	PRÓPRIA
	416			312959		
Apollo III	437	USF Apollo III	Rua Anísio Pereira Rodrigues, Lt 753 qd 27	313041	6931324	ALUGADA
	438			313092		
	439			313084		
Laranjal	327	USF Juarez Antunes	Rua Alzira Vargas s/n	311030	2291622	PRÓPRIA
	330			1630555		
	353			311049		
Jardim Bom Retiro	333	USF Vista Alegre	Rua Luiz Gama Lt 22 qd 205	1638327	6127797	ALUGADA
	423			313017		
BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	
Lagoinha/Laranjal	324	USF Luiz Paulo Guimarães	Rua Aristides Lima s/n	311294	2291738	PRÓPRIA
	325			311278		
	326			311243		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**POLO SANITARIO PAULO MARQUES RANGEL**

Estrada da Conceição, s/n - Porto do Rosa, São Gonçalo

BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	CNES	INE	
Fazenda dos Mineiros	31	USF Leoncio Correa	Rua Coronel Andrade Vilela s/n	5473500	312347	CEDIDA
Fazenda dos Mineiros	44	USF Manoel da Ilhota	R: Jose Carlos de Oliveira 1766	5473675	312495	ALUGAD A
Fazenda dos Mineiros	30	USF Carlos Chagas	Rua Exp Manoel Chagas, s/nº	2291568	310875	PRÓPRIA
	66				310883	
Recanto das Acácias/Salgueiro	14	USF David Capistrano	Estrada da Sapucaia, s/nº(Recanto das Acácias 3010)	3029123	312142	PRÓPRIA
	72				312134	
Itaúna	39	USF Itaúna II	Av. Porto do Rosa, s/n (Polo)	5473608	312428	CEDIDA
Palmeiras I	64	USF Neuza Goulart Brizola	Estrada das Palmeiras s/nº	2291754	311308	PRÓPRIA
Salgueiro	335	USF Salgueiro	Rua Rubens Doria, 01		1638491	CEDIDA
Palmeiras II	421	USF Palmeiras II	Rua dezoito, casa 03	6005217	313009	ALUGAD A
Mutuapira	57	USF Alberto Constantino Farah	Estrada da Covanca, S/N	2291762	311324	PRÓPRIA
	58				311332	
	59				311316	
Mutua	52	USF Mutua I	Rua Verao, 63	6946917	313076	CEDIDA
Mutua	53	USF Mutua II	Rua Manoel Nogueira, s/n	2292009	311766	PRÓPRIA
	54				311774	
Mutuaguaçu	55	USF Mutuaguaçu	Rua David Alves, S/N	2292017	311782	PRÓPRIA
Itaoca	35	USF Albert Sabin	Estr. Itaoca s/n	2291770	311340	PRÓPRIA
Boaçu	6	USF Mahatma Gadhi	Rua Francisco Barbeiro, s/nº	2291878	311545	PRÓPRIA
	7				311537	
BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	CNES	INE	
Itauna	36	USF Itauna I (Valeria)	Trav Ernestina Pires, nº100	2291983	311707	PRÓPRIA
	37				311723	
	38				311715	
	8				311448	
Boaçu		USF Alexander Fleming	Rua Capitão Acácio s/ n	2291827		PRÓPRIA
	10				311456	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
 COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Boa Vista	401	USF Dr Jose Bruno Neto	R: Joaquim Vieira de Souza, 316	3029077	312045	ALUGAD A
	402				312037	
São Miguel	82	USF São Miguel	Rua Candido Gurgel, 56 fundos	2702673	311979	ALUGAD A
	83				311960	
Nova Cidade	61	USF Nova Cidade	Rua Vicente de Lima Cleto, 92	2291932	311634	ALUGAD A
	63				311626	
Boa Vista	321	USF Jair Arantes da Cruz(Abacatao)	Rua Pires do Rio, 211	5474043	312681	ALUGAD A
Antonina /Cruzeiro do Sul	4	USF Antonina/ Cruzeiro do Sul	Rua Thomaz Rodrigues 178	3284611	312185	ALUGAD A
	5				312193	
	27				312827	
Portão do Rosa	500	USF Portão do Rosa	Rua Alfredo Bahiense, s/n	7430582	154593 0	PRÓPRIA
	501				159196 7	
	502				151256 0	
Nova Cidade	415	USF Nova Cidade II	Rua Ponte Negra, Lt 330	600088 6	312940	CEDIDA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**POLO SANITARIO WASHINGTON LUIZ LOPES**

Alameda Pio XII - Ze Garoto, São Gonçalo

BAIRRO	EQ	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	CNES	INE	
Gradim	903	USF Bocayuva Cunha	Rua Cruzeiro do Sul s/n	3148505	312169	PRÓPRIA
Gradim	601	USF Manuel Baptista	Rua Visconde de Itaúna, S/N - CIEP	9101039	1614479	CEDIDO
Gradim	427	USF Ana Neri	Rua Silvio Vallet, lt 18	2291614	311022	PRÓPRIA
	428				310999	
	431				311006	
	432				311014	
Morro do Castro	901	USF Armando Leão Ferreira	Alameda Estados Unidos s/n	3029093	312061	PRÓPRIA
	904				312088	
Neves	404	USF Neves	Rua Floriano Peixoto, 2306 - Neves	5473993	312622	ALUGADA
	405				312762	
	503				1528483	
Porto Novo	100	USF Bento da Cruz	Rua Domingos Carvalhães s/nº	5474035	312673	PRÓPRIA
Santa Catarina	434	USF Luiz Carlos Prestes	Rua:Drº Jurumenha s/nº	2291703	311219	PRÓPRIA
	454				311227	
	424				313025	CEDIDO
Tenente Jardim	455	USF Tenente Jardim	Rua: Dr March, 2295	7044879	313106	CEDIDO
Venda da Cruz	413	Clinica da Familia Dr Jardel do Amaral	Rua Dr Porciuncula, S/N	5995191	312924	ALUGADA
Vila Lage	1	USF Vila Lage	Travessa Luiz Esteves, 86 - Barro Vermelho	5473942	312576	CEDIDO
Paiva	418	USF Victor Chimelly	Rua Capitao Joao Monteiro, s/n	6004512	312975	PRÓPRIA
	419				312983	
Porto Novo	Rede	UBS Haroldo P.Nunes	Rua Capitao Joao Manoel, 1357	2291908		PRÓPRIA
Porto da Madama	Rede	UBS Robert Kock	Rua Ary Parreiras, s/n	2291797	312967	PRÓPRIA
	417			6004504 EXCLUIDO		
Porto da Pedra	410	USF Barbosa Lima Sobrinho	Rua Abílio José de Matos	2291894	311561	PRÓPRIA
	433				311588	
BAIRRO	EQUIPE	MYLENA WLL	ENDEREÇO	CNES	INE	
Água Mineral	20	USF Água Mineral	Rua: Salvatori, 2261	5474760	312789	ALUGADA
Engenho Pequeno	425	USF Juvenil Francisco Ribeiro	Estrada da Basiléia s/nº	2291592	310956	PRÓPRIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
 COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

	23			5469929- excluido	312290	
Engenho Pequeno	406	USF Engenho Pequeno	Rua Waldir dos Santos 75 qd 02 lt 02	5873983	312851	CEDIDA
Estrela do Norte/Galo Branco	29	USF Madre Tereza de Calcutá	Estrada Boqueirão Pequeno 1015	2292025	311812	PRÓPRIA
	32				311804	
	34				311790	
Galo Branco	33	USF Galo Branco	Rua Egirio Justi s/n	5469937	312304	CEDIDA
Lindo Parque	40	USF Pastor José Marcos Alves	AV. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 09	5474019	312657	CEDIDA
	41				312363	
Zé Garoto	411	USF Zé Garoto	Av. Presidente Kenedy 140	6000843	312932	ALUGADA
Pita	328	USF Pita	Rua Mentor Couto, 925	5469961	312339	CEDIDA
Rocha	73	USF Wally Figueira da Silva	Estr. de Malafaia s/n	2291800	311367	PRÓPRIA
	74				311375	
	75				311359	
Galo Branco	76	USF Menino Deus	Rua Antonio Xavier, 219	3029115	312126	ALUGADA
	78				312231	
Rocha	79	USF Rocha	Rua Louvaldino Antonio de Lima, 137 Lt 28	3284646	312258	ALUGADA
Brasilândia	11	USF Brasilândia	Rua: Miguel Angelo s/nº	2291924	311618	CEDIDO
	12				311596	
	104			5474027- excluido	312665	
Bairro Rosane	103	USF Getulio Vargas	Rua Minas Gerais, S/N	2291665	311162	PRÓPRIA
	403				311154	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
 COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**POLO SANITARIO RIO DO OURO**

Av. EUGENIO BORGES, S/N KM 07 - Tel 2729-4727

BAIRRO	EQ	CAROL NERY	ENDEREÇO	INE	CNES	
Eng.do Roçado	218	USF Hiparco Ferreira	Alameda Alagoas, S/N	311952	2297329	PROPRIO
Arrastão Arsenal	600	USF VEREADOR JOSIAS MUNIZ	Estrada do Arrastão s/n	1614460	9100989	PROPRIO
Jóquei	332	USF Flavio Henrique de Brito	Rua Oscar Gomes, s/nº	1637851	5936586	PROPRIO
	408			312908		
Jóquei	206	USF Marileia Cardoso	Rua Marcelino Pereira Costa, s/n	312282	5473721	PROPRIO
	207			312541		
Tribobo	84	USF Badger Silveira	Rua Acácio Raposo S/N	312118	3029107	PROPRIO
Tribobó	88	USF José Avelino de Souza	Rua Jose Francisco Batista Rios, s/n	311235	2291711	PROPRIO
Novo México	902	USF Enf. Luiza de Marillac	Rua Godofredo Siqueira Leite S/N	312053	3029085	PROPRIO
Maria Paula	213	USF Doutel de Andrade	Av. Odilon Noberto Ferreira, s/nº	311871	2297264	PROPRIO
	214			311898		
	215			311863		
	216			311901		
Coelho	912	USF Coelho	Rua Candido Reis, 293	312533	5473713	ALUGADA
	913			312568		
	914			312509		
Miriambi	337	USF Waldemar Costa Nunes	Rua Alvorada - S/N	311987	5994411	PROPRIA
	414			312916		
Pacheco	355	USF Adolpho Lutz	Rua Nazario Machado, s/n	311928	2297302	PROPRIA
	915			311936		
BAIRRO	EQUIPE	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	INE	CNES	
Almerinda	210	USF Almerinda	Rua Sargento Fernando Fontes, 412	312487	5469953	ALUGADO
	211			312320		
	212			312355		
Sacramento	354	USF Emílio Ribas	Estr. do Sacramento, S/N	311502	2291851	PROPRIA
	358			311510		
	201			311529		
Vila Candoza	407	USF Vila Candoza	Estrada do Coelho, S/N	312886	5935261	PROPRIA
Ípiiba	217	USF Ipiíba	Estrada de Ipiíba S/N CIEP 414	311944	9058958	CEDIDA





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
 COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

<b>Quinta Dom Ricardo</b>	430	USF Quinta Dom Ricardo	Estrada Bonsucesso, It 03 Qd 22	313068	6931375	CEDIDA
<b>Santa Izabel</b>	208	USF Santa Izabel	Estrada da Serrinha, S/N	310859	2291541	PRÓPRIA
<b>Itaitindiba</b>	362	USF José Jorge Cortes Freitas	Rua Cap. Alberto Soares, 50 - Santa Izabel.	310867	9267352	PRÓPRIA
<b>Raul Veiga</b>	343	USF Raul Veiga	Rua Nereu Ramos, 355	310891	7445687	ALUGADO
<b>Capote</b>	17	USF Mal.Candido Rondon	R.Exp.Jose Custodio Sampaio, s/n	311480	2291843	PRÓPRIA
	18			311499		
<b>Meia Noite/Eliane</b>	202	USF Manoel de Abreu	Rua Estrada da Meia Noite s/n	311464	2291835	PRÓPRIA
	203			311472		
	420			312991		
<b>BAIRRO</b>	<b>EQUIPE</b>	<b>UNIDADE DE SAÚDE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>INE</b>	<b>CNES</b>	
<b>Arsenal</b>	86	Clinica Municipal Gonçalves Euryclides de Jesus Zerbini	Av Eugênio Borges, S/N	310921	9384545	PRÓPRIO
	412			310913		
	85			312703		
	435			312711		
	87			312096		
	331			1637894		
	409			312894		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

DIFÍCIL ACESSO DO USUÁRIO NA USF (UNIDADE DA SAÚDE DA FAMÍLIA)		
POLO SANITÁRIO	BAIRRO	USF
POLO SANITARIO RIO DO OURO	JÓQUEI	USF Flavio Henrique de Brito USF Marileia Cardoso
	NOVO MÉXICO	USF Enf. Luiza de Marillac
	MARIA PAULA	USF Doutel de Andrade
	COELHO	USF Coelho
	MIRIAMI	USF Waldemar Costa Nunes
	PACHECO	USF Adolpho Lutz
	ALMERINDA	USF Almerinda
	VILA CANDAZA	USF Vila Candoza
	QUINTA DOM RICARDO	USF Quinta Dom Ricardo
	CAPOTE	USF Mal.Candido Rondon
	MEIA NOITE	USF Manoel de Abreu
POLO SANITÁRIO WASHINGTON LUIZ LOPES	MORRO DO CASTRO	USF Armando Leão Ferreira
	ENGENHO PEQUENO	USF Juvenil Francisco Ribeiro
POLO SANITÁRIO PAULO MARQUES RANGEL	COMPLEXO DO SALGUEIRO	TODAS AS UNIDADES
	LUIZ CAÇADOR	USF Tancredo Neves
POLO SANITÁRIO PAULO MARQUES RANGEL	TODOS OS BAIRROS	TODAS AS UNIDADES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ATENÇÃO BÁSICA	
MODALIDADE	QUANTITATIVO
UNIDADES DE ESF	107
EQUIPES DE ESF	208
CONSULTORIO DE RUA	1
NASF	25
PNAISP	4
ACADEMIA DA SAUDE	6
EAP	19





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**3. DETALHAMENTO DAS COMPOSIÇÕES DAS EQUIPES E ATRIBUIÇÕES DE CADA CATEGORIA PROFISSIONAL**

**3.1. COMPOSIÇÃO DE EQUIPE:**

As equipes deverão ter as seguintes composições mínimas para execução das atividades propostas (Portaria nº 32, de 19 de maio de 2021, do MS):

- a) Equipe de Saúde da Família (ESF): Médico, Enfermeiro, Técnico de enfermagem e Agente Comunitário de Saúde (responsabilidade da SMS) / Agente Comunitário (Contratado pela OSC);
- b) Equipe de Saúde Bucal (ESB): Cirurgião-dentista e Técnico ou Auxiliar em saúde bucal;
- c) Equipe de Atenção Primária (EAP): Médico e Enfermeiro;
- d) Equipe de Consultório na Rua (ECR): Modalidade III

A equipe de apoio e gestão deverá ser composta minimamente por profissionais que auxiliem nos processos de trabalho e sejam referência para as Unidades de Saúde que serão geridas pela entidade.

CATEGORIA	TIPO DE CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QTD
<b>GERENTE DE CONTRATO</b>	CLT	40h	1
<b>SUPERVISÃO GERAL ESF/EAP/ACADEMIA DE SAUDE</b>	CLT	40h	25
<b>SUPERVISÃO GERAL NASF / CONSULTORIO DE RUA</b>	CLT	40h	5
<b>SUPERVISÃO GERAL DE SAÚDE PRISIONAL</b>	CLT	40h	1
<b>SUPERVISÃO GERAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	CLT	40h	1
<b>SUPERVISÃO GERAL SAUDE BUCAL</b>	CLT	40h	1
<b>SUPERVISÃO GERAL ADMINISTRATIVA</b>	CLT	40h	1
<b>SUPERVISÃO GERAL LINHA DE CUIDADOS</b>	CLT	40h	5
<b>AUXILIAR ADMINISTRATIVO (APOIO AS COORDENAÇÕES)</b>	CLT	40h	18
<b>COORDENAÇÃO GERAL DE ENFERMAGEM</b>	CLT	40h	1
<b>COORDENAÇÃO GERAL NASF</b>	CLT	40h	1
<b>COORDENAÇÃO GERAL ODONTOLOGICA</b>	CLT	40h	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

### 3.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA

#### **3.2.1. SÃO ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS PROFISSIONAIS:**

- a. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;
- b. Manter atualizado o cadastramento das famílias e dos indivíduos no sistema de informação indicado pelo gestor municipal e utilizar, de forma sistemática, os dados para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- c. Realizar o cuidado da saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e, quando necessário, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros);
- d. Realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- e. Garantir a atenção à saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde;
- f. Participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo à primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, responsabilizando-se pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- g. Realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- h. Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando necessitar de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde;
- i. Praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa a propor intervenções que influenciem os processos de saúde-doença dos indivíduos, das famílias, das coletividades e da própria comunidade;
- j. Realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- k. Acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho;
- l. Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na atenção básica;
- m. Realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações;
- n. Realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe;
- o. Participar das atividades de educação permanente;
- p. Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- q. Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais;  
e
- r. Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

### **3.2.2. DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS POR PROFISSIONAL:**

➤ **ENFERMEIRO:**

- a. Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- b. Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços;
- c. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- d. Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe;
- e. Contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe;
- f. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

➤ **DO AUXILIAR E DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM:**

- a. Participar das atividades de atenção realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);
- b. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- c. Realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe;
- d. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e
- e. Contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente.

➤ **DO MÉDICO:**

- a. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- b. Realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);
- c. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- d. Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;
- e. Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- f. Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe; e
- g. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USB.

➤ **DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

- a. Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- b. Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- c. Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- d. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- e. Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;
- f. Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- g. Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e
- h. Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades Bolsa-Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo governo federal, estadual e municipal, de acordo com o planejamento da equipe.

➤ **DO CIRURGIÃO-DENTISTA:**

- a. Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- b. Realizar a atenção em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade;
- c. Realizar os procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares;
- d. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- e. Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- f. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- g. Realizar supervisão técnica do técnico em saúde bucal (TSB) e auxiliar em saúde bucal (ASB); e
- h. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

➤ **DO AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL (ASB):**

- a. Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
- b. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- c. Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;
- d. Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas;
- e. Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;
- f. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- g. Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;
- h. Processar filme radiográfico;
- i. Selecionar moldeiras;
- j. Preparar modelos em gesso;
- k. Manipular materiais de uso odontológico; e
- l. Participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

➤ **DO GERENTE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA**

- a. Promover a integração e o vínculo entre as os profissionais das equipes entre estes e os usuários;
- b. Conhecer e divulgar as normas e diretrizes municipais, estaduais e nacionais que incidem sobre a Atenção Primária, de modo a orientar a organização do processo de trabalho na Unidade de Saúde da Família (USF), promovendo discussões com as equipes;
- c. Participar e orientar o processo de territorialização e diagnóstico situacional, o planejamento e a programação das ações das equipes, incluindo a organização da agenda das equipes;
- d. Monitorar e avaliar, com os demais profissionais, os resultados produzidos pelas equipes, propondo estratégias para o alcance de metas de saúde;
- e. Acompanhar, orientar e monitorar os processos de trabalho das equipes que atuam na AB sob sua gerência;
- f. Contribuir para a implementação de políticas, estratégias e programas de saúde;
- g. Atuar na mediação de conflitos e resolução de problemas das equipes;
- h. Estimular e realizar ações de promoção de segurança no trabalho, incluindo identificação, notificação e resolução de problemas relacionados ao tema;
- i. Assegurar a adequada alimentação de dados nos sistemas de informação da Atenção Primária vigente, por parte dos profissionais, verificando sua consistência, estimulando a utilização para análise e planejamento das ações e divulgando os resultados obtidos;
- j. Potencializar a utilização de recursos físicos, tecnológicos e equipamentos existentes na Unidade de Saúde da Família (USF) (como uso do Prontuário Eletrônico);
- k. Qualificar a gestão da infraestrutura e dos insumos (manutenção, logística dos materiais, ambiência da Unidade de Saúde da Família (USF), zelando pelo bom uso dos recursos e evitando o desabastecimento;
- l. Representar o serviço sob sua gerência em todas as instâncias necessárias e articular com demais atores da gestão e do território com vistas à qualificação do trabalho e da atenção à saúde realizada na Unidade de Saúde da Família (USF);
- m. Conhecer a Rede de Atenção à Saúde (RAS), participar e fomentar o envolvimento dos profissionais na organização dos fluxos de usuários, com base em protocolos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

diretrizes clínicas e terapêuticas, e apoiar o cuidado continuado (referência e contrarreferência) entre equipes e pontos de atenção;

- n. Conhecer a rede de serviços e equipamentos sociais do território e estimular a atuação intersetorial, com atenção diferenciada para as vulnerabilidades existentes no território;
- o. Identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe, visando melhorias no processo de trabalho, na qualidade e resolutividade da atenção, e promover a Educação Permanente, seja mobilizando saberes na própria Unidade de Saúde da Família (USF) ou com parceiros;
- p. Desenvolver gestão participativa e estimular a participação dos profissionais e usuários em instâncias de controle social;
- q. Tomar as providências cabíveis quanto a ocorrências que interfiram no funcionamento da Unidade de Saúde;
- r. Exercer outras atribuições que lhe sejam designadas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, de acordo com suas competências.

➤ **DO FARMACÊUTICO**

- a. Participar do planejamento, estruturação e organização da assistência farmacêutica;
- b. Executar, acompanhar e assegurar a aquisição dos medicamentos, bem como receber e armazenar adequadamente os medicamentos, promovendo a correta distribuição de medicamentos;
- c. Elaborar, em conjunto à equipe multiprofissional, protocolos relativos ao fornecimento de medicamentos aos usuários e à dispensação de medicamentos;
- d. Promover e intermediar, junto aos demais profissionais de saúde, ações que disciplinem a prescrição e a dispensação, garantindo o uso racional de medicamentos.
- e. Realizar ações de educação em saúde voltadas para a comunidade, com a implementação grupos educativos voltados para prevenir e promover a saúde, estimulando a adoção de hábitos saudáveis de vida;
- f. Realizar visitas domiciliares em pacientes nos quais se identifica a necessidade, bem como realizar o atendimento individual visando atender as necessidades de saúde do indivíduo.
- g. Participar da elaboração de planos terapêuticos para o usuário, buscando que paciente entenda as suas condições de saúde e seja corresponsável com o seu tratamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- h. Realizar dispensação, orientação e acompanhamento farmacoterapêutico na unidade de saúde visando à promoção da saúde e à prevenção e resolução de problemas relacionados a medicamentos (PRM).

➤ **DO EDUCADOR FÍSICO**

A atenção básica concentra um amplo contingente de profissionais. A promoção da saúde é desenvolvida por todos, de forma multidisciplinar, mas a prescrição de atividade física é prerrogativa do educador físico. Ele deve atuar na prevenção de patologias e na reabilitação física e cardiopulmonar. Por isso, deve:

- a. Avaliar as limitações físicas de cada paciente;
- b. Considerar aspectos que inviabilizam a prática de exercícios físicos, como pressão arterial de hipertensos ou a glicemia de diabéticos;
- c. Verificar os exercícios mais adequados a cada paciente;
- d. Medir a intensidade, volume e duração dos movimentos;
- e. Determinar intervalos de descanso entre os exercícios e de que forma as atividades serão executadas;
- f. Analisar onde e como os exercícios serão feitos: em casa, ao ar livre, na academia;
- g. Orientar sobre as práticas que precisam ser adotadas para a segurança do paciente;
- h. Manter-se atualizado, a fim de elaborar planos de ações adequados para cada paciente e expandir as possibilidades de abordagem;
- i. Saber conectar as informações passadas pelas equipes técnicas;
- j. Deixar claro para o paciente a relação entre os exercícios físicos e os benefícios advindos da prática.

➤ **DO FISIOTERAPEUTA**

O profissional da fisioterapia compõe essa equipe e está apto a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos em saúde coletiva; tem liberdade de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

participar de câmaras técnicas de padronização de procedimentos em APS, avaliar qualidade, eficácia e riscos à saúde decorrentes de equipamentos de uso fisioterapêutico. Além disso, pode promover assistência organizada em acolhimento, atendimento individual, domiciliar, grupos operativos e atividades educativas em equipe.

- a. Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adultos e idoso, intervindo na prevenção, através da atenção primária e também em nível secundário e terciário de saúde por julgar o profissional habilitado para realizar procedimentos tais como: imobilizações de fraturas, mobilização de secreções em pneumopatas, tratamento de pacientes com AVC na fase de choque, tratamento de pacientes cardiopatas durante o pré e pós cirúrgico, analgesia através da manipulação e do uso da eletroterapia;
- b. Realizar atendimentos domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas e/ou degenerativas, pacientes acamados ou impossibilitados. Encaminhando à serviços de maior complexidade, quando julgar necessário;
- c. Prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo no DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), malformações congênitas, distúrbios nutricionais, afecções respiratórias, deformidades posturais; pois com os procedimentos ou recursos fisioterápicos o número de hospitalizações pode ser reduzido, a progressão das lesões pode ser evitada ou acentuada e o desenvolvimento motor normal pode ser estimulado;
- d. Orientar os pais ou responsáveis, pois qualquer tratamento ou procedimento realizado em pediatria deve contar com a dedicação e a colaboração da família, para que este seja completo e eficaz;
- e. Realizar técnicas de relaxamento, prevenção e analgesia para diminuição e/ou alívio da dor, nas diversas patologias ginecológicas;
- f. No pré-natal e puerpério, devido as modificações gravídicas locais e gerais, o fisioterapeuta pode atuar nestas fases da vida da mulher realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações de como a gestante deve proceder no pré e no pós-parto para que ela possa retornar às suas atividades normalmente;
- g. Na prevenção de câncer, o profissional pode orientar quanto ao diagnóstico precoce: papanicolau e autoexame das mamas. Realizar procedimentos ou técnicas fisioterápicas afins de evitar as complicações da histerectomia e da mastectomia, incluindo drenagem linfática como forma de tratamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- h. Realizar programas de atividades físicas e psicossociais com o objetivo de aliviar os sintomas dessa fase da vida da mulher, onde ela passa da fase reprodutiva para a não reprodutiva (climatério);
- i. Desenvolver atividades físicas e culturais para a terceira idade, para que o idoso consiga realizar suas atividades diárias de forma independente, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo as complicações decorrentes da idade avançada;
- j. Orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado;
- k. Desenvolver programas de atividades físicas, condicionamento cardiorrespiratório e orientações nutricionais para o obeso, prevenindo com isso a instalação de enfermidades relacionadas a obesidade;
- l. Em patologias específicas, como a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes melitus, Tuberculose e Hanseníase;
- m. Prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, afim de prevenir e evitar complicações decorrentes, prescrever exercícios/técnicas respiratórios para diminuir o tempo de internação hospitalar e prevenir deformidades que levam às incapacidades;
- n. Atuar de forma integral às famílias, através de ações interdisciplinares e intersetoriais, visando assistência e a inclusão social das pessoas portadores de deficiências, incapacitadas e desassistidas.

➤ **DA ASSISTENTE SOCIAL**

A área estratégica do serviço social dentro do NASF figura como espaço de construção de respostas às questões sociais que se revelam no cotidiano das unidades de saúde. A atuação volta-se para atender as demandas de atividades coletivas com vias a fortalecer os objetivos da atenção básica, não ignorando os atendimentos individuais. Ao atuar no apoio a saúde da família o assistente social tem um trabalho voltado para a acolhida e a escuta dos usuários, bem como o desenvolvimento de ações que se voltam a fortalecer a autonomia e a participação. Além disso, é de responsabilidade do profissional buscar a integração entre os serviços sociais disponíveis no território e de outros equipamentos públicos que possam promover a integralidade da atenção ofertada. No entanto, toda ação profissional não pode ser isolada devendo ser desenvolvida de forma interdisciplinar. A





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

interdisciplinaridade é um dos pilares do trabalho do NASF visto que as múltiplas profissões dispõem de saberes que devem ser complementares para a promoção do cuidado integral e da resolutividade das demandas.

➤ **DO FONOAUDIÓLOGO**

- a. Participar dos grupos de gestantes para orientar sobre amamentação e hábitos orais inadequados do bebê;
- b. Participar dos grupos de envelhecimento ativo com o objetivo de orientar ações que favoreçam a comunicação oral e habilidades cognitivas, auditivas e vocais;
- c. Participar de grupos e/ou desenvolver ações que favoreçam o desenvolvimento infantil, no que diz respeito às suas áreas de atuação;
- d. Orientar agentes comunitários de saúde, para coletar dados referentes à comunicação dos usuários e detecção de sinais indicadores de alterações da comunicação humana;
- e. Desenvolver atividades de promoção à saúde e de comunicação, por meio da abordagem de temas como saúde materno infantil, desenvolvimento infantil, saúde auditiva, saúde mental, saúde vocal e saúde do idoso;
- f. Realizar visitas domiciliares, para elencar fatores ambientais e familiares que possam gerar alterações na comunicação humana;
- g. Realizar atividades em instituições educacionais;
- h. Participar das entidades representativas da população (conselho gestor, popular);
- i. Realizar com a equipe campanhas de aleitamento materno, saúde auditiva, saúde vocal, envelhecimento ativo, comunicação humana etc.

➤ **DO NUTRICIONISTA**

- a. Realizar o diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população com a identificação de áreas geográficas e segmentos de maior risco aos agravos nutricionais, grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional com base no sistema de vigilância alimentar e nutricional e em inquéritos locais e outras fontes de informação pertinentes, considerando a intersetorialidade e a multicausalidade da situação alimentar e nutricional. Essas informações subsidiam decisões para as ações de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

nutrição e promoção de práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população.

- b. A partir da identificação de situações de risco, favorecer a inclusão social por meio da ampliação do acesso à informação sobre programas sociais e direitos relacionados à alimentação e ao estabelecimento de parcerias locais interinstitucionais e comunitárias, incentivando a inserção das famílias e indivíduos nos programas e nos equipamentos sociais disponíveis e a busca de redes de apoio.
- c. Auxiliar na identificação de características domiciliares e familiares que orientem a detecção precoce de dificuldades que possam afetar o estado nutricional e a segurança alimentar e nutricional da família;
- d. Avaliar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implementação das ações de saúde e de alimentação e nutrição e seu impacto na população;
- e. Desenvolver ações de distintas naturezas para a promoção de práticas alimentares saudáveis em todas as fases do curso da vida e em respostas às principais demandas assistenciais quanto aos transtornos e aos distúrbios alimentares, estabelecendo estratégias conjuntas com diferentes setores e atuando nos espaços sociais da comunidade.
- f. Socializar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como desenvolver estratégias de resgate de hábitos e práticas alimentares regionais relacionadas ao consumo de alimentos saudáveis. Para além do nutriente, da doença, da dieta, da restrição, da reflexão sobre a alimentação cotidiana da população, essa estratégia deve incorporar os saberes sobre a comida, a culinária, a cultura, o prazer, a saúde e a qualidade do alimento, tanto do ponto de vista sanitário quanto nutricional.
- g. Elaborar, em conjunto com a equipe de saúde, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e à nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contrarreferência.
- h. Atuar na formação e na educação continuada das equipes de saúde e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e desnutrição;
- i. Elaborar planos terapêuticos, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pela equipe de saúde, realizando ações multiprofissionais e interdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- j. Desenvolver ações de distintas naturezas para a promoção de práticas alimentares saudáveis em todas as fases do curso da vida e em respostas às principais demandas assistenciais quanto aos transtornos e aos distúrbios alimentares, estabelecendo estratégias conjuntas com diferentes setores e atuando nos espaços sociais da comunidade.
- k. Socializar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como desenvolver estratégias de resgate de hábitos e práticas alimentares regionais relacionadas ao consumo de alimentos saudáveis. Para além do nutriente, da doença, da dieta, da restrição, da reflexão sobre a alimentação cotidiana da população, essa estratégia deve incorporar os saberes sobre a comida, a culinária, a cultura, o prazer, a saúde e a qualidade do alimento, tanto do ponto de vista sanitário quanto nutricional.
- l. Elaborar, em conjunto com a equipe de saúde, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e à nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contrarreferência.
- m. Atuar na formação e na educação continuada das equipes de saúde e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e desnutrição;
- n. Elaborar planos terapêuticos, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pela equipe de saúde, realizando ações multiprofissionais e interdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.
- o. Desenvolver, coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras.

➤ **DO TERAPEUTA OCUPACIONAL**

- a. Avaliar o paciente quanto às suas capacidades e deficiências;
- b. Eleger procedimentos de habilitação para atingir os objetivos propostos a partir da avaliação;
- c. Facilitar e estimular a participação e colaboração do paciente no processo de habilitação ou de reabilitação;
- d. Avaliar os efeitos da terapia, estimular e medir mudanças e evolução;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- e. Planejar atividades terapêuticas de acordo com as prescrições médicas;
- f. Redefinir os objetivos, reformular programas e orientar pacientes e familiares;
- g. Promover campanhas educativas; produzir manuais e folhetos explicativos;
- h. Utilizar recursos de informática;
- i. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

#### **4. PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

##### **➤ LINHA DE CUIDADO ENTRE OS PROGRAMAS DE SAÚDE**

O Ministério da Saúde (MS) tem como objetivo ampliar o acesso da população aos serviços de Atenção à Saúde, com ênfase na qualidade assistencial por meio da implementação de **Linhas de Cuidado**.

A Linha de Cuidado caracteriza-se por padronizações técnicas que explicitam informações relativas à organização da oferta de ações de saúde no sistema, nas quais:

Descrevem rotinas do itinerário do paciente, contemplando informações relativas às ações e atividades de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, a serem desenvolvidas por equipe multidisciplinar em cada serviço de saúde.

Viabilizam a comunicação entre as equipes, serviços e usuários de uma Rede de Atenção à Saúde, com foco na padronização de ações, organizando um continuum assistencial.

Objetivos das linhas de cuidado:

- **Orientar:** o serviço de saúde de forma a centrar o cuidado no paciente e em suas necessidades;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- **Demonstrar:** fluxos assistenciais com planejamentos terapêuticos seguros nos diferentes níveis de atenção;
- **Estabelecer:** o “percurso assistencial” ideal dos indivíduos nos diferentes níveis de atenção de acordo com suas necessidades

Linhas de Cuidado foram desenvolvidas sob a perspectiva do cenário de saúde pública brasileira, sua implantação deve ter a Atenção Primária em Saúde como gestora dos fluxos assistenciais, sendo responsável pela coordenação do cuidado e ordenamento das Redes de Atenção à Saúde.

É importante considerar o papel de referência regional, na interface intermunicipal, que as unidades já exerçam nas regiões de saúde. A pactuação deve ser formalizada e as redes desenvolvidas sob esta óptica.

Este material contém um guia do manejo terapêutico, porém cabe ao profissional de saúde avaliar a especificidade de cada paciente.

**DELIBERAÇÃO CONJUNTA AD REFERENDUM CIB RJ Nº 90 DE 29 DE JUNHO DE 2022.**

PACTUAM AD REFERENDUM O PROGRAMA DE INCENTIVO AO FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) SEGUNDO ÀS LINHAS DE CUIDADO PARA AS DOENÇAS E AGRAVOS MAIS PREVALENTES E CICLOS DE VIDA MAIS SENSÍVEIS E O APOIO FINANCEIRO PARA CONSTRUIR E/OU REFORMAR E/OU EQUIPAR E/OU MOBILIAR AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA O ANO DE 2022.

➤ **NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)**

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade.

São constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família, das



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

equipes de atenção básica para populações específicas (Consultórios na Rua, equipes Ribeirinhas e Fluviais etc.) e Academia da Saúde, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade dessas equipes, atuando diretamente no apoio matricial às equipes da(s) unidade(s) na(s) qual(is) o NASF está vinculado e no território dessas equipes.

Os NASF fazem parte da atenção básica, mas não se constituem como serviços com unidades físicas independentes ou especiais, e não são de livre acesso para atendimento individual ou coletivo (estes, quando necessários, devem ser regulados pelas equipes de atenção básica). Devem, a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto com as equipes e/ou Academia da Saúde, atuar de forma integrada à Rede de Atenção à Saúde e seus serviços (ex.: CAPS, Cerest, Ambulatórios Especializados etc.), além de outras redes como SUAS, redes sociais e comunitárias.

A responsabilização compartilhada entre a equipe do NASF e as equipes de Saúde da Família/equipes de atenção básica para populações específicas prevê a revisão da prática do encaminhamento com base nos processos de referência e contrarreferência, ampliando-a para um processo de compartilhamento de casos e acompanhamento longitudinal de responsabilidade das equipes de atenção básica, atuando no fortalecimento de seus princípios e no papel de coordenação do cuidado nas Redes de Atenção à Saúde.

Os NASF devem buscar contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários. São exemplos de ações de apoio desenvolvidas pelos profissionais dos NASF: discussão de casos, atendimento conjunto ou não, interconsulta, construção conjunta de projetos terapêuticos, educação permanente, intervenções no território e na saúde de grupos populacionais e da coletividade, ações intersetoriais, ações de prevenção e promoção da saúde, discussão do processo de trabalho das equipes etc.

Todas as atividades podem ser desenvolvidas nas Unidades Básicas de Saúde, Academias da Saúde ou em outros pontos do território. Os NASF devem utilizar as Academias da Saúde como espaços que ampliam a capacidade de intervenção coletiva das equipes de atenção para as ações de promoção de saúde, buscando fortalecer o protagonismo de grupos sociais em condições de vulnerabilidade na superação de sua condição.

Quando presente no NASF, o profissional sanitário pode reforçar as ações de apoio institucional e/ou matricial, ainda que não sejam exclusivas dele, tais como: análise e intervenção conjunta sobre riscos coletivos e vulnerabilidades, apoio à discussão de informações e indicadores e saúde (bem como de eventos-sentinela e casos traçadores e analisadores), suporte à organização do processo de trabalho (acolhimento, cuidado continuado/programado, ações coletivas, gestão das agendas, articulação com outros pontos de atenção da rede, identificação de necessidades de educação permanente, utilização de dispositivos de gestão do cuidado etc.).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

➤ **EQUIPES DO CONSULTÓRIO NA RUA**

A responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde, com destaque especial para a atenção básica. Em situações específicas, com o objetivo de ampliar o acesso desses usuários à rede de atenção e ofertar de maneira mais oportuna atenção integral à saúde, pode-se lançar mão das equipes dos Consultórios na Rua, que são equipes da atenção básica, compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua.

As equipes deverão realizar suas atividades de forma itinerante, desenvolvendo ações na rua, em instalações específicas, na unidade móvel e também nas instalações das Unidades Básicas de Saúde do território onde está atuando, sempre articuladas e desenvolvendo ações em parceria com as demais equipes de atenção básica do território (UBS e NASF), e dos Centros de Atenção Psicossocial, da Rede de Urgência e dos serviços e instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social, entre outras instituições públicas e da sociedade civil.

As equipes dos Consultórios na Rua deverão cumprir a carga horária mínima semanal de 30 horas. Porém seu horário de funcionamento deverá ser adequado às demandas das pessoas em situação de rua, podendo ocorrer em período diurno e/ou noturno em todos os dias da semana.

As equipes dos Consultórios na Rua podem estar vinculadas aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e, respeitando os limites para vinculação, cada equipe será considerada como uma equipe de Saúde da Família para vinculação ao NASF.

Em municípios ou áreas que não tenham Consultórios na Rua, o cuidado integral das pessoas em situação de rua deve seguir sendo de responsabilidade das equipes de atenção básica, incluindo os profissionais de saúde bucal e os NASF do território onde essas pessoas estão concentradas. Para cálculo do teto das equipes dos Consultórios na Rua de cada município, serão tomados como base os dados dos censos populacionais relacionados à população em situação de rua realizados por órgãos oficiais e reconhecidos pelo Ministério da Saúde.

➤ **PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE (PAS)**

O Programa Academia da Saúde (PAS) é uma estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado, que integra a rede de Atenção Primária à Saúde.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

A ideia do programa surgiu inspirada em algumas iniciativas que vinham sendo desenvolvidas em diversos municípios. Essas experiências locais tinham em comum a prática da atividade física e outras ações de promoção da saúde, a presença de profissionais orientadores, o uso e a potencialização de espaços públicos como espaços de inclusão, de participação, de lazer e de promoção da cultura da paz, além de serem custeadas e mantidas pelo poder público. A avaliação positiva dessas experiências reforçou a ideia do fortalecimento de iniciativas semelhantes em todo o país na forma de um programa nacional no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O PAS adota uma concepção ampliada de saúde e estabelece como ponto de partida o reconhecimento do impacto social, econômico, político e cultural sobre a saúde. Por isso, apesar do nome, o programa não se restringe a realização de práticas corporais e atividades físicas e promoção da alimentação saudável. Mais do que isso, os polos foram concebidos como espaços voltados ao desenvolvimento de ações culturalmente inseridas e adaptadas aos territórios locais e que adotam como valores norteadores de suas atividades o desenvolvimento de autonomia, equidade, empoderamento, participação social, entre outros. Nesse sentido, o artigo 7º da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, estabelece os seguintes eixos de ações para serem desenvolvidos nos polos do programa:

- a. Práticas corporais e Atividades físicas;
- b. Produção do cuidado e de modos de vida saudáveis;
- c. Promoção da alimentação saudável;
- d. Práticas integrativas e complementares;
- e. Práticas artísticas e culturais;
- f. Educação em saúde;
- g. Planejamento e gestão; e
- h. Mobilização da comunidade.

➤ **POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL (PNAISP)**

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que disciplina os objetivos, as diretrizes, bem como as responsabilidades do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos estados e do Distrito Federal, representados pelas Secretarias de Saúde, de Justiça ou congêneres e dos municípios.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

As normas de operacionalização dessa política no SUS estão instituídas pelo Anexo XVIII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que disciplina os tipos de equipes de saúde prisional e os profissionais que compõem essas equipes. O financiamento federal em caráter de incentivo às equipes habilitadas está disposto no Título II, Capítulo II, Seção IV da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Adicionalmente, a Portaria nº 99, de 7 de fevereiro de 2020, redefine normas para o registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

Com o objetivo de garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS, a PNAISP prevê que os serviços de saúde no sistema prisional passem a ser ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS, qualificando também a Atenção Primária no âmbito prisional como porta de entrada do sistema e ordenadora das ações e serviços de saúde pela rede.

A transferência de recursos financeiros está condicionada à habilitação de Equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) previamente cadastradas no SCNES. A eAPP apresenta composição multiprofissional e tem a responsabilidade de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade, devendo realizar suas atividades nas unidades prisionais ou nas unidades básicas de saúde a que estiver vinculada. O número de pessoas custodiadas e o perfil epidemiológico dessas pessoas determinarão as modalidades de equipe, bem como suas respectivas cargas horárias. As equipes podem se organizar em cinco modalidades, o que definirá o repasse dos recursos financeiros, conforme abaixo:

- a. **Equipe de Atenção Primária Prisional Tipo III (eAPP-III)** – formada por 11 profissionais: cinco profissionais das mesmas categorias profissionais da Estratégia Saúde da Família, somados a um psiquiatra ou um médico com experiência em Saúde Mental, um psicólogo, um assistente social e três profissionais escolhidos entre as seguintes categorias: terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista, farmacêutico, assistente social ou enfermeiro. Esta modalidade de equipe cumprirá a carga horária de 30 horas semanais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**4. DIMENSIONAMENTO MÍNIMO DE PROFISSIONAIS:**

DEMOSTRATIVO DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE PROFISSIONAIS POR CATEGORIA PARA EXECUÇÃO IMEDIATA DAS ATIVIDADES NA ATENÇÃO BÁSICA			
CATEGORIA	Nº DE COLABORADORES (30h semanais )	Nº DE COLABORADORES (40h semanais )	RESPONSABILIDADE DA SMS/SG
Médico(a) Clínico	24	208	x
Médico(a) Psiquiatra	2	0	x
Enfermeiro (a)	26	198	10
Técnico de Enfermagem	7	158	69
Cirurgião Dentista	4	98	9
Auxiliar de Serviço Bucal	4	106	1
Fisioterapeuta	0	23	2
Educador Físico	0	31	x
Farmacêutico	2	0	2
Assistente Social	5	09	16
Psicóloga	5	15	10
Gerente Administrativo (área da saúde)	0	30	x
Auxiliar Administrativo	0	235	x
Agente Comunitário de Saúde	0	227	1012



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**Equipe de Apoio a Gestão:**

CATEGORIA	TIPO DE CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QTD
GERENTE DE CONTRATO	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL ESF/EAP/ACADEMIA DE SAUDE	CLT	40h	25
SUPERVISÃO GERAL NASF / CONSULTORIO DE RUA	CLT	40h	5
SUPERVISÃO GERAL DE SAÚDE PRISIONAL	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL SAUDE BUCAL	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL ADMINISTRATIVA	CLT	40h	1
SUPERVISÃO GERAL LINHA DE CUIDADOS	CLT	40h	5
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (APOIO AS COORDENAÇÕES)	CLT	40h	18
COORDENAÇÃO GERAL DE ENFERMAGEM	CLT	40h	1
COORDENAÇÃO GERAL NASF	CLT	40h	1
COORDENAÇÃO GERAL ODONTOLOGICA	CLT	40h	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**ANEXO II DO PLANO DE TRABALHO (METAS E INDICADORES)**

Os indicadores, apresentados na Matriz de Indicadores, busca incentivar intervenções da contratada que visem ao acompanhamento dos quantitativos previstos no plano de trabalho, bem como da qualidade nos processos de trabalho nas unidades de saúde objeto do contrato, para a consecução de objetivos da Secretaria Municipal da Saúde. Os indicadores deverão ser acompanhados e avaliados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação podendo ser atualizados e modificados de acordo com as avaliações e o desenvolvimento das ações do Termo de Colaboração.

As avaliações das métricas acontecerão de forma quadrimestral com pagamento ao prestador do serviço de forma mensal. No entanto, no primeiro quadrimestre não será contabilizado para fins de prestação de contas, entendendo que será necessário um tempo de transição de equipes e capacitação das mesmas. A partir do segundo quadrimestre as métricas serão avaliadas e contabilizadas para fins de pagamento. Sendo que para o segundo quadrimestre a meta a ser alcançada corresponde a 50% da meta geral. A partir do terceiro quadrimestre a meta deve ser alcançada integralmente conforme o quadro abaixo:

**Metas Quantitativas:**

ATENDIMENTOS	PARAMETRO	1º QUADRI MESTRE	2º QUADRIME STRE	3º QUADRI MESTRE	PESO
<b>VISITAS DOMICILIARES (AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE)</b>	Média de 150 visitas por ACS/mês	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	20%
<b>ATENDIMENTO MÉDICO</b>	Média de 200 atendimentos por equipe/mês	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	15%
<b>ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM</b>	Média de 150 atendimentos por equipe/mês	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	15%
<b>ATENDIMENTO DE DENTISTA</b>	Média de 160 atendimentos por profissional/mês	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	15%
<b>ATENDIMENTO DO NASF</b>	Média de 50 atendimentos por profissional/mês	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	10%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

<b>ATENDIMENTO DA SAUDE PRISIONAL</b>	Média de 200 atendimentos por mês/equipe	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	15%
<b>ATENDIMENTO DO PROGRAMA CONSULTÓRIO DE RUA</b>	Média de 200 atendimentos por mês/equipe	NÃO SE APLICA	50% do quantitativo mensal	100% do quantitativo mensal	10%
<b>TOTAL</b>					<b>100%</b>

- Poderá ocorrer variação de 25% para mais ou para menos.

**Metas Qualitativas:**

Nº	Indicador	Meta	Memória de Cálculo	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre	Peso
<b>1</b>	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação	$\geq 45\%$	$(\text{N}^\circ \text{ de gestantes com pelo menos 6 consultas pré-natal, sendo a 1}^\text{a} \text{ até a 12}^\text{a} \text{ semana de gestação}) / (\text{n}^\circ \text{ de gestantes com pré-natal nas UBS}) \times 100$	Não se aplica	50%	100%	15%
<b>2</b>	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	$\geq 60\%$	$(\text{N}^\circ \text{ de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV}) / (\text{Número de gestantes com pré-natal nas UBS}) \times 100$	Não se aplica	50%	100%	15%
<b>3</b>	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	$\geq 60\%$	$(\text{N}^\circ \text{ de gestantes com atendimento odontológico realizado}) / (\text{Número de gestantes com pré-natal nas UBS}) \times 100$	Não se aplica	50%	100%	15%
<b>4</b>	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	$\geq 40\%$	$(\text{N}^\circ \text{ de gestantes com coleta de citopatológico na APS}) / (\text{Número de mulheres com idade entre 25 e 64 anos cadastradas e vinculadas nas UBS do município}) \times 100$	Não se aplica	50%	100%	15%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

			no período analisado) x 100				
5	Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por Haemophilus Influenzae tipo b e Poliomielite Inativada	$\geq 95\%$	Número de crianças que completaram 12 meses de idade, no quadrimestre avaliado, com 3ª doses aplicadas de poliomielite inativada e Pentavalente / Número de crianças cadastradas e vinculadas em equipes de APS que completaram 12 meses de idade no quadrimestre avaliado	Não se aplica	50%	100%	10%
6	Percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre	$\geq 50\%$	(Nº de pessoas com hipertensão arterial (HA) com consulta e aferição de PA nos últimos 6 meses) / (Nº de pessoas com HA cadastradas) x 100	Não se aplica	50%	100%	10%
7	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina	$\geq 50\%$	(Nº de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre) / (Nº de pessoas com diabetes cadastradas) x 100	Não se aplica	50%	100%	10%
9	Proporção de profissionais de saúde cadastrados	$\geq 90\%$	Nº de profissionais das equipes de SF e SB cadastrados no prontuário com correspondência ao SCNES / Nº de profissionais das ESF e ESB cadastrados no prontuário *100	Não se aplica	50%	100%	05%
10	Grau de satisfação dos usuários	$\geq 80\%$	(Nº de usuários satisfeitos / Total de usuários	Não se aplica	50%	100%	05%





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

			atendidos no trimestre) x 100				
							100%

**QUADRO DE AVALIAÇÃO**

<b>Conceito A</b>	<b>91 – 100%</b>	<b>100% do Recurso</b>
<b>Conceito B</b>	<b>81 – 90%</b>	<b>95% do Recurso</b>
<b>Conceito C</b>	<b>71 – 89%</b>	<b>90% do Recurso</b>
<b>Conceito D</b>	<b>&lt; 70%</b>	<b>85% do Recurso</b>

O valor da Transferência Mensal de Recursos corresponde ao percentual total de atingimento aplicado sobre o valor da parcela de custeio mensal, conforme a fórmula:

$$\text{Valor da Transferência Mensal de Recursos} \\ (\% \text{ INDICADOR QUANTITATIVO}) + (\% \text{ INDICADOR QUALITATIVO}) / 2$$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **ANEXO II**

### **(DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO)**

#### **Condições Gerais**

Para o repasse dos recursos previstos neste termo de colaboração, a Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá seguir às seguintes determinações:

- Apresentar a prestação de contas dos termos de colaboração, tanto na parte assistencial como financeira;
- Anexar na prestação todos os documentos fiscais que comprovam a execução financeira, como: nota fiscal, recibo, contratos assinados, extratos bancários de conta corrente e aplicação financeira, etc;
- Apresentar os resultados alcançados para cada meta/indicador pactuados no termo de colaboração, assim como dados de produção, referentes ao período que será avaliado;
- Certificar, através do representante legal da Organização da Sociedade Civil todos os dados enviados;
- Disponibilizar informações financeiras e gerenciais para auditorias externas;
- Manter à disposição da SMS/SG e da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), responsável pelo acompanhamento e avaliação do termo de colaboração, de forma permanente, todas as informações relacionadas aos recursos repassados e demonstrativos gerenciais;
- Ter aprovado pelo Conselho de Administração da Organização da Sociedade Civil a proposta de orçamento e o programa de investimentos;
- Apresentar prestação de contas do termo de colaboração que:
  - a. Reflita a estrita conformidade com o edital de chamamento público, a planilha de custo, o plano de trabalho e o termo de colaboração;
  - b. Contenha elementos que permitam ao gestor ou comissão gestora da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- c. Contenha a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, de todo o período de que trata a prestação de contas;
- d. Esteja com todos os documentos constantes do Anexo A devidamente assinados pelos responsáveis indicados nos mesmos;
- e. Contenha documentação em consonância com as disposições da legislação tributária.

### **1.2. Plano de aplicação de recursos financeiros**

Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente termo de colaboração em instituição financeira oficial e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

O montante de recursos previstos e repassados à Organização da Sociedade Civil a título de provisionamento deverá ser depositado em conta específica, preferencialmente em conta poupança, sendo vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios.

Na formulação das Propostas Técnicas e Econômicas, as proponentes deverão computar todas as despesas e custos operacionais relacionados com os serviços a serem executados, especialmente os de natureza tributária (taxas e impostos), trabalhista, previdenciária e securitária (quadros de pessoal), bem como os gastos com o cumprimento das normas pertinentes à Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar deficit orçamentário ou financeiro.

### **1.3. Execução orçamentária e prestação de contas**

Para a execução orçamentária do presente termo de colaboração será seguido o seguinte procedimento:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

O acompanhamento orçamentário/financeiro realizado pela Secretaria Municipal de Saúde será efetivado por consulta a prestação de contas, onde terá relatórios gerenciais para subsidiar a avaliação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) e o controle dos órgãos competentes.

A transferência de recursos orçamentários para a Organização da Sociedade Civil se dará em 12 (doze) parcelas, que serão liberadas conforme cláusula sexta do termo de colaboração e em estrita conformidade com os valores especificados no cronograma de desembolso, apresentado nos moldes do anexo VII deste edital, anexado ao termo de colaboração.

A partir da segunda parcela os repasses serão condicionados à apresentação da prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil.

A partir da terceira parcela os repasses serão condicionados à aprovação da prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

A prestação de contas será apresentada mensalmente, conforme descrito abaixo:

- A primeira prestação de contas mensal será feita no 2º mês de vigência do termo de colaboração;
- A segunda prestação de contas mensal será feita no 3º mês de vigência do termo de colaboração;
- A terceira prestação de contas mensal será feita no 4º mês de vigência do termo de colaboração;
- A quarta prestação de contas mensal será feita no 5º mês de vigência do termo de colaboração;
- A quinta prestação de contas mensal será feita no 6º mês de vigência do termo de colaboração;
- A sexta prestação de contas mensal será feita no 7º mês de vigência do termo de colaboração;
- A sétima prestação de contas mensal será feita no 8º mês de vigência do termo de colaboração;
- A oitava prestação de contas mensal será feita no 9º mês de vigência do termo de colaboração;
- A nona prestação de contas mensal será feita no 10º mês de vigência do termo de colaboração;
- A décima prestação de contas mensal será feita no 11º mês de vigência do termo de colaboração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- A décima primeira prestação de contas mensal será feita no 12º mês de vigência do termo de colaboração;
- A décima segunda prestação de contas mensal será feita no mês subsequente ao de sua execução.

#### **1.4. A prestação de contas se dará:**

A prestação de contas das despesas realizadas deverá ser apresentada até o 10º dia útil do mês subsequente ao da competência da execução da despesa, sendo a última entregue até 45(quarenta e cinco) dias após o término da vigência da parceria, tendo por base a autuação do processo administrativo no protocolo do órgão ou entidade gestora da parceria.

A competência da execução financeira é sempre de 01 a 30 (ou 31) de cada mês.

A prestação de Contas mensal deverá ser entregue até o 10º dia útil de cada mês, junto com notas fiscais digitalizadas, contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas escaneados junto com os relatórios de execução e qualquer outro documento que se entenda pertinente, para fins de acompanhamento pela SMS e pela CMA.

No ato da prestação de contas, deverão ser disponibilizadas as certidões negativas da instituição, bem como as Guias de Recolhimento de INSS e FGTS dos valores relativos aos funcionários contratados em regime CLT para execução deste termo de colaboração, além do extrato bancário que comprove a existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários.

#### **1.5. Dos recursos recebidos**

Os recursos recebidos, através da instituição bancária designada pelo Município de São Gonçalo, deverão ser integralmente transferidos para a conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, exclusivamente aberta pela organização da sociedade civil para a movimentação dos repasses.

Os saldos dos recursos transferidos não utilizados serão aplicados na forma da regulamentação específica e a aplicação financeira deverá ser vinculada à conta movimento que não poderá ter limites de créditos concedidos pela instituição financeira.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Os rendimentos de aplicação serão obrigatoriamente computados a crédito do termo de colaboração ou fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas da parceria.

O saldo da verba rescisória trabalhista não utilizado até o término de vigência do termo de colaboração ou fomento poderá ser transferido para a nova conta corrente do termo, desde que mantido o objeto, a entidade, e as ações, sem interrupção, da parceria. O extrato com a comprovação da transferência deverá integrar a prestação de contas final do termo que está se encerrando, e a prestação de contas inicial do novo termo, com a indicação dos rendimentos financeiros auferidos no período, se for o caso.

#### **1.4. Descrição dos recursos orçamentários no cronograma de desembolso**

Os recursos orçamentários estão divididos em 02 (duas) partes, sendo uma parte fixa e uma parte variável.

##### **1.4.1. Recursos orçamentários para Gestão Direta das unidades (parte fixa)**

Os recursos orçamentários para gestão direta dos serviços consistem em um montante fixo, que serão repassados em parcelas, destinados ao custeio de recursos humanos e prestação de serviços de manutenção e funcionamento dos equipamentos de saúde.

Cada parcela corresponderá ao valor mensal de custeio do termo de colaboração, conforme pactuado em cronograma apresentado pela OSC.

As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente.

##### **1.4.2. Recursos orçamentários em função de resultados apresentados (parte variável)**

O MUNICÍPIO solicitará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a apresentação de relatórios contendo dados e informações relativas à produtividade e qualidade dos serviços prestados, conforme Quadro de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fazer jus aos recursos orçamentários da parte variável deverá cumprir o conjunto de requisitos definidos no termo de colaboração e Anexos.

#### **1.4.3. Recursos orçamentários para adaptações da atenção básica**

O repasse será realizado de acordo com o Cronograma de Desembolso.

#### **1.5. Condições para destinação dos recursos orçamentários no cronograma de desembolso e metas físicas**

A primeira parcela do termo de colaboração, correspondente ao custeio mensal conforme Cronograma de Desembolso será creditada como 1º (primeiro) aporte de recursos financeiros, viabilizando o cumprimento do item que solicita abertura de conta corrente específica para movimentação e comprovação das despesas realizadas através de extrato bancário mensal.

A competência da execução financeira é sempre de 01 a 30(ou 31) de cada mês.

A aprovação dos relatórios de acompanhamento financeiro trimestral deverá ser assinada por pelo menos 3 (três) membros da Comissão Monitoramento e Avaliação – CMA.

#### **1.6. Despesas glosadas**

Todas as despesas que não forem eventualmente reconhecidas pela CMA como pertinentes ao termo de colaboração, deverão ser ressarcidas à conta específica do mesmo com demonstração por meio de extrato bancário no prazo determinado.

#### **1.7. Manutenção e apresentação dos documentos fiscais e contábeis**

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas mensal assinado pelo responsável da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e também por via magnética.

Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores.

As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

Somente serão aceitos os recibos e as notas fiscais quando emitidos com data posterior à assinatura do termo de colaboração e de seus respectivos termos aditivos. No momento do “atesto”, o valor unitário de cada item/insumo/ material de consumo ou permanente deve constar na nota a ser atestada.  
Todos os recibos e notas fiscais devem ter o atesto do diretor da unidade.

### **1.8. Dos Documentos que Compõem a Prestação de Contas**

A prestação de contas será instruída, no mínimo, com os documentos descritos neste anexo, além dos exigidos no instrumento da parceria e do plano de trabalho, a seguir relacionados:

- Ofício de apresentação da prestação de contas (item 1 do ANEXO A);
- Relatório de Execução do Objeto, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma de desembolso acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, conforme disposto no instrumento da parceria, tais como lista de presença, fotos, vídeos e outros comprovantes, se for o caso, assinados pelo representante legal da organização da sociedade civil (item 2 do ANEXO A);
- Relatório de Execução Financeira, contendo a receita recebida para o período, descrição de todas as despesas efetivamente realizadas, indicando o número e o tipo dos documentos comprobatórios correspondentes, o favorecido, o número de referência do documento no extrato



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

bancário do respectivo depósito individualizado de quitação e pagamento, e o valor pago (item 3 do ANEXO A);

- Demonstrativo da Conformidade da Despesa, contendo a descrição e o valor de cada item de despesa realizada, em conformidade com a planilha da estimativa orçamentária do plano de trabalho da parceria, de forma a auxiliar a análise e a emissão do parecer técnico por parte do gestor ou comissão gestora da parceria (item 5 do ANEXO A);
- Extrato da conta bancária específica da parceria, evidenciando a movimentação financeira do período da prestação de contas e o extrato da aplicação financeira, quando houver;
- Conciliação do Saldo Bancário (item 6 do ANEXO A);
- Demonstrativo de Aquisições / Produção de bens, demonstrando a pertinência do bem ou direito ao objeto da parceria, a autorização do gestor para a despesa, a anotação de inalienabilidade e a de transferência de sua propriedade para a Prefeitura da Cidade de São Gonçalo. (Item 7 do ANEXO A);
- Cópia dos comprovantes das despesas;
- na parcela da prestação de contas final, relatório do cumprimento do objeto, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos, vídeos e outros comprovantes, se for o caso.
- A prestação de contas deverá conter demonstrativo específico da manutenção do saldo não utilizado da verba rescisória trabalhista em aplicação financeira da parceria, em conformidade com a planilha de custos.
- Detalhamento de todas as despesas dos Termos de Colaboração, com apropriação por centro de custo, por tipo de despesa, por tipo de rubrica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- Informação detalhada de todos os contratos de serviço e/ou consumo, assinado pela instituição com terceiros durante todo o período de vigência do Termo de colaboração.
- Informações detalhadas de todos os bens permanentes adquiridos com recursos do Termo de colaboração.

Havendo previsão de contratação de recursos humanos no termo da colaboração, deverá ser apresentada também a seguinte documentação:

- Folha de pagamento discriminando, além do salário: o nome do empregado; o nº do PIS; o nº e a série da CTPS<sup>1</sup>; o INSS, o IRRF<sup>2</sup>; o FGTS; o 13º salário; as férias; e os benefícios sociais concedidos (plano de saúde, vale-transporte, seguro de vida). O documento deve vir acompanhado da correspondente relação de pagamento recebida pelo banco;
- Cópia das guias de pagamento dos encargos sociais, fiscais e trabalhistas;
- Cópia das rescisões homologadas de contrato de trabalho e dos comprovantes de pagamento dos respectivos encargos.
- em se tratando de trabalho autônomo, deverá ser apresentada cópia do recibo de pagamento de autônomo devidamente assinado, do documento de identificação civil/profissional (com CPF), e das guias de pagamento do INSS e IR decorrentes da prestação do serviço;
- Demonstrativo da projeção da expectativa de custo de rescisão, ao final da parceria, dos empregados contratados pelo regime da CLT<sup>3</sup>, discriminando os valores dos encargos sociais, fiscais, e trabalhistas, evidenciando os recursos recebidos, gastos e a aplicação financeira dos saldos, assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo contabilista.<sup>1</sup>
- os controles de frequência do pessoal contratado para a execução da parceria deverão ser mantidos arquivados na organização da sociedade civil, organizados por mês, à disposição do órgão/entidade responsável pela parceria e dos órgãos de controle interno e externo.

---

<sup>1</sup> Carteira de Trabalho e Previdência Social

<sup>2</sup> Imposto de Renda Retido na Fonte

<sup>3</sup> Consolidação das Leis Trabalhistas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- Informações detalhadas de todo pessoal contratado pela instituição para execução do objeto contratado, tais como: nome, CPF, cargo, forma de contratação, carga horária, CNES, salário, benefícios, encargos patronais e provisionamento para férias, 13º salário e rescisões.

### **1.9. Outros elementos e especificidades a serem observados**

Havendo saldo de recursos em poder da organização da sociedade civil, ao final da vigência da parceria, esta deverá apresentar, na última prestação de contas, o comprovante de recolhimento ao Município, a ser realizado em até 30 dias do termo de parceria, ou à conta indicada por este, quando tratar-se de parceria com recursos externos.

Havendo aquisição de bens durante a vigência da parceria, deverão ser apresentados os documentos de doação no processo de prestação de contas da parcela final, para que a Secretaria adote as medidas previstas nas normas para a incorporação dos bens.

As despesas serão comprovadas mediante nota fiscal, cupom fiscal, DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) ou nota fiscal fatura acompanhada da duplicata quitada/recibo/declaração ou comprovante de pagamento eletrônico que identifique a nota fiscal, emitidos em nome da organização da sociedade civil, e contendo o nome e número do termo de colaboração/fomento no corpo do documento fiscal.

As notas fiscais deverão discriminar detalhadamente os serviços ou as aquisições realizadas, o valor unitário, a quantidade, o local e a data do evento ou da entrega do bem ou serviço, de forma a possibilitar saber por quais serviços ou aquisições efetivamente a administração está pagando.

As datas dos documentos mencionados deverão ser compatíveis com o período de vigência do termo de colaboração.

Não serão admitidos como comprovantes tíquetes de caixa ou qualquer outro documento que não apresente a identificação do adquirente/contratante, a discriminação da mercadoria ou do serviço tomado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Os documentos referidos nesse anexo serão mantidos em arquivo, em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 anos contados da aprovação da prestação da prestação de contas final ou da tomada de contas da parceria.

É vedada a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

### **1.10 Da análise e aprovação da Prestação de Contas**

O Município decidirá sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos transferidos, manifestando-se formalmente quando da apreciação da prestação de contas.

Após análise, a unidade administrativa e/ou técnica do Município deverá instruir o processo da prestação de contas com parecer fundamentado que deverá conter informações quanto ao cumprimento dos objetivos para a etapa/fase, prevista no plano de trabalho, para o período da prestação de contas e os resultados alcançados e manifestação quanto à aceitação total, parcial e/ou impugnação com indicação do valor em questão.

No caso de aceitação parcial, no parecer deverá conter as informações quanto à parte em que está em condições de ser aceita, destacando as despesas não aceitas com identificação da impropriedade, incorreção, erro ou irregularidade, dando ciência à organização da sociedade civil, por notificação, para fim de regularização, quando for o caso, no prazo determinado pelo Município, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias.

No caso da prestação de contas conter impropriedade, incorreção, erro ou irregularidade, não regularizada ou não passível de regularização, poderá ser aprovada com ressalva e o valor correspondente à glosa deverá ser depositado, pela organização da sociedade civil, na conta bancária específica, em até 10 dias da comunicação, ou compensado nos repasses seguintes, quando possível a continuação da parceria.

A prestação de contas será aprovada pelo ordenador de despesa do Município e publicada no Diário Oficial do Município do São Gonçalo, à vista do pronunciamento da unidade administrativa e/ou técnica do Município, por meio do parecer da unidade administrativa e/ou técnica do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

No caso de identificação de impropriedade, incorreção, erro ou irregularidade passível de regularização, exauridas todas as providências cabíveis, o ordenador de despesas aplicará as penalidades previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei nº 13.204/2015.

Havendo saldo em poder da organização da sociedade civil que não tenha sido recolhido ao município em até 30 dias após o término da parceria, exauridas todas as providências cabíveis, o processo deverá ser instruído com a apuração do valor atualizado para proceder à inscrição em dívida ativa.

Nos casos descritos nos dois itens anteriores, além das providências descritas nos mesmos, deverá ser instaurada tomada de contas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, na forma da legislação vigente.

## **ANEXO A – Modelos de Formulários**

### **1. Modelo de Ofício de Apresentação da Prestação de Contas**

(Papel timbrado da OSC)

Ofício (sigla da OSC) nº xxx/20xx São Gonçalo, xxx de xxxxx de 20xx

Ao (À) Senhor(a)

NOME (nome do gestor público da parceria) CARGO (cargo do gestor público da parceria) ÓRGÃO  
(unidade do gestor público da parceria)

Assunto: XXª Prestação de Contas do Termo de colaboração ou fomento nº xxx/20xx



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Em cumprimento, encaminho a V. Sa., para fins de apreciação, a prestação de contas da aplicação da xx<sup>a</sup> parcela dos recursos do termo de (colaboração ou fomento) nº xxxx/20xx, relativa ao período de xx/xx/xxx a xx/xx/xxx, referente ao processo administrativo nº xx/xxx.xxx/20xx, na importância de R\$xxxx, depositados na conta corrente nº.xxxx-xx da agência nº xxxx-xx do banco xxxxxxxx.

Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto;
- b) Relatório de Execução Financeira;
- c) Relatório de Execução Financeira da Contrapartida (se houver);
- d) Demonstrativo da Conformidade da Despesa
- e) Extrato da conta bancária;
- f) Extrato da aplicação financeira;
- g) Conciliação do saldo bancário;
- h) Demonstrativo de aquisição/produção de bens; (se houver)
- i) Cópias dos comprovantes das despesas;
- j) Cópias dos comprovantes das despesas de contrapartida;
- k) Comprovante do recolhimento do saldo da parceria (se for o caso);
- l) Justificativas (se houver);





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- m) Cópia da folha de pagamento;
- n) Cópias das guias de pagamento dos encargos sociais, fiscais e trabalhistas;
- o) Cópias das rescisões de contrato de trabalho;
- p) Cópias dos documentos do trabalho autônomo;
- q) Demonstrativo da projeção da expectativa de custo de rescisão;

Respeitosamente,

---

Nome e assinatura do representante legal da OSC

Razão Social com n° do CNPJ da OSC

Nota: Organizar a documentação conforme a ordem apresentada no ofício.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**2. Relatório de Execução do Objeto**

LOGOTIPO DA OSC		
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA XXX		
PERÍODO DE XX DE XXX A XX DE XXX DE 20XX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA:	PROCESSO Nº	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO**

META	ETAPA/ FASE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	NO PERÍODO		ACUMULADO	
				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
TOTAL							

**EXECUÇÃO FINANCEIRA DO OBJETO**

META	ETAPA/ FASE	DESCRIÇÃO	VALOR	NO PERÍODO		ACUMULADO	
				PROGRAMADO	EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUTADO
		1) - ITEM DA DESPESA					
		2) - ITEM DA DESPESA					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

TOTAL			
-------	--	--	--

SÃO GONÇALO, XX DE XXXXX DE 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da OSC  
Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do contabilista legal da OSC  
nº do CRC-RJ do contabilista da OSC

➤ **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) A Coluna “Meta” deve indicar o número de ordem da meta executada no período;
- b) A Coluna “Etapa/Fase” deve indicar o número de ordem da etapa ou fase executada no período;
- c) A Coluna “Descrição” deve indicar o título da meta, da etapa ou fase, conforme especificado no plano de trabalho;
- d) A Coluna “Unidade” deve registrar a unidade que caracteriza a meta, a etapa ou fase, conforme especificado no termo de colaboração ou fomento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- e) A Coluna “Física – No Período - Programado” deve registrar a quantidade programada para o período;
- f) A Coluna “Física – No Período - Executado” deve registrar a quantidade executada no período;
- g) A Coluna “Física – Acumulado - Programado” deve registrar a quantidade programada acumulada até o período;
- h) A Coluna “Física – Acumulado - Executado” deve registrar a quantidade executada acumulada até o período;
- i) A Coluna “Natureza da Despesa” deve ser instruída com a nomenclatura de cada item da despesa previsto no cronograma de desembolso. Manter inalterável, salvo se houver alteração no termo de colaboração ou fomento.
- j) A Coluna “Valor” deve ser instruída com o valor total de cada item da despesa previsto no cronograma de desembolso, conforme totalizado nos mapas demonstrativos de despesas. Manter inalterável, salvo se houver alteração no termo de colaboração ou fomento;
- k) A Coluna “Financeira – No Período - Programado” deve registrar o valor programado para o período;
- l) A Coluna “Financeira – No Período - Executado” deve registrar o valor executado no período;
- m) A Coluna “Financeira – Acumulado - Programado” deve registrar o valor programado acumulado até o período;
- n) A Coluna “Financeira – Acumulado - Executado” deve registrar o valor executado acumulado até o período;
- o) O documento deve ser assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo seu contabilista



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

### 3. Relatório de Execução Financeira

LOGOTIPO DA OSC		
7		
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA		
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX		
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA:	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE		RECEITA DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: R\$	
-------	---------	----------------	--	---	--

NATUREZA DA DESPESA	DATA DA DESPESA	Nº DO DOCUMENTO	TIPO DO DOCUMENTO	NOME DO BENEFICIÁRIO, FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO	Nº DO DOCUMENTO EXTRATO BANCÁRIO	VALORES EM R\$
1)Item da despesa						
1.1) - Subitem da despesa						
1.2) - Subitem da despesa						
1.3) - Subitem da despesa						
Total do Item da despesa						
2.)Item da despesa						
2.1) - Subtem da despesa						
2.2) - Subitem da despesa						





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

2.3) - Subitem da despesa	
Total do Item da despesa	

3.)Item da despesa	
3.1) - Subtem da despesa	
3.2) - Subitem da despesa	
3.3) - Subitem da despesa	
Total do Item da despesa	
5) - TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESA	

SÃO GONÇALO, XX DE XXXXX DE 2022

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC N°  
do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com n° do CNPJ da assessoria  
contábil



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

➤ **Orientações para o preenchimento do documento**

- a. A documentação deve ser organizada, de acordo com o previsto na planilha de custo Da parceria, sendo discriminada, agrupada etotalizada por ITEM e SUBITEM da NATUREZA DA DESPESA correspondente;
- b. Despesas não previstas na planilha de custo, mas necessárias para execução do projeto, somente serão aceitas mediante solicitação antecipada e formal da organização da sociedade civil e autorizada formalmente pelo Município, caso contrario serão glosadas;
- c. Os documentos comprobatórios das despesas devem ser de competência do mesmo período a que se referir a prestação de contas. Será admitida exceção apenas para os encargos referentes a um determinado período que, por força de legislação específica, vençam em outro período. Exemplo: FGTS, cuja competência refere-se a um determinado mês, mas o vencimento será sempre no subsequente;
- d. As despesas, cujos repasses sejam por meio de CONTRAPARTIDA, deverão ser demonstradas no Relatório de Execução Financeira da Contrapartida - acompanhado dos comprovantes específicos das despesas realizadas;
- e. A prestação de contas deverá conter totais pelo somatório de cada ITEM e SUBITEM, sendo totalizado no item 5 “TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS”;
- f. O documento deve ser assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo seu contabilista.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

#### 4. Relatório de Execução Financeira da Contrapartida

LOGOTIPO DA OSC		
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA CONTRAPARTIDA		
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX		
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de colaboração OU FOMENTO)	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE		RECEITA DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: R\$			
NATUREZA DESPESA	DATA DESPESA	Nº DOCUMENTO	TIPO DOCUMENTO	NOME DO BENEFICIÁRIO, FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO	Nº DO DOCUMENTO NO EXTRATO BANCÁRIO	VALORES EM R\$	
1)Item da despesa							
1.1) - Subitem da despesa							
1.2) - Subitem da despesa							
1.3) - Subitem da despesa							
Total do Item da despesa							
2.)Item da despesa							
2.1) - Subtem da despesa							



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

2.2) - Subitem da despesa	
2.3) - Subitem da despesa	
Total do Item da despesa	
3.)Item da despesa	
3.1) - Subtem da despesa	
3.2) - Subitem da despesa	
3.3) - Subitem da despesa	
Total do Item da despesa	
5) - TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESA	

SÃO GONÇALO, XX DE XXXXX DE 20XX

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC N° do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social com nº do CNPJ da assessoria contábil



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

➤ **Orientações para o preenchimento do documento**

- a. A documentação deve ser organizada, de acordo com o previsto na planilha de custo da parceria, sendo discriminada, agrupada e totalizada por ITEM e SUBITEM da NATUREZA DA DESPESA correspondente previsto na planilha de custo da CONTRAPARTIDA;
- b. O documento deve ser assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo seu contabilista.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**5. TOTAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DESPESA - CONTRAPARTIDA**

LOGOTIPO DA OSC

Demonstrativo da Conformidade da Despesa		
Período: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de colaboração OU FOMENTO)	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

(A) NATUREZA DA DESPESA	(B) VALOR	(C) SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	(D) VALOR RECEBIDO NO PERÍODO	(E) VALOR UTILIZADO NO PERÍODO	(F) SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE
1) Item da despesa					
1.1) - Subitem da despesa					
1.2) - Subitem da despesa					
1.3) - Subitem da despesa					
1.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					
2.) Item da despesa					
2.1) - Subitem da despesa					
2.2) - Subitem da despesa					
2.3) - Subitem da despesa					
2.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

(A)NATUREZA DA DESPESA	(B) VALOR	(C) SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	(D) VALOR RECEBIDO NO PERÍODO	(E) VALOR UTILIZADO NO PERÍODO	(F) SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE
3)Item da despesa					
3.1) - Subitem da despesa					
3.2) - Subitem da despesa					
3.3) - Subitem da despesa					
3.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					
4) - ITEM DA DESPESA					
4.1) - Subitem da despesa					
4.2) - Subitem da despesa					
4.3) - Subitem da despesa					
4.4) - Subitem da despesa					
TOTAL DO ITEM DA DESPESA					
TOTAL (= 1+ 2+ 3 + 4)					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

SÃO GONÇALO, XX DE XXXXX DE 20XX

---

Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC  
Razão Social com nº do CNPJ da OSC

---

Nome, identificação e assinatura do contabilista da OSC  
Nº do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social  
com nº do CNPJ da assessoria contábil

➤ **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) A Coluna (A) “Natureza da Despesa” deve ser instruída com a nomenclatura de cada item da despesa previsto no cronograma de desembolso. Manter inalterável, salvo se houver alteração no termo de parceria.
- b) A Coluna (B) “Valor” deve ser instruída com o valor de cada item e subitem da despesa previsto na planilha de custos do cronograma de desembolso, conforme o Relatório de Execução Financeira. Manter inalterável, salvo se houver alteração no termo da parceria, cujo somatório deverá ser demonstrado na linha “TOTAL” do Demonstrativo.
- c) A Coluna (C) “Saldo do mês Anterior” deve registrar o valor da Coluna (F) do Demonstrativo da prestação de contas do período anterior.
- d) A Coluna (D) “Valor Recebido no Período” deve registrar o valor alocado para o item da despesa no período, em conformidade como repasse de recurso recebido.
- e) A Coluna (E) “Valor Utilizado no Período” deve registrar o valor executado para o item da despesa no período, em conformidade com o Relatório de Execução Financeira do período.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- f) A Coluna (F) “Saldo para o Período Seguinte” deve registrar o valor não executado e remanescente até o período, obtido pela subtração do total da Coluna (E) do somatório das Colunas (C) e (D).
- g) O documento deve ser assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo seu contabilista.

## 6. Conciliação do Saldo Bancário

LOGOTIPO DA OSC
CONCILIAÇÃO DO SALDO BANCÁRIO
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de colaboração OU FOMENTO)

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE Nº	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº:
DOCUMENTOS BANCÁRIOS EMITIDOS A COMPENSAR – DÉBITOS				
DATA DA EMISSÃO	Nº E TIPO DE DOCUMENTO	NOME DO CREDOR	REFERÊNCIA NO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	VALORES EM R\$
TOTAL DOS DÉBITOS A COMPENSAR				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**DEPÓSITOS E TRANSFERÊNCIAS A COMPENSAR – CRÉDITOS**

DATA DA EMISSÃO	Nº E TIPO DE DOCUMENTO	NOME DO	REFERÊNCIA NO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	VALORES EM R\$
(B) TOTAL DOS CRÉDITOS A COMPENSAR				
(C) SALDO DA CONTA CORRENTE NO EXTRATO BANCÁRIO DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS				
D) SALDO REAL DISPONÍVEL DA CONTA CORRENTE DO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS = (C + B - A)				
(E) SALDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO ANTERIOR				
(F) REPASSE RECEBIDO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS				
G) SALDO ANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS = (E + F)				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

(H) TOTAL DAS DESPESAS DO PERÍODO = RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	
(I) SALDO AJUSTADO DA CONTA CORRENTE APÓS A PRESTAÇÃO DE CONTAS = (G - H)	

SÃO GONÇALO, XX DE XXXXX DE 20XX

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC e Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da Razão Social com n.o do CNPJ da assessoria contábil

➤ **Orientações para o preenchimento do documento**

Os testes visam a aferir os valores dos saldos da prestação de contas em relação ao valor real disponível, considerando os ajustes da conciliação bancária.

- Informar os dados dos documentos e valores, referentes aos pagamentos efetuados e não compensados ou deduzidos da conta bancária, totalizando-os na alínea (A);
- Informar os dados, referentes aos créditos efetuados na conta bancária, tais como: depósitos, transferência (DOC) e devoluções creditados e não compensados na conta bancária, totalizando-os na alínea (B);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- c) A alínea (C) deve indicar o valor do saldo do extrato em conta bancária do período da prestação de contas;
- d) Para demonstração do saldo real disponível na conta corrente no período da conciliação bancária, a alínea (D) deve conter o resultado da soma da alínea (C) com a alínea (B) subtraída da alínea (A);
- e) A alínea (E) deve conter o valor do saldo final da conciliação bancária, alínea (L), da prestação de contas do período anterior;
- f) A alínea (F) deve conter o valor do repasse de recursos do Município, referente ao período da prestação de contas, identificado no extrato bancário;
- g) A alínea (G) deve conter o valor do repasse de recursos de CONTRAPARTIDA, se houver, referente ao período da prestação de contas, identificado no extrato bancário;
- h) Para demonstração do saldo na conta corrente antes da prestação de contas, a alínea (H) deve conter o resultado da soma dos valores das alíneas (E), (F) e (G);
- i) A alínea (I) deve conter o total do Relatório de Execução Financeira;
- j) A alínea (J) deve conter o total do Relatório de Execução Financeira – CONTRAPARTIDA;
- k) Para demonstração do total das despesas da prestação de contas, a alínea (K) deve conter o resultado da soma dos valores das alíneas (I) e (J);
- l) Para demonstração do saldo real disponível na conta corrente no período da conciliação bancária, a alínea (L) deve conter o resultado da subtração da alínea (H) pela da alínea (K);

O documento deve ser assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo seu contabilista.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**7. Demonstrativo de Aquisições / Produção de Bens**

LOGOTIPO DA OSC		
DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE BENS E DIREITOS		
PERÍODO DE XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX		
ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX		
PROJETO/OBJETO DA PARCERIA: (Termo de colaboração OU FOMENTO)	PROCESSO Nº XX/XXX.XXX/20XX	TERMO Nº
	INÍCIO:	TÉRMINO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

DATA	NÚMERO DA NOTA FISCAL	NOME DO FORNECEDOR/ PRESTADOR DE SERVIÇO	BENEFICIÁRIO DE NÚMERO DE SÉRIE PRODUÇÃO / DIREITO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
TOTAL DE AQUISIÇÕES/PRODUÇÃO DE BENS						

SÃO GONÇALO, XX DE XXXXX DE 20XX

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do representante legal da OSC  
Razão Social com nº do CNPJ da OSC

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do contabilista da N°  
do CRC do contabilista da OSC ou Razão Social  
com nº do CNPJ da assessoria contábil



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

➤ **Orientações para o preenchimento do documento**

- a) O demonstrativo deve ser preenchido com os dados das aquisições, produção ou construção de bens em conformidade com o previsto no instrumento jurídico, quando houver;
- b) Os bens devem conter referência nos Relatórios de Execução Financeira;
- c) Somente anotar no demonstrativo os bens passíveis de inventariação, de acordo com as normas do Município;
- d) O documento deve ser assinado pelo representante legal da organização da sociedade civil e pelo seu contabilista.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

### **ANEXO III**

#### **MODELO DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, credencia o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública da CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2022, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal, com FIRMA RECONHECIDA)

“modelo referencial”

“papel timbrado da empresa”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

#### **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE**

Declaramos sob as penas da Lei, a inexistência de fato impeditivo de nossa participação e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, concordamos sem restrição com as condições constantes no Edital e que cumprimos com os requisitos de habilitação e idoneidade.

#### **DADOS DA EMPRESA**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ C/C: \_\_\_\_\_

#### **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ C.P.F. \_\_\_\_\_

Telefones: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e assinatura do responsável)  
(Firma reconhecida da assinatura)

“modelo referencial”

“papel timbrado da empresa”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

#### DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO À VISITA TÉCNICA (OBRIGATÓRIA AO REALIZAR A VISITA)

Eu, <Representante Legal da empresa> da empresa <nome da empresa>, DECLARO, sob as penas da Lei, que visitei o local onde será a **EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO** da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de situações eventuais em virtude da verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório **CHAMADA PÚBLICA Nº008/2022**, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<Local>, <data: dia - Mês e Ano>.

<Assinatura do representante legal da empresa >  
<NOME REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA>  
<CARGO/FUNÇÃO QUE OCUPA NA EMPRESA>  
CPF nº: RG nº:

<Assinatura do responsável pela visita técnica >  
<NOME DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA VISITA >  
<CARGO/FUNÇÃO QUE OCUPA >  
CPF nº: RG nº:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

(CASO NÃO REALIZE A VISITA)

Eu, <Responsável devidamente qualificado> da empresa <nome da empresa> DECLARO, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o local onde será a **EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E PROGRAMAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO** da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, por opção própria, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório de **CHAMADA PÚBLICA Nºxxxxx/2022**, sem quaisquer direitos a reclamações futuras sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto. **DECLARO**, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<local>. <data dia - Mês e Ano>

<Assinatura do responsável da empresa >

<NOME DO RESPONSÁVEL>

(Firma reconhecida da assinatura)

CPF nº:

RG nº:

Obs: A Declaração de Não Visita deverá ser apresentada no papel próprio da empresa ou pessoa física, não sendo necessária a transcrição do cabeçalho da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

[illegible]





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**Observação 1:** O presente Plano de Aplicação de Recursos trata-se de estimativa dos gastos mensais da parceria, não se configurando em proposta vinculativa, sendo utilizado como referência para acompanhamento da execução financeira dos recursos repassados

**Observação 2:** O valor de custos de apoio a gestão não pode ultrapassar 3% do valor contratado, tanto na proposta quanto na execução

**Observação 3:** Eventuais despesas com RH assistencial contratado na forma de Pessoa Jurídica ao invés da CLT serão contabilizadas no custo de pessoal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **ANEXO VIII**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS**

**Ref.:** CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2022

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal de São Gonçalo.

<local e data>  
<representante legal>  
(Firma reconhecida da assinatura)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **ANEXO IX**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO INCIDE EM NENHUMA DAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO**

**Ref.:** CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2022

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 7.3 do presente Edital

<local e data>  
<representante legal>  
(Firma reconhecida da assinatura)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## ANEXO X

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART.7º DA CF DE 1988**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva:

( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

São Gonçalo, RJ \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
“nome completo do representante legal”  
(Firma reconhecida da assinatura)

“modelo referencial”  
“papel timbrado da empresa”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## ANEXO XI

### MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS NAS UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.**

Pelo presente instrumento particular Termo de Colaboração, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CPNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, representado pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor (a) da cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_ - expedida pelo (órgão) / (UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **FUNDAÇÃO**, e, de outro lado, a \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, domiciliada à \_\_\_\_\_, neste ato representado por (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de ID n.º \_\_\_\_\_, expedida pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, realizada por meio do processo administrativo n.º **1149**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, e consoante autorização publicada no Diário Oficial do Município, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, às fls. \_\_\_\_\_, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e o Decreto Municipal nº 166, de \_\_\_\_\_, bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público n.º 008/2022 e seus Anexos, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 2.1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem como objeto a execução de atividades na rede de atenção à saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de São Gonçalo, em mútua cooperação, conforme Plano de Trabalho (ANEXO I), que dele faz parte integrante, para garantir a continuidade e ampliação dos serviços de saúde e para manutenção e adesão a novas habilitações de equipes de Atenção Primária perante o Ministério da Saúde.
- 2.2. A execução do presente Termo dar-se-á pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, observadas todas as condições propostas pela instituição na Proposta Técnica e Econômica e no Edital
- 2.3. Passará a ser executado as atividades pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a rede de atenção à saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de São Gonçalo

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

- 3.2. As obrigações da Organização da Sociedade Civil, bem como dos instrumentos de controle relativos a esta contratação, estão descritas na Minuta do TERMO DE COLABORAÇÃO e no PLANO DE TRABALHO assinado entre as partes nos Anexos I e XI.
- 3.3. Para o cumprimento do objeto, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL OBRIGA-SE** a executar as atividades em estrita observância às exigências contidas no Edital de Chamamento Público 008/2022, devendo:

**3.4. DAS NORMAS GERAIS**

- 3.4.1. Assegurar o cumprimento integral das normas técnicas, princípios e diretrizes do SUS, assim como de normas complementares estaduais e municipais, no que couber, ou outras que venham a ser publicados;
- 3.4.2. Atender às diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
- 3.4.3. Submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS;
- 3.4.4. Garantir o cumprimento das recomendações da ANVISA e outros órgãos regulamentadores;
- 3.4.5. Garantir medidas de acessibilidade física e arquitetônica nos serviços de saúde, de acordo com a NBR 9050/2020 da ABNT, assegurando o direito de pessoas com deficiência, idosos e/ou pessoas com mobilidade reduzida;
- 3.4.6. Observar os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
- 3.4.7. Garantir confidencialidade dos dados e informações dos usuários do SUS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 3.4.8. Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários no que tange aos serviços cobertos pelo SUS;
- 3.4.9. Não utilizar nem permitir que terceiros realizem projetos de pesquisa científica envolvendo usuários do SUS sem anuência prévia da Direção de Atenção Primária à Saúde e aprovação do Comitê de Ética da SMS;
- 3.4.10. Manter afixado em lugar visível placa informando que a OSC SELECIONADA atende pelo SUS, conforme padrão a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.4.11. Manter afixado em lugar visível placa informando os canais de atendimento da ouvidoria do SUS, conforme padrão a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.4.12. Manter afixado em lugar visível cartaz com o quadro de profissionais disponíveis e os respectivos horários;
- 3.4.13. Garantir quadro de recursos humanos qualificado e capacitado, regularmente inscrito nos respectivos Conselhos de classe e compatível à execução das atividades ora contidas no TERMO DE COLABORAÇÃO, de modo que a sua execução se dê de forma contínua e ininterrupta;
- 3.4.14. Prescrever medicamentos em observância à Política Nacional de Medicamentos, à Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e às notas técnicas emitidas pela Coordenação de atenção farmacêutica. (CAF);
- 3.4.15. Participar das campanhas de vacinação realizadas a nível Federal, Estadual e Municipal, conforme orientações da Diretoria Geral de Atenção Primária à Saúde;
- 3.4.16. Disponibilizar sistema e/ou aparelho de ponto eletrônico para controle da efetividade dos seus empregados. O COLABORADOR poderá adquirir aparelhos, segundo seu critério de conveniência, devendo apresentar os relatórios individuais de efetividade, quando solicitado pelo gestor da parceria;
- 3.4.17. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde em caso de interrupção do atendimento, por qualquer motivo, informando o prazo para normalização do atendimento, e obedecer às orientações da SMS quanto aos procedimentos que serão adotados por ocasião da interrupção;
- 3.4.18. Informar e manter atualizado os equipamentos e materiais permanentes no CNES;
- 3.4.19. Executar as atividades contidas no TERMO DE COLABORAÇÃO de acordo com as legislações pertinentes a este objeto.

### **3.5 DOS REGISTROS E REGULAÇÃO:**

- 3.7.1.6 Organizar a agenda da Unidade seguindo preceitos definidos pela Secretaria, com uso do sistema informatizado em toda rede de saúde no município de São Gonçalo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 3.7.1.6 Cadastrar os dados dos usuários da Unidade de Saúde e manter informações e prontuários atualizados;
- 3.7.1.6 Manter atualizado os cadastros dos profissionais, equipes e estabelecimentos de saúde;
- 3.7.1.6 Preencher e utilizar adequadamente os sistemas de informação vigentes, e outros que venham a ser implementados, com dados e atualizações quanto ao cumprimento dos serviços contratados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de comprovação da produção ao MUNICÍPIO;
- 3.7.1.6 Registrar as ações e procedimentos realizados em sistema eletrônico de informações em saúde, utilizando os sistemas adotados pelo Município e outros sistemas que venham a ser implementados no Município mediante portaria do Gabinete do Secretário da Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
- 3.7.1.6 Estimular a inclusão e o preenchimento dos campos nacionalidade, raça/cor/etnia, nome social, orientação sexual, identidade de gênero, ocupação, território e tipo de deficiência nos sistemas de informação e registros da gestão municipal, conforme auto declaração;
- 3.7.1.6 Estimular o preenchimento da ficha de notificação de violência (Sinan 5.1) pelas equipes de saúde nos casos suspeitos de violência.
- 3.7.1.6 Realizar o acompanhamento e monitoramento dos indicadores;
- 3.7.1.6 Enviar as bases de dados do CNES para a equipe de processamento da Secretaria, mensalmente, até o último dia útil do mês, para atualização junto ao Ministério da Saúde;
- 3.7.1.6 Submeter-se a critérios de regulação estabelecidos pela SMS e avaliações sistemáticas da qualidade da APS;
- 3.7.1.6 Estabelecer, implantar e manter em adequado funcionamento os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no Plano de Trabalho;
- 3.7.1.6 Realizar a regulação do acesso dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde aos demais componentes da Rede de Atenção à Saúde;

### **3.10. DOS PROCEDIMENTOS**

- 3.6.1.1 Realizar todos os procedimentos obrigatórios constantes na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde de São Gonçalo inerentes a responsabilidade da contratada durante todo o período de vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 3.6.1.2 Registrar e manter atualizado todos os procedimentos e atendimentos efetuados, conforme tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), e disponibilizar, a qualquer momento ao MUNICÍPIO e as auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários do SUS, em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança das atividades executadas;
- 3.6.1.3 Dispor de atendimentos individuais médicos, odontológicos e de enfermagem, para





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

todas as faixas etárias e para qualquer evento novo de saúde ou agravamento de condição prévia, com acesso por demanda espontânea em todos os turnos de funcionamento;

- 3.6.1.4 Realizar atividades individuais ou em grupos para atendimento de usuários conforme demanda da população e Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde;
- 3.6.1.5 Realizar articulação com outros pontos da Rede de atenção à saúde para atendimento integral dos usuários sob sua responsabilidade;
- 3.6.1.6 Realizar atendimento das pessoas em situação de rua, independente de território, com a participação ativa nos programas dos municípios voltados a necessidade de saúde dessa população;
- 3.6.1.7 Realizar visitas e atendimentos domiciliares, sempre que houver necessidade, conforme características clínicas dos usuários e pactuação em equipe;
- 3.6.1.8 Garantir o imediato acolhimento nas unidades de saúde dos usuários com alta do atendimento especializado de saúde mental, no formato definido junto à Coordenação de Atenção à Saúde Mental e à Coordenadoria de Saúde;
- 3.6.1.9 Garantir apoio matricial dos serviços de Saúde Mental, na modalidade remota ou presencial e no formato definido junto à Coordenação de Atenção à Saúde Mental e à Coordenadoria de Saúde, com o objetivo de qualificar o atendimento em saúde mental da APS;

### **3.7. DOS RECURSOS HUMANOS**

- 3.7.1.1 Proceder a contratação do pessoal mediante seleção pautada na impessoalidade, objetividade e moralidade, conforme regulamento próprio, concedendo-se ao procedimento ampla publicidade, além da observância aos princípios que regem a Administração Pública nos termos do Art. 37, Caput da Constituição Federal;
- 3.7.1.2 Garantir o suprimento e substituição de recursos humanos nas Equipes, sem que haja prejuízo na prestação de serviços à população nas Unidades de Saúde e conforme diretrizes mínimas de recursos humanos presentes neste TERMO DE COLABORAÇÃO, ressalvadas férias e licenças médicas que não puderem ser substituídas tempestivamente;
- 3.7.1.3 No caso de vacância, a reposição deverá observar o prazo máximo de 90 dias. A não reposição de profissional ocasionará desconto proporcional a quantidade de vacâncias.
- 3.7.1.4 Obedecer a carga horária profissional mínima prevista no Plano de Trabalho, conforme diretrizes do Ministério da Saúde para composição das equipes.
- 3.7.1.5 Manter o mínimo de carga horária das equipes de saúde constantes no CNES e no Termo de Colaboração, a saber:
  - l) Consultório de Rua tipo III- Equipe composta por um médico, enfermeiro, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, técnico de enfermagem;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- II) RH - Equipe Administrativo será composta por 1 Auxiliar Administrativo (por equipe);
- III) ESF - Equipe composta por Médico (40h), Enfermeiro (40h) e Téc. Enfermagem (40H). Agente comunitário ficará a encargo da SMS (1012) e Agente comunitário (contratado pela OSC 227), Gerentes de ESF, Cirurgião Dentista e auxiliar de serviço bucal;
- IV) EAP - Equipe composta por Médico (30h), Enfermeiro (30h) e/ou Técnica de Enfermagem(30H)
- V) PNAISP – Equipe prisional composta por 2(dois) Médicos (30h), 2(dois) Médicos Psiquiatra (30h), 4 (quatro) Enfermeiros (30h), 4(quatro) Técnico de Enfermagem (30h), 4(quatro) Cirurgião Dentista (30h), 4(quatro) Auxiliar Bucal (30h), 4(quatro) Farmacêutico (30h), 4(quatro) Psicóloga (30h), 4(quatro) Assistente Social (30h);
- VI) ACADEMIA DA SAÚDE – composto por Educador físico (40h) e 1(um) auxiliar administrativo (40h);
- VII) NASF – composto por Fisioterapeutas (40h), Fonoaudiólogas (40h), Psicólogas (40h), Educadores Físicos (40h), Assistentes Sociais (40h) e Nutricionistas (40h), Supervisor (40h) e Coordenador (40h);

3.7.1.6 Nomear os Responsáveis Técnicos da operação na área Médica, Enfermagem, Odontologia, Farmacêutica e Gestor da operação;

3.7.1.7. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

### **3.8. DAS NORMAS ESPECÍFICAS**

3.8.1. Disponibilizar os serviços necessários para a realização das ações, serviços e procedimentos previstos na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde e para a prestação adequada dos serviços, tais como: serviços médico, odontológicos e educação continuada, entre outros que se fizerem necessários para a realização das atividades, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

3.8.2. Responsabilizar-se exclusivamente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, bem como responder pela solidez e segurança das atividades;

3.8.3. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos de seus funcionários



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

que, por imprudência, dolo ou má fé venham a causar dano ou prejuízo ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

3.8.4. Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no TERMO DE COLABORAÇÃO;

3.8.5. Providenciar, na execução do objeto da parceria, a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização do MUNICÍPIO;

3.8.6. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;

3.8.7. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o cumprimento das diretrizes previstas no Plano de Trabalho (**ANEXO I e II**), bem como os Relatórios de Prestação de Conta;

3.8.9. Executar os recursos do presente termo exclusivamente através das contas específicas para este fim, sendo expressamente vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

3.8.10. Obriga-se a comunicar imediatamente à SMS de qualquer mudança de responsável técnico;

3.8.11. A OSC se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível;

3.8.12. Obriga-se a não transferir a outrem as obrigações assumidas neste TERMO DE COLABORAÇÃO, sem prévia autorização do MUNICÍPIO;

3.8.13. O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive *in loco*, na sede da OSC, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes;

3.8.14. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à execução das atividades, nos estritos termos do art.14 da Lei 8.078, de 11.09/90 (Código de Defesa do Consumidor);

### **3.10. DA FISCALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

3.9.1. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

em que exerça suas ações os dados da parceria celebrada com a administração pública, nos termos do artigo 11 da Lei 13.019/2014;

3.9.2. Dar ampla transparência, inclusive em site na internet, dos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente com a divulgação dos cargos e valores;

3.9.3. Permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos agentes da administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e auditar a execução da parceria;

3.9.4. Facilitar a realização de auditorias contábeis nos registros, documentos, instalações, atividades e serviços desta, referentes à aplicação dos recursos oriundos do presente Termo de Colaboração;

3.9.5. Submeter-se ao controle do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

3.9.6. Fornecer a esta SMS, sempre que solicitado, informações necessárias à avaliação das atividades contidas no TERMO DE COLABORAÇÃO;

3.9.7. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO não exclui, nem reduz, a responsabilidade da OSC SELECIONADA, nos termos da legislação vigente.

### **3.10. DAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES**

3.10.1 Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), caberá à OSC:

- a. tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE;
- b. tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;
- c. conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;
- d. implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- e. assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a OSC exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

3.10.2. A OSC manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares;

3.10.3. A OSC se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível;

3.10.4. A OSC se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento;

3.10.5. A OSC, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá tratá-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo CONTRATANTE;

3.10.6. O CONTRATANTE, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável à matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertado pela CONTRATADA;

3.10.7. Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste CONTRATO ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a OSC será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE;

3.10.8. O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes;

3.10.9. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

### **3.11. METAS DE PRODUÇÃO**

3.11.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve realizar mensalmente o volume de procedimentos estimado, conforme **Plano de Trabalho – Anexo II**;

3.11.2. As metas de produção serão analisadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, realizando a fiscalização, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação de glosa;

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO**

- 4.1 Atualizar o PLANO DE TRABALHO;
- 4.2 Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados contidos no TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.3 Auxiliar no estabelecimento de mecanismos de organização da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- 4.4 Repassar mensalmente e tempestivamente as verbas previstas neste TERMO DE COLABORAÇÃO, nos prazos e condições pactuados;
- 4.5 Nomear, em ato do Secretário Municipal da Saúde, os membros componentes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.6 Analisar os relatórios elaborados pelo COLABORADOR, comparando-se as metas dos descritivos, com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;
- 4.7 Prestar esclarecimentos e informações ao COLABORADOR que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.8 Estabelecer, implantar e manter, em adequado funcionamento, os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no plano de trabalho;
- 4.9 Disponibilizar para o COLABORADOR o acesso aos componentes de regulação da SMS; inclusive relatórios e sistemas de informações necessários para o acompanhamento dos serviços e metas contratualizada;
- 4.10 Realizar a regulação do acesso dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde aos demais componentes da Rede de Atenção à Saúde;
- 4.11 Indenizar o colaborador ou a terceiros dos danos ou prejuízos causados por atos dos Agentes Comunitários de Saúde ou de Combate a Endemias por imprudência, negligência ou imperícia;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 4.12 Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no TERMO DE COLABORAÇÃO, quando este for decorrente de causa externa à atividade da equipe;
- 4.13 Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- 4.14 Ceder os bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.15 Disponibilizar medicamentos do componente estratégico e insumos do Programa Municipal de Dispensação de Insumos para Diabetes (PMID), vacinas, preservativos, métodos contraceptivos, e testes rápidos fornecidos pelo Ministério da Saúde para disponibilizar à população com gestão logística pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 4.16 Responsabilizar-se nas Unidades de Saúde pelas instalações, equipamentos, aparelhagem adequadas e à assistência e responsabilidade técnicas;
- 4.17 Lotar nas Unidades descritas no PLANO DE TRABALHO, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, conforme definição da SMS, ficando sob responsabilidade do Município os encargos das verbas salariais e indenizatórias decorrentes dos serviços por eles prestados;
- 4.18 Prestar esclarecimentos e informações à OSC SELECIONADA que visem orientá-la na correta execução das atividades pactuadas, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- 4.19 A aquisição dos medicamentos, insumos e outros serviços não contemplados neste plano de trabalho, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Fundação Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

5. Os recursos necessários à contratação correrão a conta do(s) Programa(s) de Trabalho(s), Natureza de Despesa(s) e Fonte(s) de recurso(s) abaixo descritas:

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 23.051.10.301.2072.2125

**CÓDIGO DE DESPESA:** 33.90.39.00

**FONTE DE RECURSO:** 00,21,34,39 e 46

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

##### **6.1 PREÇO:**

- a. O preço total a ser pago pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo pelo objeto deste Termo de Colaboração para o prazo contratual de 12 (doze) meses é de **xxxxx(xxxxxxxxxxxxx)**, conforme os valores constantes no Edital e seus anexos (PLANILHA DE CUSTO TOTAL – ANEXO VII do Edital).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **6.2. DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS:**

I Cada parcela mensal da transferência de recursos de Custeio terá o valor de R\$ xxxxx a ser depositado na conta corrente n.º \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Município;

II A movimentação dos recursos que forem repassados a contrata, se dará em conta corrente específica e exclusiva, conforme cláusula anterior, de modo que não sejam confundidos com recursos de outra origem. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à contratante.

III As parcelas serão repassadas em estrita conformidade com o programa de trabalho aprovado, salvo autorização prévia da contratada, podendo ser retida até o saneamento de impropriedades nas seguintes hipóteses:

- a) Quando não tiver comprovação de boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida;
- b) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos e atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas;
- c) E nas demais hipóteses previstas neste termo de colaboração.

IV Os valores correspondentes aos repasses financeiros estão vinculados ao cumprimento das metas pactuadas no programa de trabalho, cabendo à Comissão de Monitoramento e Avaliação verificar o percentual de atendimento das metas.

V Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, o valor devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

VI O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente da Fundação, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL dirigido ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS**

7.1. Ficam desde já cedidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações das Unidades da Atenção Básica do Município, identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, conforme este Termo.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

7.2. É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento.

7.3. Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira em relação aos bens imóveis cedidos:

- a) Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste TERMO DE COLABORAÇÃO em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério desta municipalidade, pagar os prejuízos, ou consertar os danos.
- b) Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do TERMO DE COLABORAÇÃO e do bem cedido.
- c) Retirar às suas expensas, caso solicitado por esta municipalidade, eventuais bens adquiridos com recursos próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados.
- d) Os bens móveis cedidos na forma desta cláusula poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio da Fundação Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. É lícita a subcontratação, em qualquer caso, dos serviços acessórios ao Termo de Colaboração, tais como: Serviços Médicos, Educação Continuada e Serviços Limpeza e Higienização das Unidades, Locação de Biometria, Locação de Serviços, Aquisição de Crachás e Uniformes, Material de Escritório, Impressos Gráficos, Seguros, Telefonia e outros serviços a especificar;

8.2. As subcontratações terão que ser encaminhadas para o conhecimento da Fundação Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PRAZO**

9.1. O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses, de     /     /     a     /     /     , a contar da assinatura do Termo.

9.2. O prazo descrito no caput poderá ser prorrogado, limitado à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a FUNDAÇÃO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

9.3. A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto à FUNDAÇÃO em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação da FUNDAÇÃO dentro do período de sua vigência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

10.1. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação do valor global, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento);
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

10.2. A Administração Pública Municipal poderá autorizar, após solicitação fundamentada da organização da sociedade civil, por meio de deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria:

- a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

10.3. Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

11.1. O reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência deste Termo de Colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- (i) no caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;
- (ii) em relação aos demais custos e despesas previstos neste Termo de Colaboração, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

11.2. Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

coletiva, ou, por ocorrência de evento superveniente de cunho extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal.

11.3. O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde.

11.4. Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo de Parceria ou com o encerramento da vigência da parceria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

12.1. A FUNDAÇÃO deverá realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma da Lei n.º 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 166/2019.

12.2. Para a implementação do disposto no *caput*, o órgão poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.3. Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a FUNDAÇÃO realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

12.4. Para a implementação do disposto no § 2º, a FUNDAÇÃO poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.5. A FUNDAÇÃO emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

12.6. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração; V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

12.7. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada esfera de governo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015, e suas alterações, a FUNDAÇÃO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

13.2. As sanções estabelecidas nos incisos (ii) e (iii) são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE**

14.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados à FUNDAÇÃO ou a terceiros.

14.2. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à FUNDAÇÃO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

14.3. A FUNDAÇÃO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da FUNDAÇÃO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

14.4. A FUNDAÇÃO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA**

15.1. O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

15.2. Se for o caso, por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Fundação Municipal de Saúde, no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

16.2. Na ocorrência de rescisão, a FUNDAÇÃO suspenderá imediatamente todo e qualquer pagamento a ser realizado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, se for o caso, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

17.1. No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a FUNDAÇÃO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I. retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a FUNDAÇÃO assumir essas responsabilidades.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

18.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FORÇA MAIOR**

19.1. Os motivos de força maior que possam impedir a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de cumprir as metas pactuadas, deverão ser comunicados a FUNDAÇÃO, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela Fiscalização.

19.2. Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do TERMO e a alteração do Programa de Trabalho, desde que pôr termo aditivo

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESILIÇÃO UNILATERAL PELA FUNDAÇÃO**

20.1. Em caso de resilição unilateral por parte da FUNDAÇÃO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fará jus exclusivamente ao ressarcimento de eventuais danos materiais comprovadamente demonstrados, desde que tenha atendido às determinações do Edital, de seus anexos e do presente Termo na realização dos atos que fundamentam tal direito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

21.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município, à conta da FUNDAÇÃO.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

22.1. A FUNDAÇÃO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO**

23.1. Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

---

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

---

OSC

Testemunhas:

Nome (legível e por extenso):  
CPF:

Nome (legível e por extenso):  
CPF:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **ANEXO XII**

### **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL DAS UNIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NESTE ESTADO E DOS BENS MÓVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM: 1) MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ, COMO PERMITENTE, E 2) \_\_\_\_\_, COMO PERMISSIONÁRIO, NA FORMA ABAIXO:**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2022, na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, situada à Avenida São Gonçalo G2 – Boa Vista - São Gonçalo/RJ, CEP 24466- 970, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, órgão da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob on.º 28.636.579/0009-50, representado pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, domiciliada à (endereço completo), doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, neste ato representado por (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de id n.º XX, expedida pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, domiciliado(a) (endereço completo), é assinado o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL E DE BENS MÓVEIS** a título precário, na forma do constante no processo administrativo n.º XX /2022 e que se regerá pela Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, no que couber, e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel de propriedade do **MUNICÍPIO**, das Unidades da Atenção Básica situadas no Município de São Gonçalo/RJ, e os bens móveis.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Os bens que terão o uso permitido através do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidades diversas, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A presente permissão de uso e cessão temporária de direito se rege pelo Código Civil, para atendimento das disposições da Lei federal nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 166/2019, no que couber, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a cessão temporária de direitos e utilização de bens móveis do patrimônio municipal.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiverem em vigor o Termo de Colaboração, do qual é parte integrante.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO DOS BENS**

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpo e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS**

É vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Fundação Municipal de Saúde, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e /ou instalações existentes no imóvel, assegurado ao PERMITENTE, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso aos bens que tenham o uso permitido aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, ou de quaisquer outras repartições municipais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS**

O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não será responsável, seja a que título for por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

## **CLÁUSULA NONA – DOS OUTROS ENCARGOS**

PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OUTRAS RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO**

O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

- a) a restituir os imóveis e os bens móveis ao MUNICÍPIO, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima terceira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar os bens senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste Termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia decisão autorizativa do PERMITENTE e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO**

Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Qualquer dano porventura causado aos bens que tiveremo uso permitido será indenizado pelo PERMISSONÁRIO, podendo o MUNICÍPIO exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

## **CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DEVOLUÇÃO DOS BENS**

O PERMISSONÁRIO ficará sujeito à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do TERMO DE COLABORAÇÃO, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e o PERMISSONÁRIO não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

Parágrafo único. A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem àquelas condições originais, seja por providências do PERMISSONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte do MUNICÍPIO. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMOÇÃO DE BENS**

Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSONÁRIO, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

§ 1º. Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pelo MUNICÍPIO para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSONÁRIO.

§ 2º. Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão e a exclusivo critério do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo - RJ:

I) doá-los, em nome do PERMISSONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;

II) vendê-los, ainda em nome do PERMISSONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSONÁRIO para com o MUNICÍPIO ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSONÁRIO, junto a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo. Para a prática dos atos supramencionados, concede o PERMISSONÁRIO, neste ato, ao MUNICÍPIO, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO**

A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do Termo de Colaboração.

§ 1º. Além do término do Termo de Colaboração, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Rescindida a permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse dos imóveis e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES**

O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:

I) Publicação em jornal local de grande circulação ou no Diário Oficial do Município se vier a ser criado, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO;

II) por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);

III) pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO:

a) no MUNICÍPIO, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO;

b) através do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RITO PROCESSUAL**

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por essa via o MUNICÍPIO poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS**

O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei.

São Gonçalo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

\_\_\_\_\_  
Organização da Sociedade Civil

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

Nome (legível e por extenso):

CPF:

\_\_\_\_\_

Nome (legível e por extenso):

CPF



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

### **ANEXO XIII**

#### **MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR**

**TERMO DE CESSÃO DO  
SERVIDOR\_\_\_\_\_QUE  
ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ  
ATRAVÉS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO  
GONÇALO-RJ E, DO OUTRO,  
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE  
CIVIL\_\_\_\_\_.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, RJ**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com endereço situado \_\_\_\_\_ neste ato representado pelo **SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, O Senhor \_\_\_\_\_ doravante denominado **CEDENTE** e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ neste ato representado pelo(a) \_\_\_\_\_ doravante denominado **CESSIONÁRIO**, acordam em celebrar o presente termo de cessão de servidor, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1.0 presente termo tem por escopo a cessão do servidor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ servidor do Município de SÃO GONÇALO/RJ, desde \_\_\_\_\_ ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para prestação de serviços no \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÔNUS**

2.1. O ônus pelo pagamento da remuneração mensal e dos consequentes encargos decorrentes desta cessão ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. A presente cessão tem por analogia o fundamento legal a Lei Municipal nº 370/2011, em seu art. 14, prevê, do mesmo modo, a possibilidade de cessão de servidores municipais às Organizações Sociais durante a vigência do instrumento jurídico celebrado.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

4.1. A presente cessão tem prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Parágrafo único. A presente cessão poderá ser rescindida a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso com trinta dias de antecedência, caso o CEDENTE venha a necessitar do servidor cedido ou o CESSIONÁRIO não necessite mais dos seus serviços ou ainda se o interesse público o exigir.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

5.1. As questões relativas à presente a cessão do servidor será dirimida pelo foro da Comarca de SÃO GONÇALO/RJ.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para uma só finalidade, afim de que possam produzir os seus devidos e legais efeitos.

São Gonçalo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Nome do representante**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO/RJ**

Nome do representante

PERMISSIONÁRIO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL  
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Testemunhas:

Nome da testemunha 1  
CPF.

Testemunhas:

Nome da testemunha 2  
CPF.

São Gonçalo, 27 de setembro de 2022.

Comissão de Elaboração de Edital da Chamada Pública nº 008/2022

Daniel Vieira Silva Costa  
Matrícula nº 343.467

Keimilly Karolinne Ruel Alvares  
Matrícula nº 341.606

Gabriel Campos Lopes da Silva  
Matrícula nº 333.027

Aprovado por:

DEIVID ROBERT DE CRESCI CAMPOS  
Presidente da Fundação Municipal de Saúde  
Matrícula nº 40.833